



O Adjunto

Revista Pedagógica da
Escola de Aperfeiçoamento
de Sargentos das Armas



Caro leitor,

a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA) constitui-se em um respeitado Estabelecimento de Ensino do Exército Brasileiro, que ao longo de seus 26 anos de existência, vem aperfeiçoando os sargentos das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. Com isso, a “Casa do Adjunto” já aperfeiçoou mais de vinte mil sargentos do Exército Brasileiro e de Nações Amigas.

A visão de futuro da Escola é tornar-se um centro de referência educacional militar até 2022. Visualizando este estado final, foram implantados processos educacionais inovadores, para que os alunos desenvolvam as competências necessárias ao desempenho das suas funções, no ambiente operacional da era da informação. Estes processos implementam metodologias ativas de aprendizagem, utilizam moderna tecnologia de ensino nas atividades da fase presencial e da fase de ensino a distância. Paralelamente, a EASA promove a constante e continuada capacitação de seu corpo docente através de cursos e estágios na área de educação.

Em 2016, o Comando do Exército decidiu que este Estabelecimento de Ensino seria, também, a “Casa do Adjunto de Comando”, tendo designado a EASA para capacitar os futuros Adjuntos de Comando ao desempenho de suas atribuições. Desde sua implementação até os dias atuais, foram habilitados mais de 570 Subtenentes e Sargentos do Exército Brasileiro, de forças auxiliares e de nações amigas.

É com espírito de comemoração pelas conquistas da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, que lhe convido à leitura da 7ª Edição da Revista Pedagógica da EASA, que apresenta as produções científicas do corpo docente desta escola, de colaboradores de outros estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro, de alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e do Curso de Adjunto de Comando do ano de 2018, de ex-alunos de cursos realizados em anos anteriores e de acadêmicos participantes do VIII Seminário de Educação da EASA. Especialmente, esta edição apresenta os resultados obtidos no IX Seminário de Educação da EASA e I Seminário de Educação Técnica Militar da EASA.

Desejo-lhe uma proveitosa leitura.

Coronel Heron Salomão Cardoso Angelim - Comandante da EASA



CONSELHO EDITORIAL

COMANDANTE DA EASA
HERON SALOMÃO CARDOSO ANGELIM - Cel

EDITORES

CARLOS SIDAUMA DE ABREU GOMES - Ten Cel
MARIO AUGUSTO DE ARAUJO CANECO - Ten Cel
KARINE DE OLIVEIRA LUNARDI - 1º Ten

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
ANDRÉ WALTER DA SILVA MARQUES - 1º Sgt

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
EASA - Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas
Rua Benjamim Constant, 1217 - CEP 98025-110
Cruz Alta - RS
Fone: (55) 3322.7655
<http://www.easa.ensino.eb.br>
<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/adj>

Os conceitos emitidos nas matérias constantes desta edição são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião deste Estabelecimento de Ensino e/ou Exército Brasileiro. Salvo expressa disposição contrária, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas desde que mencionados o autor e a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A235 O Adjunto: Revista Pedagógica da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas/ Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.
- v.7, n.1 (dez. 2019). Cruz Alta: EASA, 2019.
v.il. ; 28 cm.

Anual.
ISSN 2318-1748

1. Educação - periódicos. 2. Ciências Militares. I. Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

CDD 370
CDU 37

SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS DE MILITARES DA EASA

Pag

1. A Importância da Implantação de Curso de Desenvolvimento da Resiliência para os Militares do Exército Brasileiro	9
2. Tutor: Elo Forte na Educação a Distância.....	15
3. O Conflito Assimétrico.....	23
4. A Aplicabilidade da Ordem Unida na Formação Moral do Militar e na Preparação para a Guerra.....	35
5. O Tráfico de Drogas na Caserna à Luz do Código Penal Militar.....	41
6. O Contraditório e a Ampla Defesa no Processo Administrativo Militar do Exército Brasileiro a partir do Regulamento Disciplinar do Exército de 2002.....	49
7. A Participação do Exército no Processo Político Brasileiro entre 1918 e 1945: consequências para a coesão ideológica.....	61
8. 20 Anos da Coordenação do Corpo de Alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA).....	67
9. Curso de Adjunto de Comando: o Aprimoramento Constante na Formação para o Êxito no Exercício do Cargo.....	73
10. A valorização do Oficial do Quadro Auxiliar de Oficiais, através do desempenho de funções de maior responsabilidade.....	79
11. A Gestão de Documentos nas Organizações Militares do Exército Brasileiro.....	85

PROJETOS INTERDISCIPLINARES DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS/2018

12. Fiscal de Contrato: Escudo Protetor da OM e Figura Central da Segurança Jurídica da OM (Relevância e Responsabilidades).....	101
13. A Importância da Religião na Prevenção do Suicídio no Âmbito das Forças Armadas.....	111
14. O Emprego dos Regimentos de Cavalaria Mecanizados na Operações de Garantia da Lei e da Ordem na Linha de Fronteira.....	117

PROJETOS INTERDISCIPLINARES DO CURSO DE ADJUNTO DE COMANDO/2018

15. Emprego do Adjunto de Comando em Operações Militares.....	127
16. A Saúde Operacional no Processo de Transformação do Exército.....	133
17. A Influência da Missão Militar Francesa na Formação do Sargento.....	139

ARTIGOS DO VIII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DA EASA

18. Criptografia e Matemática: Onde e Como Usarmos essa Interdisciplinaridade?.....	149
19. Educação à Distância como Política Inclusiva.....	157
20. A Importância da Educação Republicana.....	163



*ARTIGOS CIENTÍFICOS
DE MILITARES DA
EASA*



1. A Importância da Implantação de Curso de Desenvolvimento da Resiliência para os Militares do Exército Brasileiro

Clayton dos Santos¹

RESUMO

Atualmente, o Exército Brasileiro passa por um processo de transformação e busca valorizar cada vez mais seus recursos humanos. Possuir militares que possam se sobressair nos ambientes operacionais complexos contemporâneos, perante a ameaças de difícil definição e objetivos incertos, é fundamental para o sucesso da Força Terrestre. Todavia, são diversos os desafios físicos e psicológicos enfrentados quando o militar é exposto a situações de estresse. O objetivo deste artigo é argumentar sobre a importância de implantar curso de desenvolvimento da resiliência para os militares do Exército Brasileiro, com a finalidade de otimizar a capacidade de reação positiva diante de situações de pressão as quais os soldados são expostos. Este artigo apresentará como o treinamento da resiliência usa a psicologia positiva e o pensamento otimista para desenvolver competências e habilidades essenciais para alcançar um

nível excelente de resiliência em militares. Será abordada a importância da liderança e da resiliência para dar objetivo, motivação, orientação e capacidade de superar desafios e de adaptação ao militar, quando em uma situação de adversidade. Além disso, será contemplado também como o treinamento da resiliência pode colaborar no desenvolvimento de líderes. Por meio de algumas habilidades como capacidade de aplicar julgamento, iniciativa, agilidade mental e expertise, o treinamento da resiliência pode trazer excelentes resultados na formação do líder. Como resultado, o autor promove uma visão geral sobre a importância da implementação de treinamento da resiliência para os militares do Exército Brasileiro

Palavras-chave: Resiliência, Liderança, Exército Brasileiro, Competências, Desenvolvimento de líderes.

¹. 1º Sargento de Artilharia. É Bacharel em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina. É Graduado em Recursos Humanos pela Universidade Paulista. Possuidor do Curso de Sergeant Major, realizado na United States Army Sergeants Major Academy – USASMA. Atualmente é Comandante do Corpo de Alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, EASA.

INTRODUÇÃO

As constantes mudanças nos cenários político, econômico e social fazem com que as pessoas necessitem, cada vez mais, se adaptar rapidamente aos novos modelos de interação social. Esses fenômenos integrativos, por diversas vezes, causam problemas e desafios a serem superados. Desta maneira, o Exército Brasileiro dedica-se na adaptação constante de seus militares à realidade dos ambientes operacionais e ameaças atuais. A informação e a situação mudam todos os dias, sendo fundamental ter soldados em condições de responder às transições. Por isso, torna-se importante que o Exército Brasileiro desenvolva treinamento para capacitar líderes ágeis e adaptativos, capazes de preparar seus soldados para as situações difíceis.

A implantação de cursos com o objetivo de desenvolver a resiliência em militares pode proporcionar vantagens operacionais, equipes mais coesas e seres humanos mais flexíveis e adaptáveis às situações e desafios que surgem. O treinamento por intermédio de cursos que desenvolvem a resiliência traz conceitos e capacitação necessários para desenvolver habilidades importantes para qualquer militar. O Exército Brasileiro pode aproveitar esse treinamento para desenvolver resiliência em soldados, membros da família e civis que porventura façam parte da família militar. Outro aspecto importante é que cursos na área da resiliência relacionam a liderança e a resiliência como recursos essenciais para buscar metas e, consequentemente, atingir resultados. Como cursos desta envergadura utilizam-se de diversas técnicas e áreas cognitivas e metacognitivas, há também uma forte influência na formação de líderes.

1. VISÃO GERAL DO CURSO

O curso de desenvolvimento da resiliência tem como base a psicologia positiva que foca nos objetivos pelo pensamento otimista e atitudes positivas. Além das vantagens para o militar que realiza o cur-

so, é possível adquirir conhecimentos com a finalidade de ensinar outros soldados (Reivich, Seligman, & McBride, 2011). Hoje em dia, curso similar é realizado junto ao Exército dos Estados Unidos da América (EUA) e o Centro de Psicologia Positiva da Universidade da Pensilvânia (Reivich, Seligman, & McBride, 2011). Como produto final do treinamento, o curso proporciona autoconhecimento, auto-regulação, otimismo, agilidade mental, forças de caráter e conexão (MRT, 2014). Estes são alguns dos atributos e competências necessárias para manter os soldados resilientes e preparados para enfrentar os desafios e superá-los.

No curso de desenvolvimento da resiliência realizado junto ao Exército Americano encontram-se os seguintes módulos: Definição de metas; Caçando aspectos positivos no obstáculo; Evento ativo, pensamentos e consequências; Gerenciamento de energia; Evite armadilhas de pensamento; Detectar icebergs; Solução de problemas; Coloque em perspectiva; Jogos mentais; Resiliência em tempo real; Reconheça as forças do caráter em si mesmo e nos outros; Força dos personagens; Comunicação assertiva; Elogio efetivo e resposta construtiva, Resiliência primeiros socorros; e Treinamento de resiliência de ciclo de implantação (MRT, 2014). Como resultado, o treinamento fornece preparação, suporte e aprimoramento para os participantes, tornando-os mais fortes psicologicamente no enfrentamento de adversidades. Desta maneira, o Exército Brasileiro, através de parcerias e militares capacitados, pode preparar curso específico para a realidade brasileira, no intuito de preparar seus militares para alcançarem alto nível de autoconsciência e agilidade mental para o enfrentamento dos desafios e adversidades atuais.

2. IMPORTÂNCIA DAS COMPETÊNCIAS

As competências treinadas em curso de desenvolvimento da resiliência devem ser estimuladas por meio de provocações aos instruendos e que instiguem a prática de

habilidades que o Exército Brasileiro pode utilizar dentro de um cenário real. As principais competências que podem ser propostas no curso são: autoconhecimento, auto-regulação, otimismo, agilidade mental, forças de caráter e conexão (MRT, 2014). A autoconsciência é o conhecimento consciente para identificar sentimentos, atitudes e pensamentos. É fundamental entender o ambiente onde se encontra, especialmente para identificar padrões contraproducentes (MRT, 2014). A auto-regulação apresentada no curso mostra como é relevante saber regular e expressar as emoções na dose correta, no momento oportuno e de acordo com o perfil do receptor, evitando pensamentos contraproducentes (MRT, 2014). Quanto à competência otimista, o curso ensina a permanecer realista, com esperança e como combater as tendências negativas (MRT, 2014). A agilidade mental oferece a oportunidade de desenvolver a flexibilidade, o pensamento crítico e criativo, a disposição para fazer as coisas e a capacidade de identificar e entender os problemas (MRT, 2014). Os pontos fortes do caráter são fatores essenciais que os militares do Exército Brasileiro devem ter para construir moralidade, integridade e continuar reforçando os valores da instituição. Outrossim, o curso pode explanar e expor para reflexão como os pontos fortes do caráter são úteis para superar desafios e alcançar objetivos (MRT, 2014). Como estudo da conexão como competência no treinamento da resiliência, temos a busca de compreender a importância de desenvolver relacionamentos fortes, usar a comunicação eficaz e apoiar os outros, fortalecendo as relações interpessoais (MRT, 2014). Nesta direção, seria de grande valia o Exército Brasileiro projetar programa para desenvolver competências de resiliência e habilidades de resiliência em seus soldados.

3. LIDERANÇA E RESILIÊNCIA

Pode-se considerar que liderança é considerada como um ponto de inflexão dentro da estrutura da Força Terrestre, pois trata-se de um dos elementos do poder de com-

bate terrestre. A resiliência, neste contexto, surge como um dos atributos que sustentam e reforçam o legado de qualquer líder. Ambas, liderança e resiliência, são cruciais para estabelecer e cumprir um objetivo. A liderança fornece objetivos, motivação e orientação, enquanto a resiliência traz a capacidade de recuperar-se das dificuldades e de adaptar-se a novos ambientes. Assim, elas caminham juntas para alcançar o sucesso de uma missão. A profissão militar é diferente das outras profissões porque os soldados devem estar prontos para usar a força letal e resistir a pressões para superar vários tipos de ameaças (ADRP 6-22, 2012). Portanto, a liderança e a resiliência apresentam a mesma importância no programa de treinamento da resiliência aqui proposto. Por meio de alguns atributos e competências ensinados no transcorrer do curso, os militares podem desenvolver a resiliência, a liderança, além de outras habilidades que promovem a preparação mental para situações de enfretamento e decisões difíceis.

3.1 LIDERANÇA

No manual de Campanha C 20-10 - Liderança Militar, 2^a edicao, 2011, o Exército Brasileiro apresenta o conceito de liderança como:

A liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da organização militar em uma dada situação.

A liderança pode também ser apresentada como um processo para influenciar pessoas usando objetivos, motivação e orientação para melhorar a organização (ADP 6-22, 2012). No entanto, a liderança enfrenta, às vezes, uma forte resistência para atingir seu objetivo de influenciar pessoas. Devido a esta realidade, o diálogo e a colaboração são importantes habilidades de liderança para desenvolver a capacidade de convencer os soldados e derrotar a resistência. Por meio da liderança, é possível

anticipar mudanças, criar novas oportunidades e entender o ambiente operacional. A liderança tem a base para compartilhar a compreensão de objetivos comuns, compromisso, propósito da missão e confiança nos líderes (ADP 6-22, 2012). Desta feita, a liderança constrói e recupera relacionamentos, desenvolvendo o clima organizacional e aumentando as oportunidades de perceber e superar as adversidades ou outras situações (ADP 6-22, 2012). Neste contexto, é razoável observar a forte relação entre a liderança e a resiliência e a relevância do desenvolvimento de ambas, concomitantemente, em cursos voltados para o treinamento da resiliência para os militares do Exército Brasileiro

3.2 RESILIÊNCIA

A dinâmica das atividades e informações exige que as pessoas rapidamente se moldem, se adaptem às novas tendências, tecnologias e as adversidades que se apresentam cada vez mais complexas e de difícil resolução. Assim, a resiliência se tornou um atributo crucial para os líderes.

Uma das definições de resiliência trazida pela Dra. Edith Grotberg, em seu livro “Descobrindo as Próprias Fortalezas”, é:

“Resiliência é o processo em que um sujeito enfrenta as adversidades, se abala, supera as adversidades e o seu próprio abalo e amadurece, desenvolvendo-se a partir daquele enfrentamento”.

Outro fato importante a mencionar é que a resiliência é um componente essencial da liderança. Por meio da resiliência, os líderes aplicam a liderança na adversidade e em situações difíceis. De acordo com o Master Resilience Training aplicado junto ao Exército Americano (2011), o indivíduo resiliente possui reações positivas e de soluções de problemas que contribuem para o exercício da liderança.

Em outras palavras, a resiliência é a capacidade de persistir diante dos desafios e de subjugar as adversidades. No livro O fator de resiliência - 7 habilidades essenciais para superar os inevitáveis obstáculos da vida (2002), o Dr. Andrew Shatté, ensina os

sete fatores da pessoa resiliente como sendo: o otimismo, a empatia, a administração das emoções, o controle dos impulsos, a análise causal, a auto eficácia e o alcance da vida. Além dos ensinados por Shatté, há uma série de fatores de proteção baseados em evidências que contribuem para a resiliência que foram expostos por Reivich, Seligman, & McBride (2011): otimismo, solução eficaz de problemas e fé, senso de significado, autoeficácia, flexibilidade, controle de impulsos, empatia, relacionamentos íntimos e espiritualidade, entre outros.

Os fatores e os conceitos relacionados à resiliência estabelecem conexões deste atributo com as atividades diárias das pessoas. As relações interpessoais e as habilidades socioemocionais são exponenciadas através da correta prática que pode ser realizada durante e após o curso específico. Para os militares, pode-se afirmar que os soldados, por se tornarem resilientes e possuidores de outros conteúdos atitudinais, identificam problemas e desenvolvem comportamentos e ações para superá-los. Assim, é possível afirmar que a resiliência favorece uma transformação cultural nas unidades militares, através do desenvolvimento de um clima organizacional positivo e de pessoas cada vez mais comprometidas e preparadas para agirem em prol do sucesso da organização. Consequentemente, é possível perceber que curso onde se treina o desenvolvimento da resiliência pode proporcionar muitos benefícios para os recursos humanos da Força.

4. DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES

O desenvolvimento de líderes é um fator essencial para qualquer Exército. Os líderes podem aproveitar o treinamento da resiliência para aprofundar seu conhecimento e expandir sua liderança. Líderes resilientes transmitem confiança, importância de adequação e prudência aos soldados. Os líderes precisam ter agilidade mental, bom senso, inovação, tato interpessoal e especialização como habilidades (ADRP 6-22, 2012). Assim, o desenvolvimento de líderes é a chave fundamental para um Exército forte.

Os líderes resilientes podem se recuperar rapidamente das adversidades, frustrações e estresse, enquanto mantêm sua missão e foco organizacional (ADRP 6-22, 2012). Por conseguinte, o investimento em curso que promova o desenvolvimento da resiliência nos militares do Exército Brasileiro será de grande valia para o êxito das missões.

No desenvolvimento de líderes é importante entender que é necessário, algumas vezes, usar diversos estilos de liderança, a fim de alcançar a efetividade nas ações. A migração de um estilo para o outro na intenção de se adaptar a determinada realidade que exige a pronta intervenção do líder adaptado muitas vezes não é tarefa fácil. Sabendo que não se pode resolver problemas novos e de alta envergadura usando o mesmo nível de pensamento e habilidades em que se estava quando esses problemas surgiram, é necessária uma preparação efetiva para que o líder possa acompanhar as constantes mudanças nos ambientes operacionais atuais. Neste bojo, faz-se relevante que o Exército Brasileiro busque preparar seus líderes com a finalidade de torná-los mais preparados para os diversos enfrentamentos comuns na atual realidade nacional.

5. CONCLUSÃO

Apesar do conceito de resiliência ser algo relativamente novo para as organizações, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, metacognitivas e emocionais que possibilitem as pessoas a se tornarem mais resilientes é uma imposição da atual conjuntura da sociedade. Aos Exércitos de todo mundo não é diferente. Treinar seus soldados e líderes, a fim de torná-los mais resilientes é fator decisivo para o cumprimento das missões. A possibilidade de o Exército Brasileiro utilizar de cursos com o objetivo de treinar o desenvolvimento da resiliência em seus militares pode apresentar resultados significativos que contribuirão para o sucesso das ações. Os fatores conectados à resiliência apresentados neste artigo possibilitam qualquer pessoa a aprender e utilizar a resiliência como ferramenta na resolução de problemas. Para os líderes, a resiliência é uma força aliada que projeta o trabalho e sustenta o legado do líder, pois serve como fator preponderante na tomada de decisões prudentes e acertadas. Para o desenvolvimento de líderes, o curso em resiliência pode proporcionar ganhos imensuráveis, pois aperfeiçoa os recursos humanos já existentes e ensina de maneira correta e consistente os futuros líderes da importância de se ter a resiliência como ponto de honra a seguir sempre que for necessário agir perante as adversidades. Enfim, a implantação de cursos de treinamento da resiliência por parte do Exército Brasileiro trará diversos benefícios, pois líderes serão desenvolvidos e estimulados a agir pela razão, sem descartar os aspectos emocionais que envolvem determinada situação, contribuindo decisivamente para o preparo e o emprego de seus militares e para o sucesso das missões cumpridas pela Força Terrestre.

REFERÊNCIAS

Autry, J. A. *O Líder Servidor*. Campinas, SP: Ed. Verus, 2010.

Exército Brasileiro. EB20-MC-10.211 - Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres, Brasília, DF: Centro de Doutrina do Exército, 2014.

Exército Brasileiro. EB 20-MF-10 - Operações. Brasília, DF: Centro de Doutrina do Exército, 2014.

Grotberg, E. H. *Resiliência: Descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2005.

Goleman, D. *Liderança: A Inteligência Emocional na Formação do líder de sucesso*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Objetiva, 2015.

Munroe, Myles. *O Poder do Caráter na Liderança*. Rio de Janeiro, RJ: Central Gospel, 2015.

Manual C 20-10. (2011). Liderança Militar 2 Edição. Brasília, BR: Ministério da Defesa.

Publicação de Doutrina do Exército Americano (ADP) 6-22. (2012). Liderança do Exército. Washington, DC: Escritório de impressão do governo.

Publicação de Referência de Doutrina do Exército Americano (ADRP) 6-22. (2012). Liderança do Exército. Washington, DC: Escritório de impressão do governo.

Reivich, K. (2014). Guia do participante do treinamento de resiliência mestre Versão 3.1. Filadélfia, Pensilvânia: Universidade da Pensilvânia.

Reivich, K.J., Seligman, M.E.P., & McBride, S. (2011). Treinamento de Resiliência Mestra no Exército. Obtido em <http://www.ppc.sas.upenn.edu/mrtinarmy-jan2011.pdf>

Reivich K, Shatté A. O fator de resiliência. 7 habilidades essenciais para superar os inevitáveis obstáculos da vida. Nova York - EUA: Broadway Books - Random House; 2002.

SABBI, Deroni. Sinto, Logo Existo. Porto Alegre, RS: Alcance, 1999.

2. Tutor: *Elo Forte na Educação a Distância*

Leandro Marcos Mourão de Oliveira¹

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância do papel do tutor no processo de ensino dos discentes, atuando de forma dinâmica e assídua, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, fazendo com que a Educação a Distância (EaD) seja sem distância. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa do tipo bibliográfica e levantamento de dados coletados dos questionários aplicados aos alunos, acrescida da experiência vivida por 4 anos, deste autor, no desempenho da função de tutor na modalidade a distância. O processo de aprendizagem na EaD é transferido do tutor para o aluno, dando a entender, portanto, que ele seja o mediador na construção do conhecimento. Além do mais, está comprovado, por inúmeros autores da área, que neste método de ensino atinge também um nível muito elevado de conhecimento e de qualidade equiparado ao tradicional, pois permite que os alunos tenham iniciativa de

pesquisar materiais didáticos complementares, promover discussões e reflexões de temas nos fóruns e nas atividades disponibilizadas na plataforma acadêmica e tirar dúvidas, cada vez mais, com os tutores engajados das disciplinas.

PALAVRAS-CHAVE: Tutor. Intereração. Educação a Distância.

INTRODUÇÃO

Conforme explanado pela autora Demarco (2013, p. 14), nas duas décadas após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, LDBEN (BRASIL, 1996), que registrou um compromisso junto à sociedade de incentivar “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, a Educação a Distância (EaD) sofreu um crescimento muito rápido em nosso país. Na década de 1980, a moda-

¹ Pós-graduado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Castelo Branco-RJ (2009). Bacharel em Administração pela Faculdade Estácio de Sá-RJ - Campus Nova América (2006). Bolsista Tutor a Distância do Curso de Administração Pública (CAPES/UAB) da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: mourao1980@gmail.com

lidade começou a ser adotada por algumas universidades, que passaram a fazer uso dos meios de comunicação de massa como ferramentas de apoio pedagógico. Entretanto, na década de 1990, que presenciou o advento da internet e um enorme salto quantitativo no processo de desenvolvimento e disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a EaD tomou um rumo a uma expansão muito mais ampla e significativa. Fica evidenciado que a missão da referida modalidade de ensino é oferecer meios para se “reduzir” as distâncias e os isolamentos geográficos, beneficiando, também, um público que não tem ou não teve acesso a programas tradicionais de educação. Enfim, o desenvolvimento da EaD no país tem se dado como uma alternativa, em particular, para a formação inicial e continuada de docentes.

Já no tocante às atribuições do tutor na EaD, a referida autora relata que ele é visto ainda como um profissional que presta uma assistência relativamente limitada ao aluno, posicionando-o como um administrador de feedback que de maneira simples sana dúvidas pontualmente, dentro do prazo máximo de 24 horas, por meio de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem. Nota-se, então, uma visão deturpada em relação à função do tutor EaD, abreviando de forma substancial as suas responsabilidades perante os seus alunos.

Face ao exposto, este autor, Tutor a Distância do Curso de Administração Pública (CAPES/UAB) da Universidade Federal de Juiz de Fora, por experiência própria, ao longo de 4 anos de atuação, contesta a visão em tela e ratifica a importância do tutor no processo de aprendizagem, segundo Soek e Gomes (2008):

(...) a ação da tutoria é fundamental na EaD, pois ela faz a mediação entre todos os participantes do processo e propicia a comunicação no momento em que acompanha e até mesmo promove às competências pedagógicas, tecnológicas, didáticas, pessoais e de trabalho colaborativo.”

1. Relevância do estudo para a ciência

De acordo Hattge, Ribas e Paulo (2014),

grande parte dos alunos da EaD possuem inúmeras expectativas quando iniciam um curso: os conteúdos; de que forma serão estudados; como são feitas as tarefas e avaliações; como será seu contato com os demais colegas e tutores no Ambiente Virtual de Aprendizagem. O maior obstáculo que se nota nos alunos calouros e até veteranos é a dificuldade em utilizar as ferramentas das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), bem como a exploração da plataforma acadêmica da instituição de ensino.

Para superar tal obstáculo, o aluno deve se conscientizar e entender que é necessário fazer o uso otimizado dessas ferramentas das quais o curso dispõe, sendo que o domínio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, promove a sua autonomia quase plena. No Ambiente Virtual de Aprendizagem, o discente não encontrará o conhecimento totalmente pronto, como explicaremos mais a frente, mas terá disponível ferramentas norteadores da aprendizagem e do conhecimento desejado.

Contudo, o aluno sempre contará com o papel importantíssimo do tutor, que tem a missão de mediar o processo de ensino-aprendizagem, com desenvoltura de conhecimento, esmero, qualidade e, principalmente, no tempo certo, por meio do feedback; orientando-o para que se sinta motivado e consiga interagir com os demais colegas de turma, durante as discussões e as reflexões propostas.

2. Fundamentação Teórica

A palavra interação traz em seu significado a ação entre dois ou mais agentes. Segundo o dicionário Priberam, a palavra interação é o fenômeno que permite a certo número de indivíduos constituir-se em grupo, e que consiste no fato de que o comportamento de cada indivíduo se torna estímulo para outro: comunicação entre pessoas que convivem; diálogo, trato, contato; atividade ou trabalho compartilhado, em que existem trocas e influências recíprocas.

Para Silva, o conceito de interação vem de longe:

Na física refere-se ao comportamento de partículas cujo movimento é alterado

pelo movimento de outras partículas. Em sociologia e psicologia social a premissa é: nenhuma ação humana ou social existe separada da interação. O conceito de interação social foi usado pelos interacionistas a partir do início do século XX. Designa a influência recíproca dos atos de pessoas ou grupos. Um desdobramento dessa corrente é o interacionismo simbólico que estudou a interação entre indivíduos e instituições no sentido de verificar como são coagidos por elas e de como buscam transceder essa coação. (SILVA, 1998)

A avaliação EaD é baseada em tarefas que são propostas ao aluno ao longo do curso, devendo ser efetuadas num determinado período de tempo. A comunicação e interação entre o aluno, é feita por meio do feedback, que é considerado como uma ferramenta importante para orientar, motivar, reforçar comportamentos, evitando que ele limite seus estudos.

Segundo Moscovici (2011, p.54), feedback “é um processo de ajuda para mudanças de comportamento; é comunicação a uma pessoa, ou grupo, no sentido de fornecer-

-lhe informações sobre como sua atuação está afetando outras pessoas”.

Ratifica-se, então, que o feedback emitido pelos tutores, durante as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem, serve de estímulo para que o aluno se sinta motivado e cada vez mais desenvolva sua busca em relação ao seu ensino- aprendizagem. O tutor que sabe ser um mediador construtivo e aplicar com eficiência as devidas respostas às demandas dos alunos, pode também minimizar a evasão nos cursos EaD, uma vez que a maioria dela se dá nos primeiros períodos.

Além disso, há a importância da qualidade do feedback do tutor, pois cabe a ele perceber os estilos de aprendizagem dos discentes e as particularidades individuais e coletivas da turma, compartilhando ideias consistentes e construtivas, fazendo com que eles busquem os conhecimentos necessários para complementar sua aprendizagem acerca dos conteúdos propostos. Enfim, o aluno precisa conscientizar-se de

Expectativas dos alunos na avaliação pelo Tutor
Confirmação: confirmação da recepção do trabalho e saberem se o trabalho estava completo ou se havia alguma coisa que era necessário completar para que pudesse ser classificado
Profundidade: que o tutor dedique o tempo necessário para ler o trabalho deles na íntegra, e que o comente refletidamente, com um nível de detalhe apropriado
Oportunidade de esclarecimento: que o tutor lhes diga se algum elemento do contexto e das bases do seu trabalho não estava claro, de forma a que o aluno tenha oportunidade de o esclarecer
Respeito: que o tutor os trate com respeito, o que significa dar-lhes um feedback útil e construtivo, que vise apoiar a sua progressão como alunos, com as críticas apontadas para o seu trabalho, não para eles próprios como pessoas, e que se destine claramente a ajudá-los como alunos
Oportunidade: que respondam prontamente, de forma a que eles possam considerar e aplicar o feedback à etapa seguinte da sua aprendizagem.

Quadro 1 - Expectativas dos alunos na avaliação pelo Tutor

Fonte: O'ROURKE, Jennifer. Tutoria no EaD: um manual para tutores.

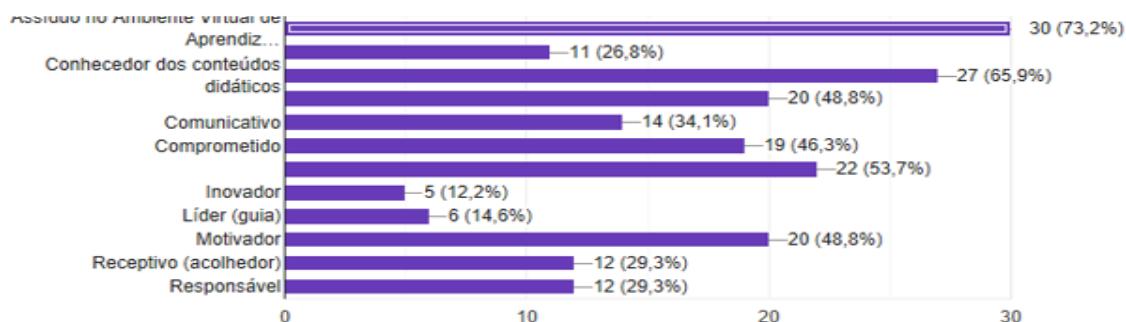
que quem construirá o conhecimento e o administrará será ele próprio.

Dentro dessa lógica, Moran (2008) cita que a EaD não é um “fast-food” em que o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual. Com isso, é possível avançar rapidamente, trocar experiências, esclarecer dúvidas e mensurar resultados.

Schwartz e White (2000, p.167) apud Paiva (2003) ressaltam que o feedback é ainda mais crítico no Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde os alunos podem se sentir isolados ou excluídos. Para Bischoff (2000) apud Paiva (2003), tutores a distância eficientes não apenas escrevem regularmente para os encontros virtuais, mas fornecem feedback constante e consistente individualmente (personalizado) e ao grupo. Ou seja, feedback constante e consistente pode estimular o engajamento ativo por meio de técnicas, tais como: questionar pressupostos, discordar de alguns pontos e destacar pontos bem analisados.

Ainda acerca de feedback, para Abreu e Lima (2003) apud Santos e Cruz (2011), a linguagem deve ser amigável sempre considerando a netiqueta, o tom, a organização, a adequação ao contexto, entre outros elementos; o conteúdo, que pode receber uma abordagem diretiva ou sugestiva e, preferencialmente, ambas as características, equilibradas de acordo com o desenvolvimento do aluno e das tarefas realizadas; e o ritmo e a constância, que implicam considerações sobre o tempo e o número de interações entre tutor e alunos. Todos esses

2) Quais são as competências mais esperadas no Tutor EaD pelo aluno? (Escolher até 4 opções)



elementos são fundamentais e demandam estratégias, organização pessoal dos envolvidos e, especialmente, compromisso com o processo educacional, que é construído na interação entre os atores (professor, tutor, aluno) da EaD.

3. Apresentação e Análise dos Dados

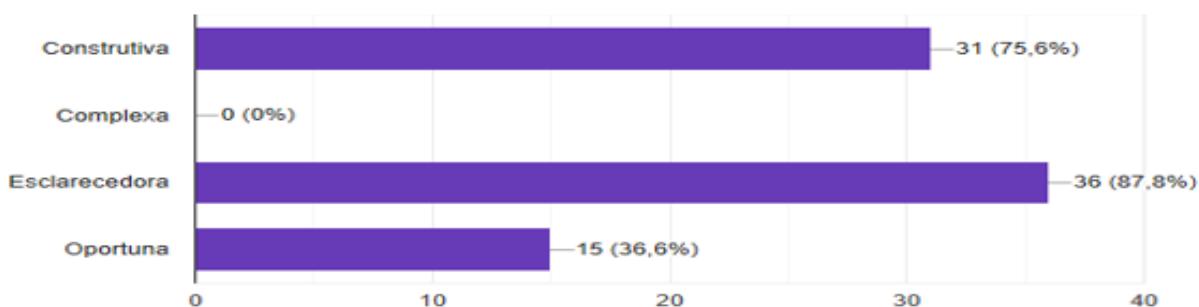
A pesquisa foi realizada no final do 1º semestre de 2018, com alunos do 7º e 8º períodos do Curso de Administração Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo da pesquisa foi verificar a importância do papel do tutor EaD no processo de ensino-aprendizagem; as competências mais esperadas no tutor EaD pelos alunos; as características do feedback mais desejáveis pelos alunos na EaD; a relevância do prazo (até 24 horas) para o lançamento do feedback no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); e se podemos dizer que o tutor é o elo forte na EaD. O questionário da pesquisa foi aplicado on-line, totalizando 138 alunos.

Obteve-se a resposta de 41 alunos, que se seguem:

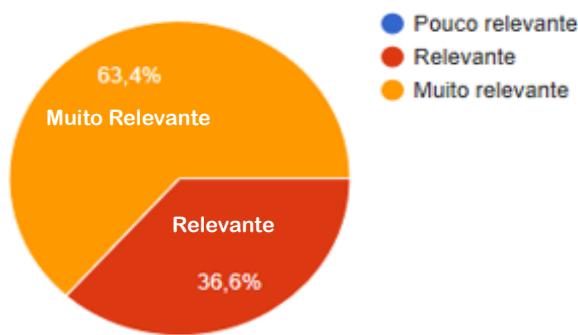
1) É de suma importância o papel do Tutor EaD no processo de ensino-aprendizagem?



3) O feedback realizado pelo Tutor EaD durante as avaliações é de grande valia, para que o discente possa assimilar o conteúdo didático e, sobretudo, estimulá-lo a construir o seu próprio conhecimento. Face ao exposto, quais características do feedback são mais desejadas pelos alunos na EaD? (Escolher até 2 opções)



4) Qual é a relevância do prazo (até 24 horas) para o lançamento do feedback no AVA?



5) Podemos dizer que o Tutor é o elo forte na EaD? Por quê?

As 10 respostas mais consistentes:

Sim, pois o tutor é tão capacitado quanto o professor para esclarecer as dúvidas dos alunos.

Sim, porque ele gera as atividades acadêmicas, servindo de motricidade quando o aluno, por algum motivo, diminui sua motivação.

Sim, porque na EaD, o tutor é o principal agente incentivador da troca de conhecimentos, experiências e informações entre os discentes; é ele que fornece conteúdos didáticos consistentes que nutrem os discentes, para que esses possam construir seus próprios conhecimentos.

Sim, principalmente, porque na EaD os professores são muito distantes dos alunos. Com isso, os tutores suprem essa ausência com muita responsabilidade e competência.

Sim, porque é ele o ente mais próximo

que estará de todos nós. Cabe ao tutor a tarefa da motivação; do esclarecimento; da facilitação e da partilha de conhecimentos e conceitos, vislumbrando a melhor absorção e compreensão daquilo que se pretende com tais disciplinas.

Com certeza, pois o tutor exerce o papel do professor presencial e para isso é conhecedor do conteúdo das disciplinas. Seu auxílio é de grande valia para o aprendizado uma vez que está disposto a sanar as dúvidas dos instruendos e a corrigir possíveis erros concernentes às atividades das disciplinas o qual é responsável.

Sim, porque a troca de informações entre o tutor e o aluno facilita o aprendizado e, por consequência, o melhor aproveitamento por parte do aluno. Podemos concluir que a base da EaD é o constante contato tutor/discente, pois com essa ferramenta se tem a renovação e transmissão dos conhecimentos ora ensinados.

O tutor no universo da EaD é o grande

motivador para o aluno, visto que não se tem o contato presencial muitas das vezes (aluno/professor). Dessa forma, a experiência transmitida pelo tutor nos fóruns e o feedback preciso dos trabalhos são de suma importância para o aluno.

Sim, porque uma vez que o tutor seja desatencioso ou se mantenha ausente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o aluno fica perdido e sem rumo. Permita-me comparar o AVA com uma grande embarcação no mar aberto: "o tutor é o timoneiro da embarcação no mar revolto." Ou seja, qualquer descuido do tutor na condução da nau, poderá causar danos catastróficos.

Sim, pois por meio da sua mediação e interação com os integrantes das turmas, corrigindo desvios nas respostas e opiniões, argumentando convincentemente e com exemplos elucidativos, agregará valor e união, conduzindo então os discentes para o correto entendimento e aprendizado, além de servir como estímulo no prosseguimento dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do tutor EaD é de suma importância para os discentes, pois está voltado à melhoria dos processos pedagógicos que visam facilitar a forma como os alunos assimilam os conteúdos das disciplinas dos cursos, prestando, ainda, todo o apoio no processo de ensino-aprendizagem.

O tutor deve ser um grande conhecedor do conjunto de conceitos e de ideias que está sendo disponibilizado em determinada disciplina do curso, tendo em vista que ele será a ponte de informações e de tiragem de dúvidas dos alunos, no tocante a esses conteúdos, inclusive para assisti-los em dificuldades tecnológicas. Tudo isso, será promovido por meio de um feedback confiável, pormenorizado, contextualizado e, especialmente, enviado aos discentes no tempo certo, isto é, no prazo de atendimento de suas necessidades, que por experiência é de no máximo de 24 horas.

Mais uma atribuição de grande relevância da tutoria EaD diz respeito à motivação a novas perspectivas diferenciadas em

debates e discussões realizados em fóruns, incluindo desenvolver a habilidade de iniciativa e de cooperação entre os alunos, estimulando a aprendizagem de forma colaborativa, onde cada aluno pode se ajudar e incentivar a construção de conhecimento de maneira coletiva.

Em síntese, o tutor ombreará lado a lado com os alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, chamando a todos a firmar uma política de compromisso, responsabilidade, assiduidade, comunicabilidade, interação e disciplina consciente para planejar os horários de estudos e participar de maneira assíncrona e síncrona das atividades dos fóruns e das tarefas propostas.

Enfim, fica claro que o tutor é o elo forte na EaD tendo por exemplo a influência diretamente no processo de aprendizagem de seus alunos, transmitindo conhecimentos e experiências acurados no desenvolvimento de cidadãos formadores de opinião junto à Sociedade.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:

informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, ago. 2002.

. NBR 6024: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, abr. 2012.

. NBR 6028: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, nov. 2003.

. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, ago. 2002.

. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, abr. 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 14 jul. 2018.

DEMARCO, Regina Sênos. Tutoria e Qualidade na Educação a Distância sob a ótica dos Tutores. Dissertação apresentada à Faculdade Estácio de Sá como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Rio de Janeiro, 2013. 96p.

HATTGE, A. A. G; RIBAS, C. C. C.; PAULO, A. B. D. A importância do feedback do tutor on-line no ensino a distância. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET, Curitiba, Dezembro de 2014.

MATHIAS, Antônio Viana; FILHO, Sylvio Moreira Alexandre. Monografia: do projeto à execução. Rio de Janeiro: Rio, 2005. 112p.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228846830_O_que_e_educacao_a_distancia> Acesso em 15 jul. 2018.

MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. p. 94-96.

O'ROURKE, Jennifer. Tutoria no EaD: um manual para tutores. Disponível em <<http://www.abed.org.br/col/tutoriaead.pdf>> Acesso em 17 jul. 2018.

PAIVA, V. L. M. O.. In: LEFFA.V. (Org.) Interação na aprendizagem das línguas. Pelotas: EDUCAT, 2003. p.219-254.

SANTOS, M. T.; CRUZ, D. M. O feedback e a comunicação na Ead: noções teóri-

cas e aproximação metodológica. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba. Impresso, v. 7, n. 16, p. 172-190, maio/ago. 2012.

SILVA, M. (org). O que é interatividade. Boletim Técnico do SENAC. RJ: SENAC, Centro de Documentação Técnica, Volume 24 - Número 2 - Maio/Agosto 1998. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/242/boltec242d.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SOEK, A. M. e GOMES, D. L. As relações de ensino/aprendizagem na educação a distância e o trabalho do tutor como mediador do conhecimento. 2008. Revista Intersaber, ano 3 n. 6, p. 166-176. Disponível em:

<<http://www.grupouninter.com.br/intersaber/index.php/revista/article/view/136/109>> Acesso em: 15 jul. 2018.

3. O Conflito Assimétrico

Magno Batista de Oliveira¹
Ricardo Augusto Arraes Gondim²

RESUMO

O presente estudo mostra a complexidade dos conflitos assimétricos no século XX e XXI. Onde temas como: terrorismo, chantagem, assassinato seletivo e ciberespaço passam a ser uma constante em conflitos dentro das megacidades. No conflito moderno as antigas batalhas campais saem de cena e o combate passa a ser desenvolvido em um ambiente urbano altamente populoso, onde os danos a civis podem ser irreversíveis. Neste contexto, surgem as dicotomias quanto ao uso de instrumentos que podem causar danos colaterais. Grupos insurgentes se utilizam de civis como escudo para realizar ataques, quando a força estatal reage causa normalmente danos colaterais a população, causando uma instabilidade. Vale ressaltar, também é desenvolvido o nível de participação da população civil que pode varia com a sua atitude entre combatente e não combate. Esta discussão, é vital pois, se o indivíduo não for combatente ele fica protegido pela

Convenção de Genebra, diferentemente do civil combatente que que engaja e vira combatente. Como procedimento utilizou-se de leituras através de análise bibliográfica, utilizando-se a consulta de livros, artigos científicos e sites direcionados a pesquisa, que ao cabo, foram consolidadas por fichamentos e resumos para formulação das hipóteses e suas respostas.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra assimétrica, terrorismo, assassinato, ciberespaço.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar as dificuldades de uma guerra assimétrica em um ambiente altamente populoso. Este objetivo é vital para entendermos como é complexa a guerra assimétrica nos dias atuais, haja vista que, existem diversos elementos inseridos no ambiente em conflito que podem causar danos imensuráveis aos elementos estatais e não estatais. O fato que é indis-

1. 1º Sargento de Infantaria, servindo na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

2. 1º Sargento de Infantaria, servindo na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

cutível em conflitos assimétricos, é o dano causado aos civis, que em sua quase totalidade são eles que pagam a conta da guerra como vemos na figura a seguir:



Figura 1

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/se-te-fatos-sobre-a-guerra-na-siria/>>
Acesso em 20 de abril de 2019

Neste interim, podemos perguntar como uma população civil pode viver sem educação, saneamento básico, energia elétrica e água encanada, elementos básicos para a dignidade humana. Para que o mencionado objetivo seja atendido serão realizados um breve estudo sobre: terrorismo, tortura, assassinato seletivo, ciberespaço. Abordaremos conflitos ao longo da história com essas características e mais recente vamos apresentar uma visão de como foi a Operação Liberdade do Iraque (*Operation Iraqi Freedom*).

Em linhas gerais o conceito de guerra assimétrica seria a diferença entre duas forças armadas com capacidades estratégicas, militares e táticas significativamente diferentes se enfrentarem em combate.

Voltando na linha do tempo, nosso primeiro exemplo de guerra assimétrica bem claro foi a Revolução Americana (1.775 a 1.783). De um lado o poderoso Exército Britânico com todo o seu poderio militar e do lado americano advogados, camponeses, caçadores, artesãos, que almejavam a independência dos EUA. Os britânicos bem armados lutavam em campo aberto com formações alinhadas e coesas, enquanto os americanos rebeldes usavam técnicas de guerrilha e emboscadas, através de pequenos grupos faziam ataques inesperados e contundentes, principalmente nas linhas de suprimentos do inimigo. O resultado

surpreendente foi a vitória dos americanos e a expulsão dos britânicos.

Na primeira e segunda guerras mundiais foi um pouco diferente, com os países envolvidos tendo suas forças balanceadas, sendo assim os conflitos se caracterizaram como simétrico no geral. Já na segunda metade do século XX foi o oposto, com grandes guerras assimétricas mundo afora, destaca-se nesse contexto a guerra do Vietnã e a guerra do Afeganistão.

Com as atrocidades ocorridas em duas grandes guerras o mundo viu a necessidade da criação de uma instituição que substituisse a Liga das Nações (criada pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial em 28 de abril de 1919), a Carta das Nações Unidas ou Carta de São Francisco é o acordo que formou a Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 24 de outubro de 1945.

O Estatuto da Corte Internacional de Justiça é parte integrante da Carta que é o principal órgão judiciário das Nações Unidas (NU), onde temos o seu preâmbulo a seguinte referência das duas grandes guerras:

“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações futuras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E para esses fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e instituição dos métodos, que a forma armada não será a não ser pelo interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos. Em

vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas" (Carta, ONU).

Um documento importante é a Declaração Universal dos Direitos do Homem com o intuito de prover a paz e a democracia, e fortalecer os Direitos Humanos.

"A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição" (Declaração, ONU).

Temos também as quatro Convenções de Genebra definem as normas para as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional. A primeira Convenção nos deu a ordem de respeitar e cuidar dos militares feridos ou doentes sem discriminação. A segunda Convenção estendeu as obrigações da primeira Convenção às forças navais. A terceira Convenção de Genebra teve como objetivo definir o tratamento de prisioneiros de guerra. A quarta Convenção nos traz a relativa à proteção dos civis em período de guerra.

Podemos destacar o art. 3º de todas as convenções que todas as pessoas tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo. Ficando assim proibido as ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e

suplícios. A tomada de reféns, as ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes, e as condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

Os dois Protocolos Adicionais de 8 de junho de 1977 completam o conjunto de disposições sobre a proteção das vítimas de conflitos internacionais e não internacionais respectivamente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo viu surgir duas superpotências que iriam dividir o mundo em duas partes. Essa bipolaridade ficou marcada com a Guerra Fria, onde as potências fizeram uma corrida armamentista jamais imaginada. O mundo ficou dividido entre o capitalismo liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o comunismo da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A queda do muro de Berlim foi o início da derrocada do regime comunista no mundo. Uma consequência internacional foram diversos conflitos armados de origem étnica, religiosa e cultural que eclodiram nos anos posteriores na Europa (ex-Iugoslávia), África (Ruanda, Congo e Sudão) e Iraque (Oriente Médio).

Combates mais recentes com a Guerra do Golfo no princípio dos anos 90 e a própria Guerra do Iraque são exemplos de combates assimétricos, onde métodos primitivos e proibidos vieram à tona nos recentes conflitos.

Com o intuito de atingir o objetivo mencionado, o presente estudo apresentará em sua primeira subseção aspectos relacionados com o terrorismo. Em segunda subseção serão tratadas as chantagens pelos elementos estatais ou não-estatais. A terceira subseção o assassinato seletivo com elemento mais difundido nos conflitos recentes. Na quarta subseção vamos entender como o ciberespaço será importante para os próximos conflitos. Na quinta subseção

mostraremos como foi a Operação Liberdade do Iraque (*Operation Iraqi Freedom*) com seus pontos forte e as oportunidades de melhoria.

1. TERRORISMO

O conflito assimétrico tem características peculiares, por ser uma guerra travada em ambiente urbano onde poder estatal é mais forte do que o não-estatal começa aí a assimetria que perdura nos conflitos recentes.

De acordo com Gross (2014), o poder estatal possui Força Armada, exércitos constituídos com tecnologia e armas sofisticadas de ponta enquanto o poder não-estatal não possui armamento sofisticado e nem boa tecnologia, isso leva a um dilema. Quem vai sofrer essas consequências de armamentos sem tanta tecnologia e precisão? Ou ainda na carência de alvos tipicamente militares como o poder estatal vai efetuar ataques a um inimigo que está inserido no meio da população?

Ora, Gross (2014) nos mostra uma característica do conflito assimétrico que é a carência de alvos militares, pois o inimigo usa do anonimato para poder esconder seus lança foguetes em fazendas e também armazenar munições em celeiros, estes atos são comuns na guerra assimétrica. Porém como o poder estatal vai reagir, aí está a pergunta. O poder estatal na carência de alvos militares ele expande o escopo e passa usar alvos associados como os já mencionados, contudo existirá baixar de civis que moram ou corroboram com a atividade.

O não combatente em uma guerra convencional é protegido, já na guerra assimétrica isso não ocorre. A quarta Convenção de Genebra nos diz que os civis são claramente protegidos de toda hostilidade: eles não podem ser sequestrados, para servir, por exemplo, de “escudos humanos”, toda e qualquer medida de retorsão visando os civis ou seus bens é estritamente proibida e as punições coletivas são estritamente proibidas.

Não combatentes que tomam parte do conflito estão sujeitos a danos. Civis que engajam no combate podem sofrer danos

colaterais. A ausência de uniformes é um problema. Na guerra assimétrica danos causados a civis são comuns, pois há um aumento por parte do poder estatal dos alvos associados e certeza que haverá danos a civis.

O poder estatal lado mais forte usa uma ferramenta do assassinato seletivo e da chantagem, todavia o poder não-estatal lado mais fraco usa a ferramenta do terrorismo.

O objetivo do terrorismo nem sempre é a quantidade de vítimas e sim a quantidades de pessoas que estão assistindo.

Gross (2014), nos traz um dilema importante do terrorismo: matar inocentes.

Bagdá, Iraque fevereiro de 2008: duas mulheres deficientes mentais foram envolvidas com explosivos sexta-feira e enviadas para mercados lotados de Bagdá onde foram explodidas por controle remoto disse um alto funcionário do governo iraquiano. As bombas mataram 98 pessoas (Gross, 2014, p.217).

O terrorismo é uma parte do repertório da luta armada usada por organizações de guerrilha utilizada para alcançar seus objetivos na guerra assimétrica.

Gross (2014), nos traz ainda a entrevista do Saadi Yacef, um líder argelino que combateu a França durante a guerra de independência, o repórter do *The New York Times*, Daniel Williams, descreveu Yacef como um “rebelde” e “líder de resistência” cujas “táticas de terror são parte da mitologia nacional”. O próprio Yacef é impetuoso:

(O terror) não era exatamente uma tática. Era parte de uma estratégia geral que incluía participação em massa. Era especificamente direcionada a invasores, não a qualquer pessoa ... Nós matamos mulheres, sim, e arrancamos fetos de seus úteros. Mas foi tudo em nome da libertação. Eram apenas meios empregados contra um inimigo cruel (Gross, 2014, p 219).

Quando a guerra de guerrilhas se mudou do campo para a cidade, eles tiveram que adaptar as suas estratégias e passou a atacar civis inimigos funcionários do governo, policiais colaboradores e simpatizantes entre a população local. Os danos intencionais a inocentes na busca de objeti-

vos políticos são uma marca característica do terrorismo.

A combinação da guerra de guerrilhas com o terrorismo urbano irá provavelmente se constituir em uma poderosa forma de fazer guerra assimétrica em um futuro próximo. Como exemplo podemos citar o Estado Islâmico.

De acordo com o site de pesquisas *Wikipedia* o Estado Islâmico (EI) é uma organização jihadista (guerra santa mulçumana) islamita de orientação salafita (é um movimento ortodoxo sunita de abordagem fundamentalista do Islã) com aplicação da Sharia (lei islâmica) seu objetivo é estabelecer um califado, um tipo de Estado islâmico liderado por um grupo de autoridades religiosas sob o comando de um líder supremo, o califa, que se acredita ser o sucessor de Maomé. O EI obriga as pessoas que vivem nas áreas que controla a se converterem ao islamismo, além de viverem de acordo com a interpretação sunita da religião e sob a lei Sharia. O EI é considerado um grupo terrorista pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela União Europeia (UE) e pelas mídias do Ocidente e Oriente Médio.

Regiões tomadas pelo Estado Islâmico são impostas três opções para as pessoas: se converter ao islamismo, pagar o imposto religioso (o jizia) ou morrer. Estas localidades conquistadas pelo EI possuem algumas características são elas: a bandeira negra no topo do prédio mais alto, início de campanha para conquistar corações e mentes por meio de Ações Cívico Sociais (ACISO) em locais miseráveis devastados pela guerra, distribuição de pendrives com cânticos jihadistas e vídeos que mostram as operações militares do grupo e folhetos que pregam contra a democracia.

Dentro desta conjuntura de terror um grupo sofre muito, são as mulheres, elas sofrem violência sexual, são sequestradas e vendidas. As mulheres mais velhas são vendidas em mercado de escravos e as mais jovens são estupradas ou obrigadas a casar com os combatentes.

A devastação do EI é também vista em

uma nova forma de se fazer guerra: a destruição de patrimônio cultural. Após a Guerra do Iraque o grupo saqueou museus e vendeu artefatos históricos e culturais para a Europa e ainda destruiu vários artefatos, estátuas, túmulos, santuários e mesquitas fazendo uma limpeza cultural.

O EI é um grupo terrorista que sabe usar as redes sociais para passar suas mensagens de terror, o exemplo são suas revistas online *Rumiah* e *Dabiq*. Nestas revistas onde é divulgada a sua ideologia, políticas e objetivos do EI e também há espaço para ameaças ao Ocidente. É uma revista muito bem confeccionada com fotografias sofisticadas tudo para aliciar jovens marginalizados. *Dabiq* é uma cidade ao norte da Síria, onde segundo a tradição islâmica ocorrerá a batalha entre mulçumanos e cristãos, sendo os mulçumanos vitoriosos dando início a uma nova ordem mundial mulçumana. Com a perda da cidade de *Dabiq* a revista passou a ser *Rumiah* que significa a conquista e destruição de Roma.

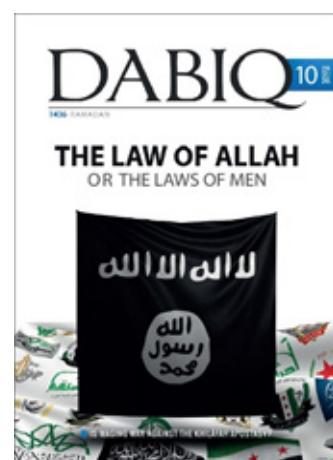


Figura 2

Disponível em: <<https://clarionproject.org/islamic-state-isis-isil-propaganda-magazine-dabiq-50/>>

Acesso em 20 de abril de 2019

O mais recente atentado reivindicado pelo EI, foi o ocorrido no Sri Lanka, no domingo de Páscoa 21 de abril de 2019, contra igrejas e hotéis de luxo, onde houve 359 mortes e 500 feridos segundo o site de notícias Exame, os terroristas envolvidos eram de classe média ou alta, com boa educação, isso mostra que o perfil do homens-bomba

não é de um alienado que sofreu uma lavagem cerebral.

O EI também produzem vídeos com tortura, assassinatos com a utilização de crianças-soldado, decapitações, estupros, afgamentos, fuzilamentos, queima de piloto vivo e detonação de prisioneiros trancados em um carro. Quanto mais impactantes sejam os vídeos mais visualizações eles terão.

Um termo muito usado pela mídia internacional é “lobo solitário”, só que temos que desmistificar este termo, pois o EI empregam uma maneira organizada para propagar a sua arte operacional. Os jovens se identificam com a ideologia passada e já se intitulam membros do EI, sem mesmo terem recebido instruções em campos de treinamento, é assim que o EI organiza as suas missões. Mensagens são veiculadas nas redes sociais que atraem vários indivíduos simpatizantes à radicalização.

Como combater um inimigo que usa as redes sociais para difundir sua ideologia. Esse é o grande desafio das autoridades, expor a ideologia salafista e mostrar um visível repúdio a suas profecias. Uma oportunidade é usar a retomada de *Dabiq* e mostrar que o EI distorce o islã, desacreditando a sua ideologia.

2. TORTURA

A tortura é instrumento utilizado pelo poder estatal. O país mais forte usa a tortura em interrogatório para obter informações sobre possíveis atentados e essa é a justificativa de nações que utilizam essa técnica em prol da coletividade. Torturar um indivíduo para salvar cem vidas é aceitável na guerra assimétrica. A tortura em interrogatório é a medida para evitar ataques.

Informes vindos de torturas não tem muita confiabilidade, já informes vindos de informantes tem melhores condições de veracidade.

Gross (2014), nos faz uma pergunta cética como os EUA e seus aliados podiam justificar tortura, assassinato e chantagem. A resposta deles é franca: tortura e assassinato e chantagem atendem a demandas da necessidade militar e humanitarismo.

3. ASSASSINATO SELETIVO

Exércitos estatais investem em inteligência para poder identificar colaboradores e matar possíveis alvos que estejam se misturando a população civil. Uma boa inteligência pode produzir uma lista de possíveis alvos para poder diminuir o dano a civis, sendo assim, o assassinato seletivo se mostra a maior e melhor ferramenta a ser utilizada pelo poder estatal. Os informantes e traidores são a base da inteligência para produzir uma lista. O importante da lista é eliminar pessoal qualificado como especialista fabricante em bombas, são sujeitos difíceis de serem substituídos.

O uso do assassinato seletivo como boa prática na guerra assimétrica é utilizado devido ao poder estatal não ter como identificar combatentes e não combatentes.

Quando não combatentes tomam parte do conflito estão sujeitos a danos, dessa forma, civis que engajam no combate podem sofrer danos colaterais.

Uma característica marcante da guerra assimétrica é a dificuldade de diferenciar civis e civis combatentes. Civil que engaja no combate vira combatente e perde a imunidade. Uma pergunta difícil de responder é quem é civil e quem é combatente. O nível de participação no conflito determina se é ou não combatente.

Um elemento que chega a ser o fiel da balança no combate assimétrico é a mídia, onde pode passar imagens que colocam em risco a vantagem e as vitórias militares, um exemplo é o conflito Israel e Palestina, onde os israelenses sem poder distinguir combatentes de não combatentes, os palestinos desdobraram seus suprimentos em mesquitas, hospitais e prédios civis manipularam a mídia esses são dilemas emblemáticos do conflito assimétrico.

Gross (2014), nos traz outro fato curioso divulgado pela mídia quando em Gaza houve acusações de desproporionalidades, os palestinos falaram em 900 civis mortos, já os israelenses falam em 300 civis mortos, a diferença é muito grande e mais difícil de estimar quem é civil ou combatente?

4. CIBERESPAÇO

Um movimento constante desde o século XX é o processo de migração do homem do campo para a cidade, este movimento é causado pela falta de mãos de obra especializada, mecanização da lavoura e falta de emprego.

A vinda do homem do campo para a cidade gera uma série de consequências como: o inchaço nas grandes cidades, processo de favelização, crescimento desordenado, carência de mão de obra qualificada, ausência de saneamento básico nas ocupações, alto índice de criminalidade, pobreza, poluição e aumento da economia informal.

Neste contexto surge a megacidade, termo empregado para definir uma cidade que possui uma aglomeração urbana com mais de dez milhões de habitantes.

A pesquisa divulgada pela *Euromonitor International Megacities: Developing Country Domination* (Megacidades: Dominação de Países em Desenvolvimento) no site da Globo, aponta que São Paulo e Rio de Janeiro são as únicas megacidades do Brasil.

As duas cidades acima supracitadas, tem as maiores taxas de desemprego, menor taxa de educação primária e a maior desigualdade de rendas das Américas.

O Brasil ocupa a quinta posição entre os países com maior número de megacidade. De acordo com a empresa, seis novas cidades devem ser adicionadas à lista até 2030 por conta de seu ritmo de crescimento, totalizando 39 megacidades - que representarão 15% do PIB global.

Para aumentar a octanagem em relação a complexidade nas megacidades existe a explosão global de celulares acessando com seus smartphones a internet, gestando um ambiente de população altamente conectadas.

De acordo com matéria publicada no G1, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o Brasil possui 116 milhões de pessoas conectadas à internet, este número representa 64,7% da população com idade acima de 10 anos. A pesquisa ainda mostra que as mulheres são mais conectadas que os homens, a faixa

etária com maior conexão é de 18 a 24 anos e a região Sudeste possui o maior índice de acesso a grande rede. Outro dado interessante é que o celular é o principal aparelho para acessar a internet e a finalidade seria a troca de mensagens (de texto, voz ou imagem) por aplicativos de bate-papo.

Após a Segunda Guerra Mundial a superioridade aérea era pré-requisito para o êxito das operações, porque evitava ataques aéreos inimigos facilitando o desenvolvimento da operação. Só que o advento das megacidades isso ficou no passado. Como bombardear regiões com enormes prédios, ruas estreitas e localidades densamente habitadas? Nesta conjuntura surge um novo domínio o ciberespaço.

Para se conquistar uma localidade precisava-se obter a superioridade aérea, com as megacidades que tem seus prédios enormes, suas ruas estreitas e gigante aglomeração populacional em pequeno espaço territorial, hoje o domínio do ciberespaço é fundamental para a guerra do século XXI.

Quando o Estado é incapaz e ineficiente para proporcionar serviços básicos, neste momento cria-se uma vacância no poder que logo é preenchida por organizações criminosas que criam seu governo paralelo, que julga, executa e estorce a população carente.

O caso do fundador do *WikiLeaks*, Julian Assange é um exemplo como o mundo está totalmente interligado e sofrendo várias tentativas de invasões de hackers, ele é acusado de conspirar junto com um militar para invadir computadores, o referido militar teria entregue 250 mil documentos secretos e um vídeo que mostra americanos atirando de helicóptero contra civis em Bagdá. Este vídeo foi muito difundido pelas redes sociais e fez os EUA sofrer muita pressão internacional pelo fato de ter usado força desproporcional contra civis indefesos.

Assange também é investigado por vazamento de e-mails do Partido Democrata na campanha presidencial. Hackers russos roubaram as mensagens e revelaram informações comprometedoras sobre a campanha

nha de *Hillary Clinton*.

A questão sobre o *WikiLeaks* é complexa os EUA pedem a extradição de Assange, porém parte da mídia jornalística fala de como os jornalistas vão poder trabalhar se tiverem que entregar suas fontes, quando estão fazendo matérias investigativas.

Fatos como estes publicados no site da BBC mostram a importância do domínio do ciberespaço.

Em um mundo globalizado várias pessoas se comunicam através de redes sociais inclusive personalidades do mundo político como o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) *Donald Trump*, um adepto fiel do *Twitter*.



Figura 3

Disponível em: <<https://twitter.com/realdonaldtrump>>

Acesso em 20 de abril de 2019

Outro fato que ganhou manchetes no mundo foi a interferência russa nas eleições americanas, segundo o relatório de investigação o líder russo "encomendou" uma campanha para influenciar a eleição.

O relatório divulgado pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos não traz provas concretas sobre o papel de Putin na campanha contra *Hillary Clinton*, mas afirma que as ações da Rússia incluíram:

- Hackear emails de contas do Comitê Nacional Democrata e de membros da alta cúpula do partido;
- Usar intermediários como *WikiLeaks*, *DCLeaks.com* e *Guccifer 2.0* para publicar informações adquiridas no hackeamento;
- Usar propaganda financiada pelo Estado e pagar usuários de mídia sociais ou "trolls" para fazer comentários desagradáveis sobre *Hillary*.

As operações cibernéticas desenca-

deados pelos russos foram um sucesso ao hackear e depois colocar as informações na grande rede, minando e denegrindo a imagem da Secretária *Hillary Clinton* e prejudicando a sua candidatura e potencial mandato.

A resposta do presidente *Trump* ao relatório de investigação foi também pela rede social, como de praxe, fazendo uma alusão ao seriado americano *Game Of Thrones*.



Figura 4

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/trump-recorre-a-game-of-thrones-para-comentar-suposta-interfencia-russa/>>

Acesso em 20 de abril de 2019

Outra questão sensível que alige as megacidades são os refugiados. O mundo vive uma crise de refugiados sem precedentes, é uma questão global, os povos mais atingidos por guerras e conflitos étnico cultural são do continente Africano e no Oriente Médio.

Para se ter superioridade no ciberespaço é necessário monitorar e coletar o tráfego de comunicações digitais da rede do seu adversário como também poder se proteger dos ataques cibernéticos.

Estas informações (megadados) são de suma importância, pois se pode ter um perfil da megacidade, haja vista, que todas as megacidades estão interconectadas com seus sistemas do poder público e privado. Sendo assim, a alta conectividade da megacidade propicia uma enorme variedade de dados que devem ser analisados, como por exemplo o banco de dados governo que consta várias informações relacionadas com serviços públicos (o imposto de renda 2019, já pode ser feito pelo celular, imagine se o celular for hackeado), finanças governamentais e infraestrutura.

Desta forma, fica evidente, que o domínio do ciberespaço em operações nas megacidades com análise, coleta e aproveitamento dos dados é pré-requisito para a operação nas megacidades substituindo a superioridade aérea.

5. OPERAÇÃO LIBERDADE DO IRAQUE (OPERATION IRAQI FREEDOM)

A Operação Liberdade do Iraque foi um conflito que começou no dia 20 de março de 2003 com a invasão do Iraque, por uma coalizão militar multinacional liderada pelos Estados Unidos. Este conflito teve como motivação os atentados suicidas de 11 de setembro de 2001.

Desde os primeiros dias da invasão ficou claro que as táticas de insurreição e de guerrilha seriam uma constante, porém, os mais altos escalões ignoraram essas indicações.

No pós-guerra surge a necessidade de estabilizar o país. A rapidez não consegue substituir a massa. Grandes efetivos são indispensáveis para controlar uma nação de 24 milhões de habitantes.

GORDAN e TRAINOR (2010) nos mostra que o Jogo de Guerra Prominent Hammer II alertou que seria necessário um número bem maior para o pós-guerra cerca de 350 a 500 mil. A coalisão precisava proteger a infraestrutura do país, controlar os centros populacionais, controlar as suas fronteiras esse é o preço das mudanças do regime e construir um novo Iraque. Era notório que a quantidade de tropas não seria suficiente para a estabilização, selar fronteiras, impor a ordem em toda a nação, proteger toda a infraestrutura e cumprir uma série de outras missões pertinentes a estabilização do país.

Os americanos estavam preocupados com a defesa circular e com a guarda republicana e esqueceram dos fedayins que receberam muitas armas e as estocaram em mesquitas e escolas.

Exemplo de que os americanos iriam encontrar uma insurreição ou guerra de guerrilhas foi o primeiro morto americano em combate, abatido por tiros vindos de uma

caminhonete Toyota cheia de civis com AK-47. O adversário estava de roupa civil e usava fuzil de assalto, RPG e estavam atacando comboios de suprimentos. Muitos inimigos estavam usando roupas civis e empregavam táticas de guerrilhas.

Dentro deste contexto, temos a dificuldade de identificar os combatentes, haja vista, que os militares fieis a Saddam retiravam seus uniformes e se misturavam a população.

O presidente W. Bush cometeu erros fatais: subestimou seu oponente, falhou em compreender a variedade de etnias e tribos que caracterizavam o Iraque e deu as costas as lições de reconstrução de nação colhidas nos Balcãs.

GORDAN e TRAINOR (2010) nos mostra que o programa americano de jogo de guerra TFFDL, este sistema alertou para usar a Polícia do Exército (PE). Dick Mayer perito do Departamento de Justiça tinha o programa de ajuda e treinamento criminal investigativo e tinha experiência nos Balcãs e no Haiti, era especialista do governo em implantação da lei e da ordem em uma conjuntura pós-guerra. O plano era enviar 5.000 policiais internacionais para o Iraque para preencher o vácuo legal depois da queda de Saddam. Era uma demonstração de garantia de segurança de modo a despertar a confiança da população em seus libertadores eles treinariam os iraquianos em técnicas policiais modernas e tiraram os baathistas do poder.

GORDAN e TRAINOR (2010) nos mostra que a falta de um plano policial iria gerar um risco, se os policiais não voltassem ao trabalho o país entraria em colapso da lei e da ordem e o pior os EUA teriam que atuar. Os americanos estavam ignorando a necessidade da polícia, estavam caminhando para um desastre, estavam relutando para alocar recursos para a manutenção da lei e da ordem, quando você não se organiza gera um crime organizado e o caos político. Bush afirmava que o Iraque possuía forças policiais militares suficientes para o pós-guerra, nunca se pensou o contrário e também não se preparou. A Casa Branca

rejeitou o uso de força policial e que iria confiar na polícia do Iraque por recomendações da CIA.

GORDAN e TRAINOR (2010) nos revela que o plano de ataque do Iraque previa uma reconstrução do Estado mais não saiu do papel (Jogos de Guerra Desert Crossing). Na teoria seria instalados campos para os cidadãos que fugissem da batalha, uma base logística de assistência humanitária.

Saques na rede elétrica eram constantes, pois as linhas eram feitas de cobre e alumínio e eram roubadas. Derrubaram torres retirando os metais de maior valor derretendo-os para vender no Irã e no Kuwait.

A carência de energia elétrica agravou o problema da segurança estimulando a prática de crimes dificultando a comunicação com o povo iraquiano além de contribuir para tornar o calor do verão mais penoso para os cidadãos do Iraque.

Os iraquianos se sentiam ludibriados por uma nação que mandara um homem à lua, mas não era capaz de lhes prover energia elétrica.

O fator cultural era outro problema enorme pois, todos andam armados. A sociedade cheia de tensões étnicas e cada grupo queria se armar melhor possível. O saque perseguia.

A octanagem aumentou quando tropas americanas entraram em Fallujah, cidade próxima a Bagdá, onde ocorreu uma manifestação, tiros foram disparados, a tropa americana revidou, ocasionando a morte de 17 e 60 feridos depois uma explosão de uma granada 7 soldados americanos feridos. Os próprios americanos se esforçaram e treinaram os policiais iraquianos que foram confundidos e mortos como rebeldes.

O fato mais midiático que ocorreu na invasão ao Iraque foi em Abu Ghraib, um complexo penitenciário na cidade de mesmo nome, com uma área de 1,15 km² que fica a 32 km a oeste de Bagdá. Neste complexo prisional militares americanos tiraram uma série de fotos de prisioneiros. As fotos mostram soldados norte-americanos torturando, abusando sexualmente e hu-

milhando civis e militares iraquianos, justamente nos locais de tortura e execução tradicionais de Saddam Hussein.



Figura 5
(Lynndie England, soldado estadunidense, segurando correia atada ao pescoço de um prisioneiro).

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pris%C3%A3o_de_Abu_Ghraib>
Acesso em 28 de maio de 2019

Uma foto de grande repercussão foi a foto em que um prisioneiro com capuz teve suas mãos e o pênis amarrados com arame e seria, segundo notícias, eletrocutado se ele caísse da caixa sobre a qual estava de pé; No momento em que esta foto veio a público, oficiais americanos declararam que o arame não estaria eletrificado. Isto foi negado depois pela pessoa da foto que declarou em uma entrevista que o arame estava eletrificado e estava acostumado a levar choques.



Figura 6
Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pris%C3%A3o_de_Abu_Ghraib>
Acesso em 28 de maio de 2019

A Terceira Convenção de Genebra nos define o termo prisioneiro de guerra como

todo combatente capturado, podendo este ser um soldado de um exército, um membro de uma milícia ou até mesmo um civil, como os prisioneiros.

Nesta Convenção foi permitido ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) visitar todos os campos de prisioneiros de guerra sem nenhuma restrição. O CICV pode também dialogar, sem testemunhas, com os prisioneiros, o que não aconteceu no Iraque.

A Convenção fixa os limites do tratamento geral dos prisioneiros onde há a obrigação de tratar os prisioneiros humanamente, sendo a tortura e quaisquer atos de pressão física ou psicológica proibidos, obrigações sanitárias, seja ao nível de higiene ou da alimentação e o respeito da religião dos prisioneiros.

Sendo assim, o vazamento das fotos na grande rede culminou no fim da credibilidade americana, onde as noções de justiça foram totalmente nulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a guerra assimétrica não é algo novo, uma vez que as guerras jamais foram travadas por oponentes igualmente capacitados. Os inimigos sempre terão alguma assimetria política, social e econômica, ou em termos de capacidade militar. O objetivo da guerra assimétrica é enfraquecer o diálogo político, e não o poder militar, através de ataques longe do campo de batalha convencional. É a batalha pelas mentes e, portanto, táticas variam constantemente, uma vez que cada aplicação se mostra única. A identidade civilizatória será cada vez mais importante no futuro, e conflitos tenderão a se orientar pelas civilizações conforme haja buscas por recursos. Cada nação entende a guerra assimétrica de maneira distinta. Povos mais fracos, todavia, podem usar outras táticas entre essas o terrorismo atingir os mesmos objetivos. Guerras assimétricas empregam ou afetam no mínimo um elemento concernente ao poder nacional, além de visar a grandes impactos psicológicos. Táticas, da estratégia à tática, de modo a atingir resul-

tados desproporcionais aos esforços investidos. É uma batalha mental, explorando suas forças contra a fraqueza do inimigo e reconhecendo que todas as áreas do esforço humano são parte do campo de batalha e todos os espectros humanos: político, econômico e social. Ela pode ocorrer a partir da ambição de falhas morais e de caráter e pode ser usada sorrateiramente, mantendo uma aparência pacífica que tranquiliza o oponente. Concluindo, a guerra assimétrica engloba um amplo espectro de teoria, experiência, conjectura e definição, e a premissa implícita é a de que lida com algo desconhecido e com a surpresa em termos de fins, caminhos e meios.

REFERÊNCIAS

BBC. Por que os serviços de inteligência dos EUA acham que a Rússia interferiu na eleição de Trump. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38525951> Acesso em: 20 de abril 2019.

CLARION PROJECT. Dabiq. Disponível em: <https://clarionproject.org/islamic-state-isis-isil-propaganda-magazine-dabiq-50/> Acesso em: 20 de abril 2019.

ÉPOCA. Megacidades. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/10/brasil-e-5-pais-do-mundo-com-maior-numero-de-megacidades-veja-lista.html> Acesso em: 20 de abril 2019.

GORDAN, Michael R, TRAINOR, Bernard E. Iraque um conflito polêmico. Edição Biblioteca do Exército, 2010.

G1. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml> Acesso em: 20 de abril 2019.

KEEGAN, John. A Guerra do Iraque. Edição Biblioteca do Exército, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. Guerra na Síria.
Disponível em: <https://nacoesunidas.org/sete-fatos-sobre-a-guerra-na-siria/>
Acesso em: 20 de abril 2019.

TWITTER. Donald Trump. Disponível
em: <https://twitter.com/realdonaldtrump>
Acesso em: 20 de abril 2019.

UNICEF. Carta das Nações Unidas.
Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>
Acesso em: 20 de abril 2019.

WIKIPEDIA. Convenção de Genebra.
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Genebra
Acesso em: 20 de abril 2019.

_____. Declaração Universal dos
Direitos Humanos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_Humanos
Acesso em: 20 de abril 2019.

_____. Megacidade. Disponível
em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Megacidade>
Acesso em: 20 de abril 2019.

_____. Fallujah. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Faluja>
Acesso em: 20 de abril 2019.

_____. Estado Islâmico. Disponível
em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Isl%C3%A2mico_do_Iraque_e_dos_Leste
Acesso em: 20 de abril 2019.

_____. Abu Ghraib. Disponível
em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pris%C3%A3o_de_Abu_Ghraib
Acesso em: 20 de abril 2019.

4. A Aplicabilidade da Ordem Unida na Formação Moral do Militar e na Preparação para a Guerra

Robson Ronaldo Vidal Bezerra¹

RESUMO

A Ordem Unida é uma prática fundamental na atividade militar, jamais podendo ser tratada como última prioridade. O objetivo deste trabalho consiste em mostrar que a Ordem Unida vai muito além de realizar movimentos para obter padrões coletivos de uniformidade. A prática constante leva o homem a incorporar inconscientemente valores morais que diariamente são utilizados nas atividades cotidianas da unidade como também empregados na guerra. No exercício da Ordem Unida quando sua aplicabilidade é demonstrada e enfatizada pelo instrutor agrega poderosos ensinamentos, preparando o homem moralmente e fortalecendo-o para resistir aos impactos da guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem Unida; Valores; Aplicabilidade.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Ordem Unida consiste em uma atividade eminentemente militar, que de certa forma pode ser considerada por muitos como cansativa ou fisicamente desgastante. Porém, quando não conhecemos seu implícito propósito, passamos a não empregá-la da forma que deveria ser, isto é, não aproveitamos ao máximo seu potencial no sentido de preparar melhor o soldado, fornecendo-lhe o condicionamento e a rusticidade que ele tanto precisará por ocasião da missão, seja ela na unidade ou no campo de batalha.

Neste trabalho, apresento informações, traduzidas como um conjunto de valores que estão inseridos no contexto da Ordem Unida, mas que durante as instruções não são explorados, o que vem a dificultar o trabalho do instrutor e o aprendizado do instruendo, que pelo fato de não enxergar algo aplicável, passa a não se interessar, e

¹º Ten QAO oriundo da arma de Comunicações (ESA/92). É Delegado do Serviço Militar na 5ª Delegacia do Serviço Militar, em São Carlos-SP. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Peniel e Pós Graduado em Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

algumas vezes chegando a evitar a prática da Ordem Unida.

Na oportunidade em que servi como Chefe de Instrução, no Tiro de Guerra 06/006, em Vitória da Conquista-BA, asseguro que obtive um melhor aproveitamento nas instruções de Ordem Unida, pois demonstrava em todas as sessões sua aplicabilidade, tanto nos serviços diários como no campo de batalha, de modo que o Atirador visualizava na prática os efeitos dos movimentos e sua finalidade, despertando no seu íntimo a disposição para exercitar com elevado nível de excelência.

Este conteúdo de cunho teórico, mas de elevado valor profissional, será de extrema importância para o instrutor, pois demonstrará a aplicabilidade da Ordem Unida, despertando no instruendo motivos para que o mesmo se interesse e valorize essa prática que é indispensável na formação moral do militar e na preparação para a guerra.

1. VALORES IMPLÍCITOS DESENVOLVIDOS NA PRÁTICA DA ORDEM UNIDA

A carreira militar não é apenas uma profissão onde o indivíduo cumpre suas tarefas e retorna para seu lar, muitas vezes desconectado das pessoas e do ambiente de trabalho. A vida na caserna é muito mais que isso, possuindo características especiais, e como um sacerdócio, exige renúncia, superação e potencialidade para adaptar-se ao desconforto, desgaste físico, risco iminente, estresse e outros componentes típicos da atividade.

O teatro de operações de uma guerra é marcado pela violência, sofrimento, hostilidade e inúmeras dificuldades. O soldado quando submetido a essa situação, comprehende que tudo poderá acontecer, como: confronto com inimigo, ausência de água, fome, convívio com a dor, desconforto, perda de companheiros, abalos psicológicos, enfim, é difícil prever com precisão o que poderá suceder, mas o que se sabe de forma conclusiva é que as aflições e os horrores do campo de batalha são os piores

possíveis.

O homem da guerra deve ser dotado de algumas características especiais, como vigor físico, liderança, criatividade, rusticidade, valores morais, dentre outras. Daí surge a necessidade de um Exército adestrar-se na prática da Ordem Unida no sentido de combater com o máximo de eficiência, pois somente tropas bem treinadas e disciplinadas em um esforço coletivo conseguem obter vitórias.

Considerando todos esses fatores acima, a Ordem Unida vem exatamente para desenvolver no militar uma série de estímulos, condicionando-o tanto para as atividades diárias da unidade quanto para o caos da guerra. Quando estamos treinando Ordem Unida, diretamente estamos nos aperfeiçoando nos seguintes atributos:

a. Organização - a guerra possui todo um planejamento organizacional. A disposição da tropa, o garbo, a postura individual de cada integrante, a sincronização e a uniformidade coletiva, presente na Ordem Unida desenvolve no soldado um senso de organização, virtude essa que ele levará para esfera profissional. Somado a isso, quando a sociedade observa uma tropa marchando com marcialidade, executando movimentos de forma uníssono, logo vem em sua mente algo disposto segundo algum critério, planejado, estruturado, isto é, as coisas estão em seu lugar, transmitindo às pessoas que estão de fora uma mensagem de credibilidade.



Figura 1 – Academia Militar das Agulhas Negras - Pátio Tenente Moura

Fonte: <http://www.eb.mil.br>

b. Unidade – condiciona os integrantes a pensarem juntos, somando forças para atingirem o mesmo propósito.

c. Obediência – a possibilidade do comandante da tropa verbalizar os diversos comandos e repetir os movimentos várias vezes durante uma instrução de Ordem Unida, desenvolve naturalmente no militar a virtude da obediência, algo fundamental na guerra e na formação moral do soldado.



Figura 2 – Academia Militar das Agulhas Negras - Pátio Tenente Moura
Fonte: <http://www.aman.ensino.eb.br/>

d. Disciplina – desenvolve no homem uma firmeza de caráter, colocando limites em si mesmo, controlando seus desejos, suportando a dor, a fadiga e o desconforto para atingir um objetivo, seja ele a curto, a médio ou a longo prazo, mas que é de grande valor. Quando somos disciplinados fazemos o que precisa ser feito, mesmo diante das maiores dificuldades.

e. Postura Militar – a prática constante da Ordem Unida desenvolve no homem uma nova postura, estável e determinada, pois a atividade militar em sua essência é voltada para a adversidade da guerra, necessitando desse modo, de atitude e mente voltadas para enfrentar grandes dificuldades, ao mesmo tempo que transmite para a sociedade um comportamento público que inspira confiança.

f. Liderança – uma instrução de Ordem Unida é uma grande oportunidade do comandante da tropa influenciar positivamente seus homens. Nessa ocasião, onde ele se faz presente de uma forma mais efetiva, ele observa o potencial, as dificuldades, necessidades e a evolução moral da

sua tropa, percebendo se realmente uma nova postura e os valores militares estão sendo incorporados no caráter de cada soldado. Observado os fatos, o líder corrige, investe mais tempo naqueles que estão em dificuldades, faz ajustes e aproveita para apresentar seu exemplo, no sentido de que seus subordinados inspirem-se em seu comportamento e desejem imitá-lo. O desafio do líder nesse momento, consiste por meio de um processo de relacionamento e bons exemplos, convencer e transformar os soldados que estão sob seu comando, adaptando ou mudando sua cultura, princípios e valores outrora incorporados, para que eles venham a pensar como unidade e um só corpo com o propósito de atingir as metas estabelecidas pela Exército.

g. Interatividade – instrução de Ordem Unida também é um exercício, onde o comandante da tropa conhece melhor seus subordinados, ao mesmo tempo em que os soldados conhecem seu comandante, desenvolvendo desse modo, a virtude da confiança, qualidade moral que vem fortalecer os laços de união e espírito de corpo, algo fundamental em uma tropa que busca objetivos comuns. Nessa ocasião, todos crescem juntos, pois cada membro possui uma experiência de vida, e que essa troca de conhecimento agrupa, vigorando o respeito e a camaradagem.

h. Sentimento de compromisso – desenvolve em cada soldado a consciência e responsabilidade sobre o significado e valor de uma tarefa ou de uma missão, obedecendo e realizando o que precisa ser realizado. A constância dessa atividade fará com que o militar assimile com maior facilidade as obrigações e os deveres militares, manifestando na alma o desejo de bem cumpri-los.



Figura 3 – Solenidade de juramento da Bandeira
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/exercitobrasileiro>

i. Inspira confiança – o Artigo 142 da Constituição Federal assegura: As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Toda sociedade organizada precisa de uma estrutura de poder regular para manter a ordem, garantir a paz e assegurar a liberdade de cada cidadão, ao mesmo tempo que produz segurança, no sentido de defender o povo, o espaço físico e as riquezas do seu território de uma potencial ameaça estrangeira. Como instituição pública e guardiã da soberania nacional, o Exército é o próprio povo com um histórico de participação efetiva nas decisões nacionais. O Exército precisa estar à altura da grandiosidade da sua missão. A prática da Ordem Unida influenciará o homem no sentido de que o mesmo enxergue tudo isso, vindo a comportar-se de modo que a sociedade também veja em sua conduta e no uso do uniforme algo diferente, isto é, um compromisso, o que permitirá desenvolver um vínculo de confiança, virtude essencial na credibilidade de uma Força Armada.

j. Respeito pela instituição que serve – tendo em vista que os movimentos precisam ser uniformes destacando a excelência como alvo a ser atingido, a Ordem Unida naturalmente faz com que o militar ao tentar alcançar esse nível, adquira respeito pela instituição, pois o ambiente de trabalho que busca atingir alto nível de perfeição faz com que o militar entenda que esse local precisa ser respeitado.

k. Capacidade do ser humano valorizar o detalhe – um dos elementos mais importantes da Ordem Unida é o detalhe. Essa particularidade é o diferencial. O instrutor ao destacar a importância dessa singularidade faz com que cada membro da tropa comprehenda o valor que o detalhe possui. Quando o soldado estiver em uma ativi-

dade profissional no interior da unidade ou no campo de batalha, ele naturalmente passará a cumprir sua missão observando a virtude do detalhe, pois a guerra é vencida face a pequenos artifícios estratégicos que possibilitam um Exército sobrepor-se a outro.

l. Transformar o armamento em um membro do corpo – o armamento, especificamente o fuzil, é um componente fundamental do apronto operacional do militar. A guerra é algo dinâmico que exige constantes movimentos. O militar em combate precisa executar diversas ações, como: correr, permanecer parado, deitar, rastejar, fazer rolamentos conforme o modelado e relevo do terreno. Tudo isso, de posse do seu armamento. No interior da unidade, quando estamos executando movimentos de Ordem Unida, na verdade estamos imitando os movimentos e ações presentes no contexto da guerra. O militar precisa ter um relacionamento saudável com seu fuzil, de modo que esse importante componente seja seu aliado e nunca um problema. A Ordem Unida vai exatamente desenvolver e fortalecer esse relacionamento. Quando o militar for para o campo de batalha, o corpo, a mente e o armamento devem estar ordenados da forma que o combatente cumpra sua missão da melhor maneira possível.



Figura 4 – Tropa em condições de atuar como Força de Paz.

Fonte: <http://www.meon.com.br/noticias/regiao>

m. Condiciona o homem a realizar um trabalho com excelência – a guerra é um ambiente de elevado grau de periculosidade, não dando margem para erros, pois

uma falha, por mais simples que seja, poderá custar-lhe a vida de um ou de vários indivíduos. Isso, implica dizer, que o militar precisa se esforçar ao máximo para realizar suas atividades com elevado nível de qualidade profissional. Considerando que a Ordem Unida trabalha a exatidão na execução dos movimentos, ela condiciona o militar a ser o mais proficiente possível, ganhando autoconfiança para enfrentar as agruras da guerra.

n. Promove o espírito de equipe – os movimentos de Ordem unida executados de maneira uniforme promovem a união de pensamentos e atitudes do soldados, onde os interesses individuais de cada membro são deixados de lado e transformam-se em uma única intenção na busca de um mesmo objetivo. Militares bem treinados em Ordem Unida fazem prevalecer o seguinte lema: Um só pensamento, uma só vontade, um só objetivo, uma única direção a seguir, um só ideal.

o. Possibilita aos subordinados reconhecerem a missão de uma autoridade

– quem está ministrando uma instrução de Ordem Unida tem nessa atividade sua oportunidade de apresentar seus valores, seus princípios e os objetivos que deseja alcançar. Ao demonstrar tudo isso, somando às habilidades técnicas e profissionais transmitidas pelo instrutor, possibilitará ao subordinado visualizar um modelo de pessoa a ser imitado.

p. Promove autocontrole – uma tropa treinando Ordem Unida, está diretamente condicionando sua mente à dominar emoções e a resistir à dor, algo presente e natural na atividade militar e na guerra.

q. Comunicabilidade – em todos os níveis hierárquicos há uma necessidade de cada militar desenvolver um pensamento estratégico no sentido de planejar e cumprir uma missão, seja na ofensiva ou na defensiva, pois nem sempre receberá ordem para tal. Nesse contexto, nasce a necessidade de uma boa comunicabilidade com o propósito de apresentar e ser compreendido pela sua equipe, um plano tático, logístico, operacional ou uma mensagem.

Ao ministrar uma sessão de Ordem Unida, o instrutor estará desenvolvendo aptidões nesse sentido.

r. Adaptabilidade – de nada adianta o militar ser bem preparado intelectualmente e fisicamente se não se adapta a situações, circunstâncias e terrenos diferentes. A história já comprovou que nem sempre vence o mais forte, e, sim, o mais adaptável. A guerra mobiliza com elevada rapidez pessoas para os mais diversos locais de uma nação. A Ordem Unida tira o militar da zona de conforto e o coloca em um ambiente áspero, de inquietação e movimento, preparando e condicionando sua mente para localidades diferentes daquelas que ele está acostumado.

s. Autoconhecimento – considerando que a Ordem Unida é uma atividade que exige um certo esforço físico, ela permite que o militar conheça si mesmo, seus pontos forte para bem aproveitá-los em benefício da organização que serve e suas limitações no sentido de procurar seu autoaperfeiçoamento.

CONCLUSÃO

Tenho plena convicção que a Ordem Unida prepara o homem fisicamente para resistir a impactos, enchendo-o de virtudes morais e profissionais, condicionando-o psicologicamente para enfrentar e superar os desafios peculiares da carreira militar, além de tornar mais eficiente a atuação dos Exércitos na guerra.

Portanto, fundamentado em minha experiência profissional, acredito fielmente que após demonstrarmos os valores implícitos e a aplicabilidade da Ordem Unida na vida do militar, o instrutor ganhará credibilidade para ensinar e o instruendo visualizará propósito na atividade, despertando no mesmo desejo de aprender.

REFERÊNCIAS

Manual de Ordem Unida C 22-5, 3^a edição 2000.

Estatuto dos Militares.

Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército – Valores, Deveres e Ética Militares(VM-10).

Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas(R2).

Manual de Fundamentos EB-20-MF-10.101 O Exército Brasileiro, 1^a Edição, 2014.

Instrução Individual para o Combate C21-74.

Liderança Militar - Manual de Campanha C20-10.

5. O Tráfico de Drogas na Caserna à Luz do Código Penal Militar

Gustavo Viana do Nascimento¹

Thiago Vicenci Wildgrube²

Moisés de Oliveira Matusiak³

RESUMO

O presente estudo apresenta uma comparação entre a lei 11.343/06 e o Código Penal Militar no que se refere ao crime de tráfico de drogas. Uma das ideias destacadas diz respeito a necessidade de discriminação entre os conceitos de usuário e traficante no Código castrense. Além disso, a pesquisa em questão mostra o quanto o comércio de entorpecentes é organizado, sustentável e promissor, se fazendo necessária a reformulação do art. 290 do Código Penal Militar, para que a legislação militar esteja simétrica à lei nacional de drogas.

Palavras-Chave: drogas, Código Penal Militar, reformulação, crime

1. Considerações Iniciais

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar a necessidade de alteração do art.290-CPM, o qual trata dos crimes

contra a saúde, tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar.

Para que o mencionado objetivo seja atendido serão utilizadas 02 (duas) legislações especiais, são elas: Lei 11.343/06 e o Código Penal Militar.

A Lei nacional de drogas traz em seu art. 33º, caput da Lei 11.340/06, o seguinte texto:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa

Já o Código Penal Militar trouxe o men-

1. Acadêmico do 7º semestre do curso de Direito da UNICRUZ. E-mail: gustavodonascimento@gmail.com;

2. Acadêmico do 7º semestre do curso de Direito da UNICRUZ. E-mail: thiagowildgrube@gmail.com; e

3. Orientador do artigo. Mestre em Direito pela Universidade UNIRITTER. E-mail: mmatusiak@unicruz.

cionado delito *in verbis*:

Art. 290. Receber, preparar, produzir, vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, ainda que para uso próprio, guardar, ministrar ou entregar de qualquer forma a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, em lugar sujeito à administração militar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão, até cinco anos.

Em função dos dispositivos legais apresentados acima, o corrente artigo científico tem como escopo apresentar a necessidade de alteração do Código Penal Militar no que tange o cometimento do crime de tráfico de drogas na caserna, haja vista o Código castrense não distinguir o tráfico, a posse ou o uso de entorpecentes, diferentemente da Lei 11.343/06 que trata sobre o tráfico de entorpecentes em um dispositivo próprio.

Com o intuito de atingir o objetivo mencionado, o presente estudo apresentará em sua primeira subseção, aspectos relacionados ao negócio das drogas no mundo. Em segunda subseção serão trazidos dados no que diz respeito ao possível surgimento de tal delito na esfera militar. Na terceira subseção serão feitas breves comparações dos dispositivos legais apresentados anteriormente e por último será demonstrado a necessidade de alteração do art.290 do Código Penal Militar.

A metodologia empregada para a produção do texto, em relação a sua natureza, será caracterizada através de uma pesquisa teórica. No que tange ao método de procedimento, buscou-se uma pesquisa bibliográfica e, em relação a análise dos dados coletados, foi utilizado o método de abordagem dedutivo. Além disso, tem-se como método auxiliar, o método histórico-evolutivo.

2. O negócio das drogas

Atualmente, verifica-se que o tráfico de entorpecente, ainda é visto como uma ati-

vidade extremamente rentável desenvolvida por diversas organizações criminosas ao redor do mundo, pois o presente delito é responsável por movimentar bilhões de dólares em todo o planeta.

Em função do exposto acima, merece destaque o comentário que Luiz Flávio Gomes proferiu a respeito do assunto:

O tráfico de drogas não só é economicamente muito rentável como consegue ter uma invejável sustentabilidade. Consumidores nunca faltaram nem faltarão. Jamais existiu um período histórico em que parcela considerável da sociedade não consumisse drogas. O mercado das drogas é, e continua bastante promissor porque tem clientes certos.

A partir dos breves comentários acima serão apresentadas algumas informações que justifiquem a alta rentabilidade da comercialização das drogas pelo mundo afora. Assim, merece destaque o exemplo apresentado por Naín (2006), o qual mencionou que os Estados Unidos despendem aproximadamente 20 bilhões de dólares por ano no combate ao uso e ao comércio de drogas. Além disso, essa batalha é responsável por mais de 1 milhão de detenções a cada ano.

Outro dado de suma relevância diz respeito a produção de drogas no Afeganistão, país o qual se destaca quanto à produção de papoula, planta que serve como base para a produção do ópio. Conforme elucidou Naín (2006), em 2004, o Afeganistão produziu aproximadamente 4.000 toneladas do ilícito mencionado anteriormente em uma área de 323.700 hectares. Em conformidade com os dados apresentados, verifica-se o frutífero mercado dos entorpecentes.

Um outro dado alarmante quanto à comercialização das substâncias entorpecentes foi destacado pelo autor mencionado acima, o qual mencionou o seguinte:

Em meio ao significativo aumento do comércio mundial de drogas, as três principais - maconha, cocaína e opiáceos - perderam fatias desse mercado para a metanfetamina - mais bruta, potente e passível de dependência

que a heroína. Além disso, outros compostos como, ecstasy, quetamina, GHB e rohypnol – também estão em alta. Como são produtos químicos que não dependem de matéria – prima agrícola, essas drogas podem ser produzidas virtualmente em qualquer lugar onde certos suprimentos básicos possam ser obtidos (NAÍN, 2006, p.71)

Como consequência (desses dados) dos fatos mencionados acima, torna-se cada vez mais difícil conter as fontes de substâncias ilícitas, razão pela qual enfatiza a crescente preocupação mundial quanto ao comércio das drogas.

Merece destaque também alguns dados referentes ao território nacional, pois de acordo com o relatório das Nações Unidas (escritório contra drogas e crimes – 2007), o Brasil é o maior mercado de opiáceos na América do Sul (600.000 pessoas, ou 0.5% da população geral entre 12-65 anos).

Também utilizando como base o Relatório mundial de drogas – ONU/2007, o país obteve a sexta colocação de apreensão de cocaína no mencionado ano.

Além disso, é possível destacarmos, conforme previsão no relatório das Nações Unidas, que o Brasil é mencionado como uma das principais rotas de tráfico de drogas para a Europa.

Por último, é interessante ressaltar uma comparação exposta por Gomes, 2010, o qual destacou, que no ano de 2004 a incidência do delito de drogas, no Brasil, foi estimada em aproximadamente onze mil casos, já no ano de 2009, foram registrados mais de vinte mil denúncias referentes ao tráfico de entorpecentes, comparação que representa um aumento de quase 90 (novecenta) por cento do mencionado crime em um período de apenas 06 (seis) anos.

Diante dos fatos expostos no presente capítulo, verifica-se o quanto é alarmante a incidência das drogas no cenário nacional. Desta forma, apura-se que as Organizações militares estão plenamente suscetíveis à incidência dos crimes de tráfico de entorpecentes, haja vista que essa é uma realidade vivenciada pelo nosso país.

TIPO PENAL	ANO DE AUTUAÇÃO NA 1 ^a INSTÂNCIA										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Art. 187 (Desercão)	180	212	253	501	452	570	484	506	462	576	524
Art. 251 (Estelionato)	149	172	153	145	205	216	195	236	183	183	103
Art. 240 (Furto)	100	152	127	105	172	162	111	103	134	85	120
Art. 290 (Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar)	64	83	115	118	123	136	127	98	150	149	192
Art. 303 (Peculato)	32	72	92	91	140	75	134	123	72	91	94
Art. 209 (Lesão leve)	75	68	66	92	80	57	82	79	49	105	72
Art. 195 (Abandono de posto)	38	44	57	84	62	75	88	48	55	52	72
Art. 210 (Lesão culposa)	42	51	37	53	33	43	36	38	27	26	27
Art. 315 (Uso de documento falso)	13	24	45	88	38	30	29	26	29	21	22
Art. 299 (Desacato a militar)	13	13	16	14	31	20	27	17	19	109	41
Art. 312 (Falsidade ideológica)	20	24	33	14	39	28	18	25	36	27	22
Art. 311 (Falsificação de documento)	30	13	28	37	46	29	28	15	21	10	22
Art. 223 (Ameaca)	17	17	13	36	29	19	30	21	21	27	19
Art. 254 (Receptação)	8	34	15	23	43	17	13	18	31	19	9
Art. 248 (Apropriação indébita)	7	15	27	38	48	35	24	3	6	9	9
Outros	461	472	303	361	450	429	441	480	298	434	276
Missing	56	47	56	36	26	16	9	4	8	19	7
TOTAL	1.305	1.513	1.436	1.836	2.017	1.957	1.876	1.840	1.601	1.942	1.631

Tabela 1 - Total de crimes por ano de autuação na 1^a instância, segundo o tipo penal, 2002 – 2012.

Fonte: Relatório da 1^a Fase da PCCRIM.

3. O crescimento do tráfico de drogas na caserna

O capítulo em questão visa apresentar a possível incidência do crime de tráfico de drogas executados no meio militar. Desta maneira, é importante ressaltar alguns aspectos elencados na Pesquisa Institucional sobre Condutas Criminosas de Maior Incidência para a Justiça Militar da União (PCCRIM - 2015), a qual previu o seguinte:

O número de crimes relativos a substâncias entorpecentes ou de efeito similar teve uma evidente elevação. Sua taxa de crescimento é da ordem de

18,5% ao ano, saindo de 64 crimes no ano de 2002 para 192 casos em 2012. O aumento percentual foi neste período foi de 200%.

Assim, é interessante elucidar o assunto em questão através da tabela 1, bem como da figura abaixo, retiradas do PCCRIM - 2015:

Conforme exposto na própria PCCRIM - 2015, verifica-se a possibilidade aumento de incidência do tráfico de drogas na esfera militar, pois de acordo com a mencionada fonte de pesquisa é viável destacar que:

Relatório da 1^a Fase da PCCRIM.

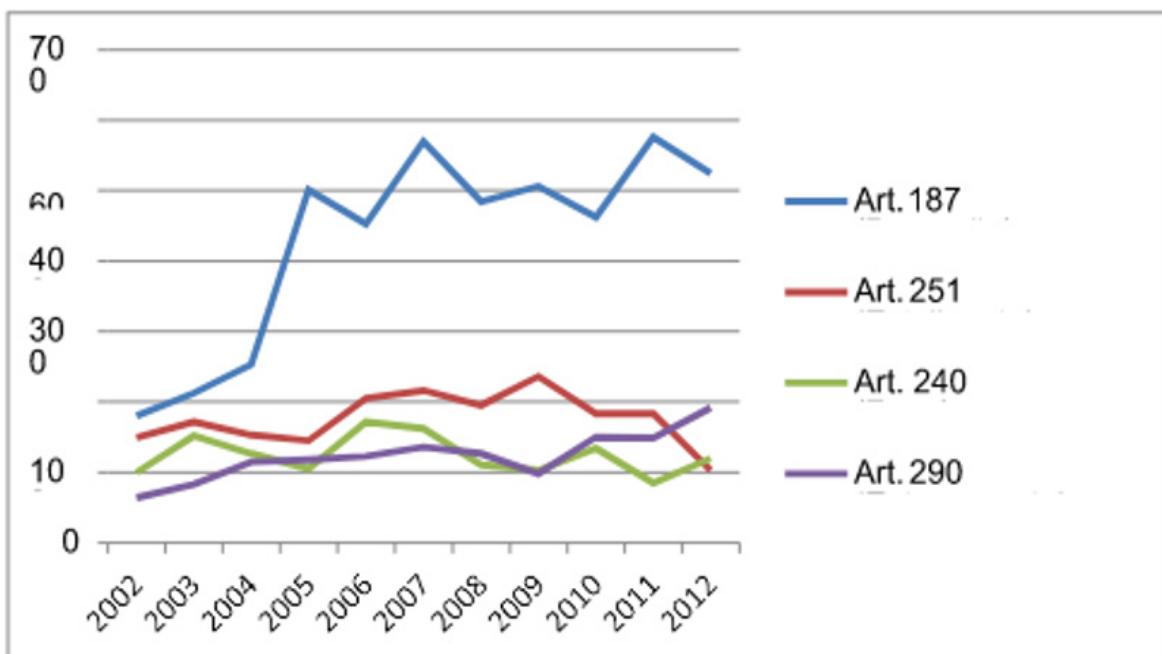


Figura 2 – Total dos Crimes de Maior Incidência na Justiça Militar, por ano de autuação, no período 2002-2012.

Fonte: Relatório da 1^a Fase da PCCRIM.

Os feitos atualmente envolvem com mais frequência o concurso de agentes, e não somente usuários de maconha, mas também de cocaína e crack. Em alguns processos inclusive, há evidências de uma possível comercialização de entorpecentes no âmbito militar, o que denota uma periculosidade social elevada em razão da natureza da atividade militar.

Em função do exposto, é possível verificar que o tráfico de drogas na esfera militar já não deve ser encarado como algo remo-

tamente impossível de acontecer, pois de acordo com Figueiredo (2012), o tráfico de entorpecentes tem ganhado destaque no meio dos pesquisadores e estudiosos como a principal atividade ilícita desencadeada pelas organizações criminosas e, em determinadas situações podendo até mesmo estar ligado à outras atividades do crime organizado.

4. Comparação do Tráfico de drogas previsto no art.33, caput da Lei 11.343/06 e do artigo 290 do Código Penal Militar

A presente subseção visa abordar o crime de tráfico de drogas sob a ótica da Lei nº 11.343/06, bem como através do espectro do Código Penal Militar.

Na Lei de drogas, por conseguinte, encontra-se o crime de tráfico, que tem previsão nos artigos 33, caput, no §1º, 34, além do art.36 da mesma lei. Assim, é possível verificarmos que o legislador trouxe uma série de restrições ao presente delito, sendo uma delas a própria equiparação da referida infração penal a crime hediondo (art. 2º - Lei 8.072/90).

Também é de extrema importância destacarmos a não aplicação do princípio da insignificância ao crime previsto na lei de drogas, e desta forma, merece destaque a abordagem de Brasileiro (2016, p. 729):

Por mais que alguém seja flagrado entregando ínfima quantidade de drogas a terceiros para fins de consumo, como se trata de crime de perigo abstrato, subsiste a relevância penal da conduta, já que o tipo do art. 33 está voltado para o combate à divulgação e propagação do uso de drogas. Afinal, cuida-se, o tráfico de drogas, de delito de extrema gravidade e causador de inúmeros males para a sociedade, desde a desestruturação familiar até o incentivo a diversos outros tipos de crime gravíssimos, que, não raro, têm origem próxima ou remota no comércio ilegal de drogas, sem falar do problema de saúde pública em que já se transformou.

No que tange a sanção penal prevista, por exemplo, para o crime de tráfico de drogas do art.33 da Lei em questão, constata-se que a pena mínima a ser aplicada ao agente é de 05 (cinco) anos de reclusão, assim como a pena máxima prevista é de 15 (quinze) anos.

No que se refere ao crime de tráfico de drogas previsto no Código Penal Militar, é possível averiguarmos que o CPM, em um único dispositivo, tratou tanto do tráfico de drogas como do uso de entorpecentes,

abordando de forma igualitária o viciado ao traficante.

O delito previsto no art.290 do Código Penal Militar é tratado como um crime militar impróprio, ou seja, somente terá incidência caso o fato delituoso ocorra em local sujeito à Administração Militar, exceto os casos previstos no § 1º do mesmo artigo.

Quanto a sanção prevista no preceito secundário do art. 290, verifica-se a não existência de pena mínima, mas apenas o emprego máximo da mesma, que tem previsão de reclusão de até 05 (cinco) anos.

No que diz respeito a hipótese do tráfico de drogas na esfera do CPM, é possível constatar a não incidência do princípio da bagatela.

5. Necessidade de alteração do artigo 290 do Código Penal Militar

Verifica-se na segunda e terceira subseções deste estudo, que ocorreu um crescimento do delito de tráfico de drogas no meio civil, assim como no meio militar. Deste modo, nota-se um menor crescimento da conduta na caserna, se comparado ao crime em questão, regido pela Lei 11.343/06. Apesar das instituições militares serem alicerçadas sob o manto da hierarquia e disciplina, bem como por estarem inseridas em uma justiça especializada de viés predominantemente legalista, mesmo assim, é possível a constatação da ocorrência de certo crescimento de crimes associados aos entorpecentes, fator que gera a necessidade de atualização do CPM quanto ao enquadramento do presente delito.

Diante do exposto acima, verifica-se que o Código Penal Militar (Decreto-lei 1001/69), em especial o artigo 290, que trata do consumo, porte e tráfico de drogas dentro das unidades militares, está obsoleto em comparação com a legislação vigente do meio civil (Lei 11.343/06). O CPM foi sancionado no final da década de sessenta, momento histórico em que a incidência de drogas na sociedade era pequena e praticamente inexistia dentro das fileiras militares. A Lei de Drogas por sua vez foi criada no ano de 2006, em consonância com as evo-

luções sociais, coerente ao momento atual.

Na subseção anterior deste trabalho apresentou-se a comparação entre o artigo 290, CPM e o artigo 33, caput da Lei 11.343/06, onde observam-se diferenças expressivas, em relação ao tempo máximo de aplicação da pena, de até 5 anos (CPM), e de até 15 anos (Lei 11.343/06). Cabe evidenciar a ausência da distinção entre o usuário e o traficante de drogas na carreira bélica, sendo enquadrados no mesmo artigo 290, ou seja, o usuário militar possui pena muito pesada, em comparação com advertência verbal, prestação de serviços à comunidade ou comparecimento em cursos sobre entorpecentes, como prevê a Lei de Drogas, para o mesmo caso na esfera civil. A Ministra Maria Elizabeth Rocha do Superior Tribunal Militar (STM), em entrevista ao Anuário da Justiça 2010, ressaltou que:

[...] Um dos pontos que entrarão na pauta de discussões é o artigo 290, que não distingue entre portar, consumir ou traficar drogas dentro do quartel. A pena varia de um a cinco anos e sua valoração é estabelecida de acordo com o critério do magistrado. Para mim, um ano é demais para quem consumiu um cigarro de maconha e cinco anos muito pouco para quem traficou drogas dentro do quartel. [...]

O agente que pratica o tráfico de drogas, sob a égide do CPM, dentro de uma Organização Militar, receberá uma pena máxima de 5 anos, enquanto o mesmo caso à luz da Lei 11.343/06, o agente delitivo poderá receber uma pena de até 15 anos.

Em função do exposto, intensifica-se a necessidade de atualização da Legislação Militar, pois o sujeito ativo que praticar a conduta delituosa dentro de uma organização militar, sua pena máxima na caserna equivalerá a pena mínima da Lei de Drogas ao cometer o mesmo delito.

Na tabela 01, exposta na terceira subseção desse estudo, apresentou-se uma comparação em dez anos, do quantitativo de crimes ocorridos dentro dos quartéis. Como já tratado nesse trabalho, na justiça militar não há divergência entre os crimes de tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substânc-

cia de efeito similar, são enquadrados no artigo 290, CPM. Desta maneira, verifica-se a necessidade da realização de um estudo mais aprofundado no que tange ao crime de tráfico de drogas no meio militar, para melhor avaliar a evolução especificamente quanto à ocorrência de tráfico de drogas na caserna.

6. Considerações Finais

Diante dos fatos discorridos nesse artigo, se faz necessário um aprofundamento no que tange a distinção dos dados estatísticos dos delitos de consumo, bem como de tráfico de drogas no meio militar, para que seja possível coletar, de forma mais clara, os dados referentes ao consumo (usuários) e ao tráfico de entorpecente. O estudo mencionado servirá como alicerce para que haja a possibilidade de se apresentar uma proposta de alteração do Código Penal Militar.

Além disso, o Código Penal Militar, apesar de sua extrema importância, deve ser atualizado no que diz respeito à aplicação da pena e diferenciação de usuário e traficante, art. 290 – CPM, para que a presente legislação castrense se harmonize com a Lei 11.343/06, pois o Código Militar deve ser tão rígido quanto a Lei de Tóxicos, certamente, no que tange a aplicação da pena para o crime de tráfico de entorpecentes.

Por último, vale mencionar que a sanção penal para o cometimento do tráfico de drogas torna-se mais branda quando ocorrida entre as fileiras militares, fator que corrobora o ponto central desse artigo científico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2004-2006/Lei/L11343.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____ Justiça Militar da União.
Pesquisa Institucional sobre condutas criminosas de maior incidência para a justiça militar na União, Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: <https://www.stm.jus.br/enajum/pccrim/item/download/925_5cabc189e0bd2dde8e19d39640f46dd5>. Acesso em: 29 jan. 2019.

CONJUR. A Justiça a serviço da hierarquia e da disciplina. 31 jan. 2010, Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2010-jan-31/entrevista-maria-elizabeth-rocha-ministra-superior-tribunal-militar>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

GOMES, Luiz Flávio. Tráfico de drogas: aumento de 88% nos processos. Jusbrasil. 2011. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121922958/trafico-de-drogas-aumento-de-88-nos-processos>>.

6. O Contraditório e a Ampla Defesa no Processo Administrativo Militar do Exército Brasileiro a partir do Regulamento Disciplinar do Exército de 2002

André Luiz Loureiro da Silva Luz¹

Tiaraju Kanomata de Mesquita²

RESUMO

Este artigo trata sobre o Contraditório e a Ampla Defesa no processo administrativo disciplinar (PAD) do Exército Brasileiro (EB), a partir do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) de 2002. Tal abordagem busca compreender a aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos disciplinares militares no Estado Democrático de Direito, tornando este estudo altamente relevante para o aperfeiçoamento da administração militar e da justiça. O propósito deste estudo é descrever e analisar a aplicabilidade dos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) no processo administrativo disciplinar do Exército Brasileiro, mediante a revisão bibliográfica, calcado em procedimentos metodológicos na revisão teórica do assunto. O estudo demonstrou que o RDE de 2002 está alinhado com a CRFB/88,

garantido o contraditório e ampla defesa no processo administrativo disciplinar do Exército Brasileiro, sendo um instrumento na busca da verdade real, durante a apuração das transgressões disciplinares.

Palavras-chave: Disciplinar. Exército. Ampla Defesa.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo teve sua origem a partir de estudo apresentada na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como requisito parcial para a obtenção do Grau de Especialização em Ciências Militares no ano de 2013, sobre o Contraditório e a Ampla Defesa no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) do Exército Brasileiro (EB), a partir do Regulamento Disciplinar do Exército de 2002, no contexto do Estado Democrático de Direito.

Tal abordagem se justifica para a compreensão dos instrumentos de aplicação da

¹. Bacharel em Ciências Militares pela AMAN em 2003. loureiro.andre@eb.mil.br

². Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

disciplina no âmbito do Exército Brasileiro, no exercício regular do poder disciplinar, mediante um processo justo, diante de apuração de infrações disciplinares cometidas por militares.

Nesse contexto, a inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, no processo administrativo disciplinar do Exército Brasileiro pode causar a nulidade do mesmo?

O presente artigo deve revelar e analisar a aplicabilidade dos princípios do contraditório e da ampla defesa dentro do processo administrativo disciplinar do Exército Brasileiro. Também demonstra a relevância do tema no funcionamento institucional do Exército Brasileiro, na segurança jurídica para os militares, e ainda, permite a compreensão adequada pelos advogados da OAB.

Este propósito será conseguido mediante a revisão bibliográfica, dentro de um processo científico, calcado em procedimentos metodológicos na revisão teórica do assunto, tomando-se por base o que já foi publicado em relação ao tema ora em estudo, de modo a permitir uma melhor abordagem da questão. O estudo contribui para o aperfeiçoamento da Administração tornando-a mais eficiente e evitando a revisão de atos administrativos pela administração militar ou pela justiça. Também serve como fonte de consulta sobre o assunto, fornecendo subsídios para outros estudos.

Sumário: 1. Introdução. 2. Processo administrativo disciplinar. 3. Processo Administrativo Disciplinar do Exército. 4. O sistema recursal e a revisão do PAD do Exército Brasileiro. 5. Considerações finais. Referências Bibliográficas.

2 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

A definição de processo administrativo disciplinar (PAD) inicia o estudo sequencial, gradativo e lógico, para compreender a aplicação do princípio do contraditório e da ampla defesa dentro do processo administrativo disciplinar do Exército Brasileiro (EB).

Segundo Hely Lopes Meirelles (1990), "o poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da administração". (MEIRELLES, 1990 p. 103).

Desta maneira, é indispensável para o cumprimento do fim público que a Administração Pública possua meios efetivos de impulsionar sanções a servidor faltoso com seus deveres.

Márcio Fernandes Elias Rosa (2006) conceitua processo administrativo disciplinar como sendo:

O meio hábil à apuração de faltas disciplinares, violação de deveres funcionais e imposição de sanções aos servidores. A obrigatoriedade do processo disciplinar é estabelecida no regime jurídico a que estiver sujeito o agente público, sendo-o usualmente para a apuração das infrações mais graves e que estão sujeitas à imposição de demissão, suspensão dentre outras. (ROSA, 2006 p.)

Ainda, José dos Santos Carvalho Filho conceitua o processo administrativo disciplinar como sendo: "O instrumento formal através do qual a Administração apura a existência de infrações praticadas por seus servidores e, se for o caso, aplica as sanções adequadas". (CARVALHO FILHO, 2007 p.864)

Neste escopo fica evidente que o processo administrativo disciplinar tem que ser formal para garantir ao servidor o direito à ampla defesa e contraditório dentro de um devido processo legal.

2.1 PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Neste artigo será apresentado sinteticamente os princípios presentes no processo administrativo disciplinar, de forma a compreender a relação deste com a aplicação do contraditório e ampla defesa no PAD. Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que são princípios constitucionais a serem seguidos por toda

a Administração Pública.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe no seu artigo 37 sobre os princípios a serem observados pela Administração Pública, *in verbis*:

Art. 37 – A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também, ao seguinte:

O inciso II do Artigo 5º da CRFB/88 materializa o Princípio da Legalidade transscrito no corpo da Lei maior.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

O princípio da impessoalidade, para Meirelles (2006):

O princípio da impessoalidade [...] nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.

...

O que o princípio da finalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente a satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade.

O princípio da impessoalidade impõe ao Poder Público destinar a atividade administrativa a todos os administrados igualmente.

O Princípio da moralidade é um pres-

suposto do bom administrador, conforme Meirelles que “é aquele que, usando de sua competência legal, se determina não só pelos preceitos vigentes, mas também pela moral comum” (FRANCO SOBRINHO, 1974 apud MEIRELLES, 2006, p. 90).

Segundo José dos Santos Carvalho Filho (2007) nas palavras de Eugênio Paulino Faria Santos (2008) o princípio da publicidade dos atos norteia o administrador e que os mesmos deverão ter a mais abrangente publicação para os administrados.

A Emenda Constitucional nº. 19, de 1988, inseriu o princípio da eficiência entre os princípios constitucionais da administração pública elencados no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros (MEIRELLES, 2006, p. 96).

A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelece normas básicas para o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, dentre as quais se destaca o artigo 2º, que dispõe sobre os princípios aplicáveis a qualquer processo administrativo no âmbito federal.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

A Lei nº 9.784/99 ampliou os princípios aplicáveis aos processos administrativos da Administração Pública além daqueles contidos na Constituição Federal.

A Lei 9.784/99 no seu artigo 69 explica os critérios a serem seguidos nos processos administrativos em geral e aplicando

subsidiariamente estes conceitos nos processos administrativos especificados regulado por lei própria, conforme a seguir

“Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta lei”.

A Lei 9784/99 cita claramente no artigo 2º que o princípio do contraditório e da ampla defesa deverá ser obedecido no processo administrativo, sendo ainda um princípio específico do processo administrativo disciplinar. Neste contexto o inciso X do artigo 2º dispõe sobre o contraditório a ampla defesa no âmbito do processo administrativo federal, sendo garantidos os direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.

Cabe destacar a previsão do princípio do contraditório e ampla defesa na CRFB/88 no artigo 5º que dispõem: “LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”. Ainda, a ampla defesa também é assegurada ao servidor público estável no artigo 41, §1º, incisos II e II, da CRFB/88.

Sobre o princípio do devido processo legal, José dos Santos Carvalho Filho, 2007 p. 856. (2007) ressalta que:

O Princípio do devido processo legal (due process of law) é daqueles mais relevantes quando se trata de examinar os efeitos da relação jurídica entre o Estado e os administrados. Trata-se de postulado inerente ao Estado de Direito, que, como sabemos, foi a situação política em que o Estado reconheceu que, se de um lado podia criar o direito, de outro tinha o dever de submeter-se a ele. A lei, portanto, é o limite de atuação de toda a sociedade e do próprio Estado

Dispõe o artigo 5º, LVI, da CRFB/88: “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

O princípio do devido processo legal é

claro nos processos administrativos, devendo ser respeitadas as normas legais que o regulam.

Para Meirelles (2006, p. 99), “o princípio da motivação dos atos administrativos, após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está inserida no nosso regime político. É assim, uma exigência do Direito Público e da legalidade governamental”.

Meirelles (2006, p. 101), ainda afirma que:

A motivação é ainda obrigatória para assegurar a garantia da ampla defesa e do contraditório prevista no art. 5º, LV, da CF de 1988. Assim, sempre que for indispensável para o exercício da ampla defesa e do contraditório, a motivação será constitucionalmente obrigatória.

O processo administrativo disciplinar também deve obedecer ao princípio da motivação, no uso do seu poder disciplinar.

Eugenio Paulino Faria Santos (2008) explica que além dos princípios constitucionais da administração pública, todo e qualquer processo administrativo estão assegurados princípios da legalidade objetiva, da oficialidade, do informalismo, da publicidade dos atos, da verdade material, da ampla defesa e do contraditório.

O princípio do informalismo determina a obediência à forma simples no processo administrativo disciplinar, sem exigências formais abusivas e ilógicas, apesar de atender aos procedimentos descritos na lei.

Princípio da verdade material permite à administração, em qualquer fase do processo disciplinar, recepcionar e levar em conta quaisquer elementos de prova de que tenha conhecimento. Assim, no tocante a provas, desde que obtidas por meios lícitos, como impõe o inciso LVI do artigo 5º da Constituição Federal, a Administração detém liberdade plena de produzi-las. Entretanto, deve-se dar ciência ao acusado da existência de tais provas, proporcionando-lhe o exercício necessário à sua defesa.

Do exposto se verifica que o processo administrativo disciplinar é um dispositivo legal, baseado em princípios que se contra-

põem ao autoritarismo, por intermédio do qual a Administração Pública busca a segurança jurídica, tanto da Administração que instaura o processo, instrui e decide, quanto ao particular.

3. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR DO EXÉRCITO

No prosseguimento do estudo será abordado o processo administrativo disciplinar específico do Exército Brasileiro regido por norma própria, no qual se verificado a especialização do direito administrativo disciplinar, na esfera do Exército Brasileiro que integra as Forças Armadas. As instituições militares possuem características peculiares, que as diferenciam das instituições públicas civis, tendo como dois pilares básicos à hierarquia e a disciplina, decorrendo da sua observância a maioria das condutas exigidas dos militares em geral.

Jair Pereira de Sousa (2007) cita Martins (1996, p. 66) que diz:

[...] o Direito Administrativo Disciplinar Militar é vertente do Direito Administrativo Disciplinar Geral. Não chega a se constituir sub-ramo autônomo do direito público nem tampouco se desgarra do Direito Administrativo, mas é espécie que se desprende do Direito Administrativo Disciplinar por obra de seus institutos e princípios [...].

O Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), de 26 de agosto de 2002, estabeleceu normas relativas a processos disciplinares e recursos. Os processos administrativos disciplinares do Exército Brasileiro regem-se pelo RDE, aplicando-se subsidiariamente os preceitos da Lei 9.784/99, conforme previsto no artigo 69 “Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se apenas subsidiariamente os preceitos desta lei”.

O RDE dispõe sobre a necessidade da manutenção da disciplina:

Art. 8º A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes

do organismo militar.

...
§ 2º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos militares na ativa e na inatividade. (BRASIL, 2002)

O Regulamento Disciplinar do Exército, no seu artigo 12, define o que seja transgressão disciplinar a ser apurado pelo processo disciplinar militar no âmbito do Exército Brasileiro: “Transgressão disciplinar é toda violação do dever militar, na sua manifestação elementar e simples. Distingue-se do crime militar, que consiste na ofensa a esse mesmo dever, mas na sua expressão complexa e acentuadamente normal, definida e prevista na legislação militar”. As transgressões disciplinares estão tipificadas no anexo I do RDE. (BRASIL, 2002)

No seu artigo 23 do RDE explica que o objetivo das punições disciplinares resultantes de PADM visa a preservação da disciplina e deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence. (BRASIL, 2002)

O Exército Brasileiro possuem o poder de sancionar o militar que cometa transgressão disciplinar, para a manutenção dos preceitos militares decorrentes da hierarquia e da disciplina, a medida o militar que em tese violou algum preceito previsto no regulamento castrense, tem assegurado o direito de exercer sua defesa (contraditório e ampla defesa), em atendimento ao art. 5º, inciso LIV, da CF.

3.1 CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) fala sobre assegurar o contraditório e a ampla defesa ao militar acusado no processo administrativo disciplinar do Exército Brasileiro no seu artigo 35 a 38.

Art. 35. O julgamento e a aplicação da punição disciplinar devem ser feitos com justiça, serenidade e imparcialidade, para que o punido fique consciente e convicto de que ela se inspira

no cumprimento exclusivo do dever, na preservação da disciplina e que tem em vista o benefício educativo do punido e da coletividade.

§ 1º Nenhuma punição disciplinar será imposta sem que ao transgressor sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, inclusive o direito de ser ouvido pela autoridade competente para aplicá-la, e sem estarem os fatos devidamente apurados.

§ 2º Para fins de ampla defesa e contraditório, são direitos do militar:

I - ter conhecimento e acompanhar todos os atos de apuração, julgamento, aplicação e cumprimento da punição disciplinar, de acordo com os procedimentos adequados para cada situação;

II - ser ouvido;

III - produzir provas;

IV - obter cópias de documentos necessários à defesa;

V - ter oportunidade, no momento adequado, de contrapor-se às acusações que lhe são imputadas;

VI - utilizar-se dos recursos cabíveis, segundo a legislação;

VII - adotar outras medidas necessárias ao esclarecimento dos fatos; e

VIII - ser informado de decisão que fundamente, de forma objetiva e direta, o eventual não acolhimento de alegações formuladas ou de provas apresentadas.

...

Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes

à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias. (BRASIL, 2002)

O contraditório e a ampla defesa no processo administrativo disciplinar no âmbito do Exército Brasileiro estão regulados no Anexo IV do RDE que dispõe sobre procedimentos:

a) Recebida e processada a parte, será entregue o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar ao militar arrolado como autor do(s) fato(s) que aporá o seu ciente na 1ª via e permanecerá com a 2ª via, tendo, a partir de então, três dias úteis, para apresentar, por escrito (de próprio punho ou impresso) e assinado, suas alegações de defesa, no verso do formulário;

b) Em caráter excepcional, sem comprometer a eficácia e a oportunidade da ação disciplinar, o prazo para apresentar as alegações de defesa poderá ser prorrogado, justificadamente, pelo período que se fizer necessário, a critério da autoridade competente, podendo ser concedido, ainda, pela mesma autoridade, prazo para que o interessado possa produzir as provas que julgar necessárias à sua defesa;

c) Caso não deseje apresentar defesa, o militar deverá manifestar esta intenção, de próprio punho, no verso do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar;

d) Se o militar não apresentar, dentro do prazo, as razões de defesa e não manifestar a renúncia à apresentação da defesa, nos termos do item "c", a autoridade que estiver conduzindo a apuração do fato certificará no Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, juntamente com duas testemunhas, que o prazo para apresentação de defesa foi concedido, mas o militar permaneceu inerte;

e) Cumpridas as etapas anteriores,

a autoridade competente para aplicar a punição emitirá conclusão escrita, quanto à procedência ou não das acusações e das alegações de defesa, que subsidiará a análise para o julgamento da transgressão;

f) Finalizando, a autoridade competente para aplicar a punição emitirá a decisão, encerrando o processo de apuração;

O Anexo IV do RDE também dispõem sobre a forma e a escrituração:

a) O processo terá início com o recebimento da comunicação da ocorrência, sendo processado no âmbito do comando que tem competência para apurar a transgressão disciplinar e aplicar a punição;

b) O preenchimento do **Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar** se dará sem emendas ou rasuras, segundo o modelo constante do Anexo V;

c) Os documentos escritos de próprio punho deverão ser confeccionados com tinta azul ou preta e com letra legível;

d) A identificação do militar arrolado como autor do(s) fato(s) deverá ser a mais completa possível, mencionando-se grau hierárquico, nome completo, seu número (se for o caso), identidade, subunidade ou organização em que serve, etc.;

e) As justificativas ou razões de defesa, de forma sucinta, objetiva e clara, sem conter comentários ou opiniões pessoais e com menção de eventuais testemunhas serão aduzidas por escrito, de próprio punho ou impresso, no verso do **Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar** na parte de **JUSTIFICATIVAS / RAZÕES DE DEFESA**, pelo militar e anexadas ao processo. Se desejar, poderá anexar documentos que comprovem suas razões de defesa e aporá sua assinatura e seus dados de identificação;

f) Após ouvir o militar e julgar suas justificativas ou razões de defesa, a autoridade competente lavrará, de próprio punho, sua decisão;

g) Ao final da apuração, será registrado no **Formulário de Apuração de**

Transgressão Disciplinar o número do boletim interno que publicar a decisão da autoridade competente;

Por fim, o Anexo IV do RDE dispõem sobre prescrições diversas:

a) As razões de defesa serão apresentadas no verso do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, podendo ser acrescidas mais folhas se necessário;

b) Contra o ato da autoridade competente que aplicar a punição disciplinar, publicado em BI, podem ser impetrados os recursos regulamentares peculiares do Exército;

c) Na publicação da punição disciplinar, deverá ser acrescentado, entre parênteses e após o texto da Nota de Punição, o número e a data do respectivo processo;

d) O processo será arquivado na OM do militar arrolado;

e) Os procedimentos formais previstos nestas Instruções serão adotados, obrigatoriamente, nas apurações de transgressões disciplinares que redundarem em punições publicadas em boletim interno e transcritas nos assentamentos do militar.

3.2 A VERDADE SABIDA

No desenvolvimento do estudo será analisada a verdade sabida, no contexto de processo administrativo disciplinar, a fim de verificar a possibilidade ou não em processo administrativo disciplinar do EB. A verdade sabida pode ser conceituada da seguinte maneira:

É o conhecimento pessoal da infração pela própria autoridade competente para punir o infrator.

Tem-se considerado, também como verdade sabida a infração pública e notória, estampada na imprensa ou divulgada por outros meios de comunicação de massa. (MEIRELLES, 1990, p. 590/591)

Ao analisar o conceito de MEIRELLES sobre a verdade sabida se pode concluir que o conhecimento pessoal e direto da irregularidade por parte da autoridade com-

petente de aplicar a penalidade ao infrator não concede ao mesmo a prerrogativa de defesa, aplicando imediata punição, consignando no ato punitivo as circunstâncias em que foi cometida a presente falta.

Maria Sylvia Zanella di Pietro (2006, p. 616) diz ser inconcebível o princípio da verdade sabida, ainda previsto em alguns dispositivos estatutários, uma vez que, é contrário ao princípio do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos, ente previsto no corpo constitucional no artigo 5º inciso LV, assim:

Hely Lopes Meirelles (2006, p. 697), nos ensina também que:

Formou-se um consenso doutrinário acerca da inconstitucionalidade da verdade sabida. A Constituição de 1988 exige, incondicionalmente, o processo (procedimento em contraditório) para aplicação de sanção disciplinar de qualquer espécie e seja qual for o conjunto probatório, que a administração pública disponha para tanto.

Desta forma, qualquer processo administrativo disciplinar que se valha da verdade sabida no seu corpo contém vício insanável (inconstitucional), tornando-se nulo de pleno direito, pois contraria a norma do art. 5º, LV da CRFB/88.

Se verifica que a Administração Militar, onde os procedimentos são via de regra céleres, não podem aplicar punições disciplinares sem assegurar o contraditório e a ampla defesa, no intuito de se alcançar com maior velocidade o restabelecimento da disciplina. Por consequência, o processo administrativo militar do EB deve garantir o contraditório e a ampla defesa dentro do devido processo legal a luz do RDE, permitindo a oportunidade para o acusado defender-se por si só ou fazer-se defender por defesa técnica (advogado).

4. O SISTEMA RECURSAL E A REVISÃO DO PAD DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A Lei 9784/99 dispõe sobre os recursos administrativos e a revisão dos atos administrativos.

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior (BRASIL, 2002).

O militar punido por decisão de autoridade militar proferida em processo administrativo disciplinar no âmbito do Exército Brasileiro pode recorrer na esfera disciplinar, conforme prevê o RDE:

Art. 52. O militar que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado por superior hierárquico tem o direito de recorrer na esfera disciplinar.

Parágrafo único. São cabíveis:

I - pedido de reconsideração de ato; e

II - recurso disciplinar (BRASIL, 2002).

O RDE possui duas espécies recurso, que são a reconsideração de ato, dirigido somente à autoridade que prolatou a decisão disciplinar inicial, e o recurso disciplinar propriamente dito, dirigido às autoridades sucessivas na cadeia de comando, da autoridade imediatamente superior à que aplicou a sanção até o Comandante do Exército, devendo os recursos seguir essa ordem, sem suprimir instâncias (BARROS, 2011).

O sistema recursal permite o controle interno dos atos administrativos disciplinares pela própria Administração militar, evitando a imposição de penalidades injustas ou injurídicas (BARROS, 2011).

A administração, na apreciação dos recursos, deve levar em consideração todas as alegações e provas apresentadas pelo recorrente, mas não está adstrita somente a elas (Súmula 273 do STF e art. 53 da Lei 9.784/99).

A Súmula 473/STF determina que a revisão dos atos administrativos podem ser realizadas de ofício pela Administração Pública, porém sua aplicação demanda a observância do prazo de cinco anos, tal como previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/99,

sendo necessária a instauração de processo administrativo.

Para MEIRELLES (2006, p. 207), “os atos administrativos nulos ficam sujeitos à invalidação não só pela própria Administração como, também, pelo Poder Judiciário, desde que levados à sua apreciação pelos meios processuais cabíveis que possibilitem o pronunciamento anulatório”.

Prossegue ainda, Meirelles (2000, p. 650):

Não há como confundir, entretanto, o mérito administrativo do ato, infenso à revisão judicial, com o exame de seus motivos determinantes, sempre passíveis de verificação em juízo. Exemplificando: o Judiciário não poderá dizer a conveniência, oportunidade e justiça da aplicação de uma penalidade administrativa, mas poderá e deverá examinar seu cabimento e a regularidade formal de sua imposição. Nesse sentido, já decidiu o TJSP, com inteira razão: ‘Para que o Judiciário bem possa verificar se houve exata aplicação da lei, força é que examine o mérito da sindicância ou processo administrativo, que encerra o fundamento legal do ato. (TJSP, RDA 27/214).

Os processos de anulação de punição disciplinar são regulados pelos artigos 41 a 44 do RDE e pela Portaria nº 593, de 22 de outubro de 2002, do Comandante do Exército.

A autoridade recorrida, ao encaminhar recurso disciplinar ao escalão superior, deve certificar-se de que na documentação a ser encaminhada, há informações que o recurso foi apresentado no prazo regulamentar. (BARROS, 2011)

A autoridade recorrida não deve deixar de encaminhar recurso ao escalão superior, mesmo que entenda estar o pleito em desacordo com a legislação. Essa circunstância deve ser objeto de registro no relatório respectivo (BARROS, 2011).

Os recursos administrativos disciplinares não têm efeito suspensivo. Porém, havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da pena eventualmente imposta, a autoridade recorrida ou a imediatamente su-

perior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso (p. único do art. 61 da Lei 9.784/99). Essa providência poderá, inclusive, prevenir o possível enquadramento da autoridade sancionadora na Lei 4.898/65, ou até mesmo no art. 174 do CPM, bem como evitar prejuízos ao erário com indenizações ao lesado, custas judiciais e honorários advocatícios, e a consequente ação regressiva contra o agente responsável (art. 37, § 6º da CF/88).

Os atos administrativos que decidam recursos disciplinares devem ser motivados, do mesmo modo que as decisões originárias (BARROS, 2011).

A autoridade recorrida que verifica a existência de nulidade, deve declará-la de ofício, sem deixar de encaminhar o recurso ao escalão competente, informando o fato no relatório respectivo (BRASIL, 2002).

A Lei 9784/99 no seu artigo 55 dispõe o seguinte sobre a convalidação de atos administrativos: “Em decisão na qual se evide não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração”.

Sobre o tema do contraditório e da ampla defesa em processo administrativo disciplinar podemos fazer analogia ao que dispõem a Súmula Administrativa nº 33/2012, de 17 de janeiro de 2012, da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas:

O Procurador-Geral do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art.11, incisos I e XII, c/c o art. 7º, inciso XIII, e art. 4º, inciso X, da Lei Complementar nº 07, de 18 de julho de 1991, edita a presente Súmula Administrativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos do Estado de Alagoas, a ser publicada, no órgão oficial de imprensa do Estado, por duas vezes sucessivas: “Vícios formais só anulam o processo administrativo disciplinar se causarem prejuízo efetivo à defesa.”

Em síntese se verifica que somente é nulo o processo administrativo disciplinar no âmbito do Exército Brasileiro o vício insanável que cause prejuízo efetivo ao contra-

ditório e ampla defesa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O RDE é um decreto do Presidente da República que regula uma espécie de processo administrativo disciplinar no âmbito do Exército Brasileiro e por consequência está subordinado aos princípios constitucionais da CRFB/88, garantindo os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A autoridade militar competente ao receber um documento motivador e verificar a existência de procedência, instaurará processo administrativo disciplinar baseado no fato (transgressão) imputado ao militar acusado.

O contraditório e a ampla defesa no PAD do Exército Brasileiro é um conjunto de atos praticados, pelo militar acusado de cometer transgressão, no sentido de permitir apresentar todos os meios de provas em direito admitido, alegando fatos e expor razões, para confrontar a acusação que lhe é feita, de maneira a se contrapor a esta, em defesa de seus interesses, no rito que em via de regra é mais célere, no intuito de restabelecer a disciplina o mais rapidamente possível.

O contraditório e a ampla defesa aplicado no PAD no Exército Brasileiro, inicia-se a partir do momento que o militar acusado é comunicado formalmente da instauração do processo de apuração e toma ciência das acusações que lhe são imputadas, através do recebimento do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), para assim, poder se contrapor a acusação da transgressão. Após a notificação, o acusado recebe o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as suas razões de defesa escritas ou fazê-lo por meio de seu procurador legalmente constituído. O militar acusado nas suas razões de defesa pode apresentar documentos, arrolar testemunhas, requerer documentos fundamentadamente, requerer perícia ou outras provas (vídeos, fotos e outros), cabendo à autoridade deferi-las ou indeferi-las, sempre motivadamente. Em caráter excepcional e por conveniência da ação disciplinar,

na apuração de fato (transgressão disciplinar) a critério da autoridade competente, o prazo poderá ser prorrogado.

Na sequência, o militar acusado apresenta as suas razões de defesa (defesa prévia), devendo ser ouvido em audiência pela própria autoridade competente para a decisão disciplinar, sendo reduzido a termo o depoimento pessoal do acusado. Caso seja levantado nova prova para acusação do PAD deve ser permitido o conhecimento das provas ao acusado para que este possa se contrapor em alegações finais. É vedada a produção de novas provas contra o acusado sem que o mesmo não tenha conhecimento oportuno para contrapor-se.

Proferida a decisão e sua respectiva publicação em Boletim Interno (BI) pela autoridade militar competente no PADM, determinando a sanção disciplinar, o acusado deve receber a ciência da decisão, podendo recorrer através da reconsideração de ato (para a autoridade decisória) ou recurso (para autoridades superiores), dentro do prazo de 05 (cinco dias) úteis contado da publicação da decisão.

A verdade sabida não se aplica para aplicar sanções disciplinares, pois nega ao militar (acusado) o direito do contraditório e da ampla defesa, ofendendo o artigo 5º, LV da CRFB/88.

A decisão da autoridade competente no processo disciplinar deve seguir literalmente o que prescreve o anexo IV do RDE, que regula os procedimentos e forma para a aplicabilidade do contraditório e da ampla defesa cabíveis aos militares acusados, evitando vícios ao PAD do EB. Desta forma, faz-se necessária a instauração, processamento e decisão de processo administrativo disciplinar militar com a presença do contraditório e da ampla defesa, para que possa se aplicar uma punição disciplinar a respeito de uma transgressão disciplinar cometida, mesmo que na presença de uma autoridade militar competente para aplicar o RDE.

A existência de vício de forma no PAD que não prejudique ao contraditório e ampla defesa do acusado, apresentando

apenas defeito sanável, poderá ser convalecidos pela própria Administração. Entretanto, o PAD do Exército Brasileiro que causar prejuízo insanável, cerceando efetivamente a defesa será nulo, pois ignora os princípios constitucionais do contraditório e a ampla defesa.

A revisão do ato disciplinar pode ocorrer pelo poder judiciário através da anulação, sem haver uma análise do seu mérito, mas sim da sua legalidade e legitimidade.

Conclui-se que a autoridade militar competente para aplicar o RDE deve seguir literalmente o que prescreve o RDE, pois este está alinhado com a CRFB/88 e demais dispositivos legais, garantindo o contraditório e ampla defesa no processo administrativo disciplinar do Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 Jan 2019.

BRASIL. Lei Nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999. Dispõe sobre Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>. Acesso em: 22 out 2018.

ALAGOAS. Súmula Administrativa nº 33/2012, de 17 de janeiro de 2012, Estado de Alagoas Procuradoria Geral do Estado Centro de Estudos.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. R-4: Regulamento Disciplinar do Exército. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm>. Acesso em: 22 Out 2018.

BRASIL. Súmula Nº 473 STF, Decadência, Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pa=gi>>. Acesso em: 22 Out 2018.

na=sumula_401_500>. Acesso em: 22 Out 2018.

BARROS. Processo administrativo disciplinar. In: ESTÁGIO DE JUSTIÇA MILITAR DO CML, Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.

DE SENA, Irlan Trajano; DA SILVA, Sinval Albuquerque, A ampla defesa e o contraditório na aplicação das punições disciplinares. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Segurança Pública) - Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba, João Pessoa.

DE SOUSA, Jair Pereira. As nulidades no processo administrativo disciplinar militar. 2007. Monografia (Curso em Segurança Pública) - Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação Biguaçu, Floripa-nópolis. Disponível em: <<http://jusmilitaris.com.br/uploads/docs/nulidadesprocesso.pdf>>. Acesso em: 22 out 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, São Paulo, 1996.

_____. Direito Administrativo brasileiro. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MARTINS, Eliezer Pereira. Direito administrativo disciplinar militar e sua processualidade. Leme: LED, 1996.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2000.

ROZA, Cláudio. Processo administrativo disciplinar & ampla defesa. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Direito Administrativo Militar: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SANTOS, Eugênio Paulino Faria. A ampla defesa no processo administrativo disciplinar. 2008. Monografia (Curso de Direito), FAPAM Minas Gerais. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1368>. Acesso em: em: 22 out 2012.

7. A Participação do Exército no Processo Político Brasileiro entre 1918 e 1945: consequências para a coesão ideológica

Anderson Salvador da Silva¹

RESUMO

Atualmente o Exército Brasileiro possui um elevado nível de aceitação junto à sociedade civil. Esse fato se deve, dentre outros fatores, à unidade de pensamento existente entre os militares. Isso impede que haja divisões internas e, como consequência, o enfraquecimento do Exército Brasileiro. Entretanto, nem sempre foi assim. Existiram momentos históricos em que as diferenças ideológicas dificultaram a evolução doutrinária, pessoal, e material da Força Terrestre. O auge dessas dissensões foi o ano de 1930. Neste ano ocorreu a Revolução de 1930. Esse fato iniciou o processo de coesão do Exército que se concluiu com a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, em 1945. A partir desse contexto, o presente estudo verificou que o Exército, de fato, participou do processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, e que essa participação teve como

uma das consequências a coesão ideológica da Força Terrestre.

Palavras-chave: Movimento Tenentista. Revolução de 1930. Era Vargas (1930-1945).

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, como uma possessão portuguesa, herdou os modelos políticos e militares de sua antiga metrópole. A ligação entre militares e política data do período colonial brasileiro, com a chegada dos primeiros emigrantes lusitanos ao Brasil. Em um primeiro momento esta ligação ocorreu através do sistema de Capitanias Hereditárias. Após o término deste sistema, prosseguiu na fase dos Governos Gerais.

Os poderes políticos e militares, nesse período inicial de povoamento, estavam nas mãos de uma pessoa, o chamado donatário. Essa figura era o detentor de porções de terras concedidas pela coroa portugue-

¹. Major da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela AMAN em 2004. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2013, com ênfase em História Militar. Atualmente, desempenha a função de Instrutor Chefe da Seção de Ensino “D”/Curso de Engenharia da EASA.

sa, denominadas Capitanias Hereditárias. A concentração de poderes nas mãos dos donatários favoreceu o combate aos estrangeiros e assegurou o desbravamento da nova terra¹.

Com o declínio do sistema de capitâncias, Portugal implantou em sua colônia americana os Governos Gerais. A administração brasileira evoluiu e abriram-se espaços para novas formas políticas que proporcionaram um afastamento entre a política e os militares².

A chegada da família real ao Rio de Janeiro, no ano de 1808, modificou definitivamente as estruturas políticas e sociais brasileiras. A criação da Academia Real Militar, em 1810, foi uma dessas modificações estruturais dentro do campo militar³.

Todo esse processo de renovação da Nação culminou, em 1822, com a proclamação da Independência do Brasil. Nesta fase, o Exército Brasileiro participou de importantes combates contra os portugueses nas Províncias da Cisplatina e Bahia. No período imperial ocorreram fatos que aproximaram o Exército e a Política, com destaque para a Guerra da Tríplice Aliança⁴.

Durante o período imperial, um dos episódios de maior destaque foi a Guerra da Tríplice Aliança, entre 1864 e 1870. Os principais chefes militares das tropas em operação neste conflito, Caxias e Osório, ocuparam altas funções políticas dentro do Império.

Os militares estavam cada vez mais desapontados com os rumos que a nação estava tomando e com o abandono em que se encontravam as Forças Armadas, principalmente no período que se seguiu ao término da Guerra da Tríplice Aliança. Dessa feita, o Exército Brasileiro acabou contribuindo para a queda da monarquia e a consequente implantação do novo regime político republicano, em 15 de novembro de 1889.

A República Federativa do Brasil nasceu com os militares e estes, em diversos momentos críticos da nação, intervieram para que a liberdade e a democracia fossem mantidas.

A década de 1920 foi muito conturbada

para a sociedade como um todo, mas principalmente para o Exército Brasileiro. Esta década culminou com a crise da bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, fato este que afetou o mundo e o Brasil.

Além de mudanças econômicas, a sociedade brasileira ansiava por outras mudanças, em especial na política. O povo ansiava pela lisura total do processo eleitoral, conforme o prescrito pela Constituição Federal de 1891. O Exército, como instituição permanente brasileira, catalisou os anseios do povo e conduziu a vitoriosa Revolução de 1930. Essa intervenção se deu justamente num momento em que a Força Terrestre encontrava-se com o seu corpo de oficiais dividido por diversas correntes ideológicas⁵.

Acompanhando a história do Brasil, verifica-se que em seus principais momentos o Exército esteve presente defendendo os interesses nacionais. Foi assim novamente em 1935, quando a Força Terrestre combateu pela primeira vez uma ideologia totalitária. Esse episódio ficou conhecido como Intentona Comunista e acabou por corroborar pela coesão do povo brasileiro e dos militares.

O Exército Brasileiro como instituição nacional permanente e regular, em diversos momentos interveio para a manutenção da ordem interna e a defesa da Pátria. A Força Terrestre combateu inimigos de diversas origens.

Em certos momentos, as intervenções realizadas pelas Forças Armadas exigiram uma participação na política Nacional. Desse modo, verificou-se o seguinte problema de pesquisa:

Em que medida a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre?

O esforço da pesquisa em solucionar o problema proposto, possibilitou a identificação do fortalecimento do laço de coesão ideológica dos militares em torno dos ideais democráticos e trouxe à tona fatos que marcaram profundamente a Instituição. Dessa forma, a presente pesquisa justifi-

cou-se por oferecer o embasamento cultural e histórico, não somente durante a fase intermediária do oficial, mas para toda a carreira militar. Além disso, este trabalho serviu para mostrar que os destinos da Força Terrestre e, por vezes, da nação brasileira foram traçados pela educação militar fornecida aos jovens alunos e cadetes das Escolas Militares, formadoras de oficiais combatentes do Exército. Essa educação é a responsável pela transmissão dos mais nobres valores morais e éticos, além de moldar o caráter dos oficiais de todos os tempos. Todos os ensinamentos posteriores adquiridos pelo oficial, seja na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ou Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, são complementos do que foi aprendido na Academia Militar.

2. METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar o caminho percorrido para solucionar o problema de pesquisa. Serão especificados os procedimentos utilizados para obter as informações de interesse e analisá-las.

Considerando a abordagem, este trabalho foi enquadrado como pesquisa qualitativa. “A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números”⁶.

Devido às características qualitativas das variáveis de estudo, fez-se necessário definir-las operacionalmente a fim de torná-las passíveis de observação e de mensuração.

Da análise das variáveis envolvidas no presente estudo, **“A participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945”**, apresentou-se como variável independente, tendo em vista que a sua manipulação exerceu efeito significativo sobre a variável dependente **“consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre”**.

O trabalho por tratar-se de uma pesquisa qualitativa seguiu as seguintes formas de pesquisa: pesquisa bibliográfica e pes-

quisa documental. As principais fontes de pesquisa foram: artigos científicos das bases de dados da ECEME, da EsAO e de Instituições de Ensino Superior (IES); pesquisa documental do Arquivo do Exército Brasileiro, do Arquivo do CPDOC/FGV e arquivos particulares; e livros escritos por autores que detém profundo conhecimento na área do tema proposto na dissertação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica e os documentos históricos possibilitaram:

- conceituar ideologia, democracia e regimes totalitários;
- analisar as modificações vividas pelas Escolas Militares do Exército e suas consequências na formação dos oficiais no período da Primeira República;
- analisar a política brasileira no período da Proclamação da República até o final da década de 1920 e as correntes ideológicas que exerciam influência nos meios militares nesta época;
- analisar o Movimento Tenentista;
- analisar a Revolução de 1930;
- analisar a Revolução de 1932;
- analisar a Intentona Comunista de 1935;
- analisar o Levante Integralista de 1938; e
- analisar a participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

A análise das bibliografias e das documentações confirmou a existência de uma lacuna no conhecimento no que tange os fatos, ou, motivos que contribuíram decisivamente para a união ideológica do Exército Brasileiro como instituição permanente.

Contudo, visando um melhor entendimento dos dados colhidos, foi realizada a apresentação e discussão dos mesmos de maneira isolada.

A partir da análise da participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, foi possível identificar quais foram as consequências desta participação para a coesão ideológica da Força Terrestre. Desta forma, foi possível estabelecer as

implicações que a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe para a coesão ideológica da Força Terrestre e comparar as informações e dados obtidos entre fontes bibliográficas e fontes primárias. Os resultados foram apresentados por meio da análise de variáveis, de modo a facilitar a compreensão e o entendimento histórico dos fatos.

O primeiro ponto foi a análise das ações em que se envolveu a Força Terrestre no Movimento Tenentista, na Revolução de 1930, na Revolução de 1932, na Intentona Comunista de 1935, no Levante Integralista de 1938 e na Segunda Guerra Mundial. Todos esses fatos históricos influenciaram o processo político brasileiro. Como o Exército participou ativamente de todos, se conclui que de fato houve a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945.

O segundo ponto, foi a discussão dos resultados obtidos com a revisão de literatura e com os documentos históricos, pois permitiu a conclusão acerca das consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre trazidas pela participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945.

Para que os problemas da divisão ideológica e da heterogeneidade na formação dos oficiais da Força Terrestre fossem solucionados foi necessária a participação do Exército no processo político brasileiro entre os anos de 1918 e 1945.

Na realidade, a coesão ideológica do Exército Brasileiro foi um processo longo e paulatino, iniciado em 1930 e atingindo seu ponto alto de amadurecimento em 1945. Esse processo de coesão da Força Terrestre pode ser dividido em duas fases que se complementam. Essas fases consolidaram-se em torno da ideologia política da democracia. Dentro dessa ideologia podem-se observar duas ideias chaves: a defesa do Regime Constitucional e o combate aos Regimes Totalitários.

Cada uma dessas ideias, que auxiliaram na coesão ideológica do Exército, correspondeu a uma fase desse processo e en-

globou determinados acontecimentos históricos. Esses acontecimentos podem ser divididos em dois grupos.

Um primeiro grupo englobou as Revoluções de 1930 e 1932, podendo ser considerado como uma primeira fase da coesão ideológica da Força. Esta primeira fase, respaldou-se na ideia de Defesa do Regime Constitucional.

O segundo grupo abrangeu a Intentona Comunista de 1935, o Levante Integralista de 1938, e a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Este conjunto de fatos esteve diretamente ligado à ideia do combate aos Regimes Totalitários e pode ser considerada como a segunda fase do processo de coesão ideológica da Força Terrestre.

Essa coesão ideológica das Forças Armadas, em especial do Exército, em torno da ideologia democrática materializou-se em dois episódios da história do Brasil: o primeiro foi na transição democrática entre o governo de Vargas e o do Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1945; e o segundo, foi a Revolução Democrática de 1964. A partir desse embasamento foram apresentados os resultados e realizadas as discussões sobre a coesão ideológica do Exército Brasileiro.

A participação do Exército nas Revoluções de 1930 e 1932 faz parte da primeira fase do processo de coesão ideológica. Nessa fase houve uma redução da heterogeneidade dos oficiais da Força Terrestre e das ideologias que os dividiam. Dois fatos contribuíram para unir os oficiais: um foi a reforma da Lei de Promoções do Exército; e o outro foi a aceleração no processo de promoção à general para os oficiais formados pela Reforma do Ensino Militar de 1905. Estas conquistas contribuíram para a coesão da tropa e só foram possíveis, pois o Exército participou de todo o processo político. Estava concluída a primeira fase do processo de coesão ideológica da Força Terrestre, que marcou a coesão ideológica do Alto Comando do Exército. Contudo, algumas cisões ainda permaneceram no interior da Força Terrestre.

O combate aos Regimes Totalitários, en-

quadrado na ideologia democrática, foi a ideia que marcou a segunda fase do processo de coesão ideológica do Exército, e englobou os seguintes fatos históricos: a Intentona Comunista de 1935, o Levante Integralista de 1938, e a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, para combater o nazi-fascismo. Essas ideologias disseminaram valores e ideias que entravam em choque com os valores democráticos do Exército Brasileiro. Com isso, essa fase possibilitou a consolidação da coesão ideológica entre os oficiais e praças da Força Terrestre, em torno da ideologia da democracia, seguindo a ideia do combate aos Regimes Totalitários.

A passagem da Presidência da República do Senhor Getúlio Vargas ao Marechal Eu-
rico Gaspar Dutra foi proporcionada pela ação do Exército Brasileiro, em 1945. Esse processo de redemocratização do Brasil só foi possível por causa da consolidação da coesão ideológica da Força Terrestre. Se esta coesão não tivesse existido nesse período, provavelmente uma nova revolução teria assolado o Brasil.

4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa relacionada à participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, constitui uma real necessidade para a Força Terrestre, haja vista que muitas características atuais do Exército Brasileiro surgiram neste período histórico. Somente através do estudo da história militar da Força pode-se encontrar a identidade e os valores que constituem a Instituição.

O principal objetivo deste artigo científico foi concluir sobre os reflexos diretos para a Força Terrestre, trazidos pela participação desta no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945.

Pesquisando sobre as ações do Exército no Movimento Tenentista, na Revolução de 1930, na Revolução de 1932, na Intentona Comunista de 1935, no Levante Integralista de 1938, e na Segunda Guerra Mundial, observou-se que a participação da Força

foi efetiva. Assim, se conclui que o Exército participou do processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, cujas consequências foram a coesão ideológica da Força Terrestre.

Foi observado, que a coesão ideológica da Força Terrestre em torno da ideologia democrática foi de fundamental importância em dois momentos importantes da Nação: a Revolução Democrática de 1964 e a passagem do governo dos militares aos civis em 1985.

Foi constatado, através da análise das biografias e dos documentos encontrados, que a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre. Foi de fundamental importância a pesquisa na Revista Defesa Nacional, haja vista este ser um órgão de propagação ideológica da Força. Isso ocorreu, pois na época os meios de comunicações eram precários, o que dificultava a rápida propagação das notícias e das ideias.

Através da análise e discussão dos resultados, confrontando-se os dados analisados com o estudo das variáveis independente e dependente, conclui-se que a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre.

A História Militar ensinada aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras prioriza o estudo de caso das principais batalhas, das quais o Exército Brasileiro participou. Dessa feita, como contribuição deste trabalho para o desenvolvimento das ciências militares fica a ideia de que na Academia Militar a historiografia ensinada aos futuros oficiais pode englobar, além das batalhas, os contextos culturais, sociais, psicológicos, geográficos, dentre outros, que contribuíram para a ocorrência das guerras. Esta contribuição concorda com as ideias escritas a seguir:

Hoje, a História Militar procura estudar o fenômeno militar sob uma nova ótica, na qual os diversos fenômenos relacionados à guerra são integrados em uma compreensão analítica, contrapondo-se a um modelo tradicional

que privilegiava o estudo técnico das grandes batalhas narradas de forma descritiva, memorialista e centrados no culto aos grandes heróis. [...] A impossibilidade de desvincular a guerra dos fenômenos políticos fez com que as críticas à História Política fossem também dirigidas aos estudos militares, sendo estes, parte da política.

Como fechamento do presente artigo, fica a certeza de que os reflexos da participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, serviram para tornar as atuais gerações de militares unidas e alinhadas com os preceitos democráticos previstos na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

WEHLING A; WEHLING M. J.C. M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MOTTA, Jeovah. Formação do oficial do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

HAYES, Robert Ames. Nação armada: a mística militar brasileira. Tradução Delcy G. Doubrava. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.

TREVISAN, Leonardo N. Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Ester M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: UFSC, 2000.

PARANHOS, Renato Jorge. Metodologia da História e História Militar. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1º. Quadrimestre. 2009.

8. 20 Anos da Coordenação do Corpo de Alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA)

Clayton dos Santos¹

RESUMO

O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), é um importante marco na carreira dos Graduados do Exército Brasileiro. A fase presencial realizada na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA) possui uma característica única na Força Terrestre. Em sua estrutura organizacional, há um Corpo de Alunos formado e comandando por graduados. Conhecida como “Coordenação do C Alu” é formada exclusivamente Sargentos, fator esse que causa grande impacto por aqueles que passam pela Escola. O objetivo deste artigo é explorar um pouco da história da coordenação do C Alu. O pioneirismo em adotar uma estrutura que permite a valorização do Sargento de maneira mais prática e efetiva, mediante a ação de liderança e exemplo, mostrando-se positiva e capaz, possibilitando o desenvolvimento de diversos conteúdos atitudinais e competências no

Sargento que realiza o CAS. Este artigo apresentará como essa atitude inovadora, que neste ano completa 20 anos de existência, além de contribuir na modificação da conduta do Sargento-Aluno, fortalece os valores da Força Terrestre e, mais uma vez, evidencia que a EASA, a Casa do Adjunto, está à frente do seu tempo e se consolidando como um centro de referência no aperfeiçoamento dos Sargentos do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Exército Brasileiro, EASA, Corpo de Alunos, Coordenação, Sargento.

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), localizada na cidade de Cruz Alta – RS, é conhecida como um dos mais importantes Estabelecimentos de Ensino da Força Terrestre no que concerne ao aperfeiçoamento do Sargentos do Exér-

1. 1º Sargento de Artilharia. É Bacharel em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina. É Graduado em Recursos Humanos pela Universidade Paulista. Possuidor do Curso de Sergeant Major, realizado na United States Army Sergeants Major Academy – USASMA. Atualmente é Comandante do Corpo de Alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, EASA.

cito Brasileiro, pois sua estrutura ímpar, surpreende a todos que a conhecem. Desde o ano de 1999 o comandante do Corpo de Alunos é um Primeiro-Sargento combatente, que tem como subordinados Primeiros e Segundos-Sargentos aperfeiçoados que desempenham funções administrativas e de coordenadores de turma. Na comemoração dos 20 anos desta estrutura organizacional, é essencial entender a sua história e a sua contribuição para a valorização do Sargento do Exército Brasileiro e para a excelência das atividades desenvolvidas pela EASA.

2. A CRIAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CORPO DE ALUNOS

No ano de 1993, entrou em funcionamento o Centro de Instrução de Aperfeiçoamento de Sargentos do Comando Militar do Sul (CIAS-Sul). A estrutura organizacional do Centro, naquele ano, foi a tradicionalmente utilizada pelos Estabelecimentos de Ensino da Força, com o ensino e a vida administrativa do Sargento-Aluno (Sgt Alu) sob o comando de um Oficial superior.

O Comandante da EASA nos anos de 1993 a 1996 o, então, Tenente-Coronel Sérgio Westphalen Etchegoyen. Foi observado, pelo comando, no decorrer daquele período, a oportunidade de valorizar o Sargento e, concomitantemente, otimizar os trabalhos da Escola.



Figura 1: Ten Cel Etchegoyen - Cmt CIAS-Sul (1993 - 1996)

O Comandante da EASA nos anos de 1993 a 1996 o, então, Tenente-Coronel Sér-

gio Westphalen Etchegoyen. Foi observado, pelo comando, no decorrer daquele período, a oportunidade de valorizar o Sargento e, concomitantemente, otimizar os trabalhos da Escola.

No ano de 1994, por meio de ação visionária de seu Comandante, o C Alu passou a se reportar diretamente ao comando da EASA, deixando de subordinar-se à Divisão de Ensino da Escola. O cargo de Coordenador-Geral do Corpo de Alunos passou a ser desempenhado por um Major ou Capitão, que tinha como adjunto um Oficial Subalterno, um Sargenteante, um Encarregado de Material e os Coordenadores de Turma.



Figura 2: 1º Sgt Art Anderson Luis Scheidemandel - Primeiro Coordenador-Geral do Corpo de Alunos da EASA



Figura 3: Equipe do Corpo de Alunos em 1994

Cabe ressaltar que esses últimos eram Sargentos aperfeiçoados, com capacidade técnica-profissional e conhecimento institucional desenvolvidos, qualificados para a missão e com o objetivo de conduzir as atividades necessárias para o bom andamento das atividades do Curso responsáveis por todas as missões administrativas do Sargento em aperfeiçoamento. Esta configuração promoveu significativas melhorias nas missões desenvolvidas pela EASA.



Figura 4: Coordenador de Turma em 1994

No final do ano de 1998, o Comando da EASA decidiu que no Comando do Corpo de Alunos também deveria estar um Sargento. Iniciou-se, então, as ações para que se colocasse em prática uma das decisões mais audaciosas e bem-sucedidas que ocorreram na carreira dos Sargentos do Exército Brasileiro.

A partir do início do ano de 1999, o Corpo de Alunos passou a ser comandado por um 1º Sargento, Coordenador Geral do Corpo de Alunos, e por Sargentos aperfeiçoados designados para desempenharem a função de Coordenadores das turmas de instrução, um Encarregado de Material e um Sargenteante. O Corpo de Alunos, então, ficou responsável pela disciplina, administração e controle de pessoal.

Desde o seu início até os dias atuais, falar sobre o Corpo de Alunos da EASA é falar de uma estrutura inovadora, que se aperfeiçoa à medida que avança no tempo, perfeitamente alinhada com as diretrizes de valorização da carreira do graduado do Exército Brasileiro. As expectativas sempre foram muitas e os temores iniciais, próprios de uma estrutura nova, foram plenamente

superados. Para consolidar, ainda mais, a estrutura do Corpo de Alunos, no ano de 2013, o Estado-Maior do Exército excluiu o cargo de Coordenador-Geral do Corpo de Alunos e criou o cargo de Comandante do Corpo de Alunos, valorizando ainda mais a honrosa função desempenhada e o profissionalismo do Sargento do Exército Brasileiro.

As contribuições do Corpo de Alunos para o Sargento do Exército Brasileiro são diversas. A estrutura do C Alu formada somente por Sargentos tem demonstrado uma convivência harmoniosa e perfeito cumprimento dos pilares básicos da Instituição. Motivar, acompanhar e desenvolver atributos ligados à área afetiva e liderança são missões do Corpo de Alunos, e são contribuições positivas para esta estrutura formada e consolidada na EASA. A organização do C Alu se mostrou positiva para a mudança da postura do Sargento aperfeiçoados perante a carreira militar. Por meio do exemplo dos coordenadores, os Sargentos-Alunos (Sgt Alu) verificam que é possível uma mudança de atitude e de postura perante aos desafios da Força. Outra contribuição é que a estrutura apresenta a valorização do Sargento na prática, pois um Sargento em comando de uma tropa formada exclusivamente por Segundos-Sargentos, apresenta aos Sgt Alu a o poder da posição e o poder pessoal para liderar, evidenciando o alto nível de responsabilidade que recai sobre aquele profissional.

Além das contribuições apresentadas acima, é importante destacar que por meio da estrutura testada e consolidada do Corpo de Alunos promove-se a possibilidade da Divisão de Ensino da EASA dedicar-se exclusivamente a atividade de ensino. Desta maneira, os instrutores desenvolvem ações voltadas para a excelência do processo ensino-aprendizagem, gerando a sinergia necessária para a evolução dos processos e procedimentos da Escola. Assim, a EASA ganha em qualidade e inovação nas ações desenvolvidas.

3. O CORPO DE ALUNOS HOJE

Atualmente, o Corpo de Alunos da EASA possui a estrutura de uma Subunidade completa. As suas missões são complexas devido à grande rotatividade do público alvo, a intensa produção e adaptação às ações desenvolvidas pela EASA e por possuir um efetivo maior do que uma subunidade tradicional. São três turnos por ano, onde a Escola recebe em média 250 (duzentos e cinquenta) Sargentos para realizar o Curso

de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) por turno. Além disso, possui um pelotão de aproximadamente 30 (trinta) militares para apoiar na condução das atividades do CAS. O C Alu é, atualmente, comandado por um Primeiro-Sargento, possuidor do Curso de Sargento Maior, realizado no Exército dos Estados Unidos da América e exige-se deste militar alto desempenho nas competências necessárias para comandar.



Figura 5: Equipe de Sargentos do Corpo de Alunos em 2019

Como Coordenadores de turma, o Comando da Escola busca designar Sargentos aperfeiçoados com alto conhecimento institucional, destacada experiência profissional e vivência no Brasil e no Exterior, para conduzir os Sargentos-alunos nas atividades do CAS. Desta feita, o Sargento em aperfeiçoamento observará aquele que o lidera como alguém que ele deve buscar se espelhar pela retidão nas atitudes e profissionalismo. As ações e o perfil do Coordenador de turma têm influência direta no processo de maturação profissional e na conduta dos Sargentos-Alunos. No mesmo bojo, o Encarregado de Material e o Sargenteante do C Alu são profissionais que possuem alto nível de flexibilidade e adaptabilidade, possibilitando um grande fluxo de documentos e materiais para o cumprimento das missões e apoio às atividades do CAS, possibilitando que as missões do Corpo de Alunos sejam cumpridas com a eficiência necessária e a eficácia esperada



Figura 6: Coordenador de Turma em 2019

4. CONCLUSÃO

O que se pode inferir do que foi exposto anteriormente é que a estrutura do Corpo de Alunos da EASA, onde Sargentos comandam Sargentos, produz impactos positivos em todos que pela Escola passam, pois, o Sargento que realiza o CAS vê a possibilidade de, no futuro, ser um de aqueles que o está liderando. Desta feita, o Sargento aperfeiçoados retornará para a sua Organização Militar motivado, utilizando os conhecimentos adquiridos e, pelo exemplo, contagiando positivamente a outros. No aniversário de 20 anos desta estrutura sem igual no Exército Brasileiro, a EASA se mostra precursora e disseminadora de uma cultura organizacional inovadora, contagiada pelo comprometimento, competência e profissionalismo dos Sargentos que desenvolvem seus trabalhos no Corpo de Alunos. Com a função principal de servir, o C Alu se mostra consolidado e pronto para superar desafios híbridos resultantes de um mundo em constante transformação. Parabéns, Corpo de Alunos! Parabéns EASA por tamanha contribuição à valorização dos Sargentos do Exército Brasileiro.

SABBI, Deroni. Sinto, Logo Existo. Porto Alegre, RS: Alcance, 1999.

REFERÊNCIAS

Alves, P. S F; Nadalin E. L. Das Origens do Sargento ao seu Aperfeiçoamento nos dias atuais. Cruz Alta, RS: Trompowsky, 2015

Manual C 20-10. (2011). Liderança Militar 2 Edição. Brasília, BR: Ministério da Defesa.

Publicação de Doutrina do Exército Americano (ADP) 6-22. (2012). Liderança do Exército. Washington, DC: Escritório de impressão do governo.

Publicação de Referência de Doutrina do Exército Americano (ADRP) 6-22. (2012). Liderança do Exército. Washington, DC: Escritório de impressão do governo.

9. *Curso de Adjunto de Comando: o Aprimoramento Constante na Formação para o Êxito no Exercício do Cargo*

Edivan Oliveira Souza¹

Antonio Wagner Machado Pires²

RESUMO

O cargo de Adjunto de Comando encontra-se apenas em seu quinto ano de existência, ainda assim mostra-se de extrema relevância às organizações militares onde foi implantado. Mesmo com o sucesso alcançado, a avaliação constante dessa nova função irá nortear as eventuais necessidades de adequações, quer sejam na seleção para o cargo, na formação específica, ou mesmo no exercício de tão nobre função. A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, responsável pelo curso de formação de Adjunto de Comando e sempre a vanguarda do processo de ensino/aprendizagem, busca constantemente oportunidades de melhoria na formação do Adjunto de Comando, o qual será um acréscimo valio-

so à operacionalidade da Força Terrestre.

Palavras-chave: Adjunto de Comando. Curso de Adjunto de Comando. Exército Brasileiro. Educação Militar.

1. Introdução

A implementação do cargo de Adjunto de Comando (Adj Cmdo) no Exército Brasileiro é recente, data do ano de 2015, exigindo assim um mapeamento detalhado de todos os processos, desde a seleção para o cargo, a formação específica, até as práticas observadas após a assunção do cargo, de modo a prover um panorama claro da atual situação dessa nova função.

Visando contribuir para o aperfeiçoamento desse novo cargo, a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

1. 1º Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais. É Bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal e formado em Gestão Pública pela Universidade Castelo Branco. Possuir do curso de Gestão do Exército Brasileiro. Atualmente exerce o cargo de Instrutor Chefe do Curso de Adjunto de Comando da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

2. 1º Sargento de Artilharia. É formado em Física pela Universidade Federal de Santa Maria. Possuidor do curso de Artilharia Antiaérea, realizado na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea do Exército Brasileiro e do Curso de Sergeant Major, realizado na United States Army Sergeants Major Academy - USASMA. Atualmente exerce o cargo de Instrutor do Curso de Adjunto de Comando da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

(EASA), responsável pelo curso de habilitação dos Adjuntos de Comando, busca oportunidades de aprimoramento em todos os aspectos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades adequadas ao cargo. Neste sentido, a EASA realizou, no corrente ano, uma pesquisa de campo e um seminário para avaliar a efetividade do processo de ensino, especialmente relacionadas a relevância do cargo nas Organizações Militares (OM).

2. Breve Histórico do Cargo de Adjunto de Comando

O cargo de Adj Cmdo foi criado pelo Exército Brasileiro em 2015, em caráter experimental, vindo ao encontro do Planejamento Estratégico do Exército 2016-2019 e a Concepção de Transformação do Exército 2013-2022, então vigentes, com finalidade bem clara relativa a operacionalidade e a gestão da dimensão humana da Força,

As atribuições do Cargo de Adjunto de Comando contemplarão a participação das praças na gestão da OM e a obtenção de sua operacionalidade e questões relativas ao moral, ao bem-estar, à satisfação profissional, à carreira, à motivação, à disciplina e ao apoio à família militar. (Brasil, 2015a).

Ao criar o cargo, a Força Terrestre definiu como objetivos o aperfeiçoamento contínuo da gestão das OM e de sua operacionalidade, o fortalecimento da coesão, o aprimorando do espírito de corpo e dos padrões de disciplina, o reconhecimento do desempenho profissional, a valorização da carreira do graduado, em suma, contribuir para o fortalecimento da Dimensão Humana do Exército.

Ainda em 2015, o Estado-Maior do Exército (EME) criou o Estágio de Preparação, com o objetivo de habilitar militares para ocupar cargos e exercer funções Adj Cmdo, estágio este, que foi conduzido pela 4^a Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Dourados-MS.

No ano seguinte, em 2016, o Exército institucionalizou o Curso de Adjunto de

Comando (C Adj Cmdo) no Sistema de Ensino, concebendo-o na Linha de Ensino Militar Bélico, grau médio e na modalidade de extensão, sob responsabilidade da EASA: “A capacitação será realizada na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, pautada em currículo dinâmico e adequado ao desempenho das funções inerentes ao Adjunto de Comando” (Brasil, 2016c).

No segundo semestre daquele ano foi então realizado na EASA o 1^a Curso de habilitação de Adjunto de Comando do Exército, com a primeira turma contando com um efetivo 38 militares.

O Curso possui, atualmente, carga horária 204 horas/aulas, sendo 66 horas na fase de ensino à distância e 138 horas na fase presencial realizada na EASA, regulado pela Portaria nº 410-EME, de 19 de setembro de 2017, a qual estabelece as condições de funcionamento do curso (Brasil, 2017h).

O perfil profissiográfico, que orienta o plano de conteúdos que são desenvolvidos, observa os estudos mais atualizados do Estado-Maior do Exército no que diz respeito as competências e habilidades necessários ao militar do século XXI. As principais áreas de estudo dizem respeito a História Militar; a Política Nacional de Defesa; o Processo de Transformação do Exército; a Doutrina Militar; a Estrutura Organizacional do Exército; o Sistema de Gestão; a Liderança Militar nas suas múltiplas abordagens, como comunicação, coaching, Psicologia; o Processo Decisório; e Práticas do Cargo (Brasil, 2017h).

A EASA encerra o ano de 2019, habilitando o total de 575 militares, sendo 561 do Exército Brasileiro, 6 de nações amigas e 8 militares de Polícias Militares Estaduais.

3. Resultados da Pesquisa sobre o Cargo

A EASA realizou uma pesquisa de campo nos meses de julho e agosto de 2019, pela qual, colheu dados de diversos aspectos inerentes ao cargo de Adjunto de Comando no Exército Brasileiro, por meio de uma amostra nos universos de Oficiais Generais (Of Gen), Oficiais Superiores (Of Sup), ambos em função de Comando ou

Chefia ou Direção e que possuem o cargo de Adj Cmdo implantado e, ainda, Adjuntos de Comando no exercício da cargo. A seguir, serão apresentados alguns dados relacionados a relevância do cargo.

3.1. Universo de Oficiais Gerais

Consta do Relatório da pesquisa (EASA, 2019f), que participaram da pesquisa 46 generais que são assessorados por Adj Cmdo, nas diferentes OM da estrutura organizacional da Força.

Os dados revelaram que 93% dos pesquisados consideram o Adj Cmdo relevante para sua Organização e 7% responderam que não consideram. Cada resposta dessas, foi justificada de forma livre pelos generais. Com a finalidade de exemplificar, algumas serão transcritas.

Realiza o contato cerrado como os Adj Cmdo da OM da Bda, o que possibilita ter um panorama da Bda como um todo.

Exerce uma ação efetiva de acompanhamento dos problemas relacionados aos praças, proporcionando um assessoramento oportuno quando necessário.

Interlocução com os graduados. Nos dias atuais, quando as redes sociais inundadas de notícias, em sua maioria maléficas, torna-se fundamental um militar que acompanhe os despachos, reuniões e visitas/formaturas para interagir com os graduados.

A relevância do Adj Cmdo está na atuação como vetor das intenções do Comando e da interface da tropa com o Comando, proporcionando uma maior aproximação da ponta da linha.

O Adj Cmdo tem sido um facilitador no contato e aproximação do Cmt com as praças auxiliando na disciplina e na moral da tropa.

Não tenho conseguido colocar meu Adj Cmdo participativo num órgão como o que eu dirijo. (Brasil, 2019f.)

O referido relatório identifica, também, os fatores determinantes para essa efetividade do cargo na percepção dos pesquisados, a partir de uma proposição de requisitos. Estes foram os resultados: Liderança entre os praças: 32%; Perfil pessoal: 20%; Assessoramento Oportuno: 18%; Maturi-

dade: 17%; e Outros: 13%.

3.2. Universo de Oficiais Superiores

Nos dados relativos à amostra de 79 Oficiais Superiores no Comando de OM, ao serem perguntados sobre a relevância do cargo para a OM, 91% consideram que o cargo é relevante e outros 9% assinalaram que o cargo é relevante “em parte”. Assim como no universo anterior, esse questionamento foi justificado (Brasil, 2019f),

Melhora a visão e o relacionamento com as praças.

(...) Enriquece o trabalho do Estado-Maior com a visão do S Ten/Sgt. É um grande difusor da maneira de pensar do Cmdo

Tem sido excelente ferramenta de comando onde passei a ter acesso a soluções e maior conhecimento sobre os problemas da tropa.

Essencial para a melhora da efetividade da ação de comando do Cmt da OM.

A Liderança e o exemplo que os Adj Cmdo exerce junto os praças da OM é fundamental para o cumprimento da missão da OM”

O Adj Cmdo deste Batalhão tem colaborado com o Comando em diversos aspectos, quais sejam: manter as praças atualizadas com relação aos assuntos atinentes a elas; - colabora na manutenção da disciplina por meio do exemplo; - estimula o autoaperfeiçoamento das praças; - orienta as praças mais modernas quanto à impotância da habilitação em idiomas; - divulga junto aos militares temporários as várias formas de se tornar um militar de carreira. (Brasil, 2019f).

Neste universo foram identificados, também, os fatores determinantes para efetividade do cargo, havendo pouca variação nos dados dos Oficiais generais. Liderança entre os praças: 34%; Assessoramento Oportuno: 25%; Perfil pessoal: 10%; Maturidade: 15%; e outros: 16%.

3.3. Universo de Adjunto de Comando

Conforme o mesmo Relatório em análise (Brasil, 2019f), participaram da pesquisa uma amostra de 100 Adjuntos de Coman-

do no exercício do cargo, sendo que 87% são Subtenentes e 13%, Primeiro Sargentos. A pesquisa também identificou os principais fatores determinantes para o êxito do cargo, sendo: Apoio do Cmt/Ch/Dir (46%); Experiência Profissional (23%); Conhecimento (12%); e Apoio Estado-Maior/ Militares da OM (18%).

Foram identificadas, ainda, junto aos Adjuntos de Comando as oportunidades de melhorias relativas ao curso de habilitação, sendo: Aumento da carga horária (30%); atualização do Plano de Disciplinas (23%); melhorar o Processo seletivo (18%); melhorar a estrutura de material e pessoal (16%); e outros (13%).

4. Seminário

Verificou-se no IX Seminário de Educação da EASA - I Seminário de Educação Técnica Militar (Brasil, 2019g) que houve uma importante avaliação sistêmica do Curso e do Cargo de Adjunto de Comando no Exército Brasileiro.

No primeiro momento do Seminário houve um ciclo de palestras, quando as principais Organizações que se relacionam com Cargo de Adj Cmdo apresentaram informações afetas ao tema.

Inicialmente, um representante do Comando de operações Terrestres apresentou os aspectos relativos ao Perfil do Graduado relacionados ao Preparo e Emprego; prosseguindo, o Gabinete do Comandante do Exército apresentou a sistemática de seleção do militares e as diretrizes do Comando da Força; e a EASA, por sua vez, apresentou os aspectos relacionados ao Sistema de Ensino e, especificamente, a estrutura, a organização, o funcionamento e os resultados alcançados do Curso de Adjunto de Comando.

Em um segundo momento, os participantes do seminário trabalharam em grupos de discussão, onde avaliaram e concluíram com relação a vários aspectos do Curso de Adjunto de Comando e do Cargo. Algumas dessas conclusões serão apresentadas a seguir.

Sobre processo de seleção dos Subtenen-

tes e Primeiros Sargentos verificou-se que se faz necessária a edição de um calendário oficial para regular os vários eventos. Outra proposição, sobre o assunto, diz respeito a necessidade de *"avaliação dos universos de seleção das vários missões de S Ten/Sgt, distribuindo esta seleção ao longo da carreira, como seleção para Tiro de Guerra, missões no exterior, etc..."* (EASA, 2019b). Ainda, consta a proposição relativa a possibilidade de emprego de militares do Quadro Auxiliar de Oficiais que, enquanto graduados exerceram o cargo de Adj Cmdo, possam ser designados para o desempenho do cargo em organizações valor Grande Comando e superior.

Com relação a infraestrutura da Escola para funcionamento do Curso consta que *"O Curso de Adj Cmdo (C Adj Cmdo) não possui estrutura exclusiva para realização da fase presencial"* (EASA, 2019b). Foi discutido, também, a mais recente medida aprovada pelo Estado-Maior do Exército (EME), da realização de um turno único do curso em 2020, depois do término dos três turnos do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). Contudo, consta como outras duas opções a reforma do segundo pavilhão da EASA e a construção de um nova edificação exclusiva para a realização do C Adj Cmdo.

Outra abordagem debatida foi necessidade de ampliação da carga horária do Curso, porém esta medida tem relação condicionada à melhoria da infraestrutura, especialmente, a construção de novas salas de aula e aumento de vagas para alojamento. Com reflexos, também, no calendário do processo seletivo.

5. Conclusão

Todas as evidências observadas, quer seja no seminário de educação ou em pesquisas de campo realizadas, demonstram a relevância que o cargo de Adj Cmdo alcançou em poucos anos de implantação. Modificações pontuais na formação específica para a função ou nas atribuições do cargo podem ser necessárias, e estas adaptações devem ser vistas como boas oportunidades

de melhoria, o que é normal em qualquer processo sujeito a avaliação contínua.

Resta evidente que o cargo de Adj Cmdo alcançou todos os objetivos propostos quando da sua implementação, valorizando um militar experiente e com destacada liderança entre as praças para prestar um assessoramento oportuno e valioso ao comandante, preenchendo uma lacuna no acesso do comando à tropa. A EASA, parte importante deste processo, continuará, através de seus quadros altamente capacitados, na busca incessante do aprimoramento na formação, visando entregar à F Ter profissionais a altura deste desafio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 103-EME: Aprova a Diretriz de Implantação, em caráter experimental, do Projeto de Criação do Cargo de Adjunto de Comando e dá outras provisões (EB20-D-01.019). Boletim do Exército nº 22/2015 em 29 de maio de 2015. Brasília, DF, 22 maio 2015a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 129-DECEEx: Aprova as Instruções Reguladoras para a Organização, o Funcionamento e a Matrícula no Curso de Adjunto de Comando. Boletim do Exército nº 29/2017 em 21 de julho de 2017. Brasília, DF, 7 jul 2017b.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 142-EME: Aprova a Diretriz de Implantação do Cargo de Adjunto de Comando de Organização Militar e dá outras providências (EB20-D-01.035). Boletim do Exército nº 19/2016 em 13 de maio de 2016. Brasília, DF, 10 maio 2016c.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 410-EME: Estabelece as condições de funcionamento do Curso de Adjunto de Comando. Boletim do Exército nº 39/2017 em 29 de setembro de 2017. Brasília, DF, 19 set 2017d.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 997-Cmt Ex: Acrescenta e altera dispositivos no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 816, de 19 de dezembro de 2003. Boletim do Exército nº 33/2016 em 19 de agosto de 2016. Brasília, DF, 15 ago 2016e.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas. Relatório de Pesquisa sobre o Cargo de Adjunto de Comando. Cruz Alta; 2019f.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas. Relatório do IX Seminário de Educação da EASA - I Seminário de Educação Técnica Militar. Cruz Alta, 2019g.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas. Plano de Disciplinas do Curso de Adjunto de Comando. Cruz Alta, 2017h.

10. A valorização do Oficial do Quadro Auxiliar de Oficiais, através do Desempenho de Funções de Maior Responsabilidade

Jesus da Silva Pinheiro¹

RESUMO

O presente artigo tem como foco principal apresentar outras possibilidades, além das já existentes, para o emprego dos oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) em funções com a finalidade de valorização da carreira. O significativo aumento do grau de escolaridade dos praças, atingido por intermédio dos cursos disponibilizados na Força e em outras instituições, permitiu que o Exército conte com profissionais qualificados e capacitados, em diversas áreas do conhecimento e em diferentes fases da carreira do graduado e, quando estes ascendem ao QAO, agraga-se a essas competências a maturidade profissional e a vivência em diversas Organizações Militares, permitindo, ainda, um nível mais elevado de profissionalismo.

A reflexão, aqui proposta, baseou-se em pesquisa bibliográfica e, também, nas experiências vivenciadas ao longo da carreira militar.

Numa tentativa de auxiliar o leitor na compreensão do assunto apresentado e incentivá-lo a buscar mais informações sobre o tema, irei discorrer sobre a preocupação constante do Exército com o homem e proposta de outras funções a serem desempenhadas pelo oficial do QAO.

Palavras-chave: Valorização, Conhecimento, Transformação, Capacidade, Qualificação.

Recursos Humanos: o maior patrimônio do Exército.

Desde Guararapes, o Exército Brasileiro constituiu-se de homens unidos em torno de valores e crenças firmemente estabelecidas por ideais nascentes do contexto que os envolve. Ideais que transcendem, em muito, origens, raças, credos ou posição social e que forjaram, ombro a ombro, não apenas a epopeia histórica àquele tempo,

¹. Capitão QAO – Comandante da Companhia de Comando e Serviços da EASA – jesus.uab.cruzalta@gmail.com

mas uma instituição cuja honra vem sendo ratificada e fortalecida, ano após ano, através do reconhecimento daquele a quem o Exército reflete, o Povo Brasileiro.

Como outrora, os homens que hoje constituem o Exército encontram entre si, em todos os níveis hierárquicos, valores como abnegação, coragem, integridade ética e moral e lealdade que, quando direcionados por um ideal comum, impulsionam a união destes mesmos homens e a mobilização de suas melhores capacidades em busca dos objetivos maiores da Instituição e da Pátria, que se lhes vislumbram no horizonte do porvir.

Consciente desta dinâmica de vinculação institucional e de sua importância para a realização dos seus objetivos, o Exército tem na capacitação e na valorização de seus recursos humanos, um de seus objetivos permanentes mais importantes, necessitando buscar continuamente atitudes ativas para que este objetivo se concretize.

A ação efetiva para a valorização dos profissionais, concernente com suas expectativas ou mesmo para além delas, tem por consequência a renovação da vinculação entre o profissional e a Instituição, positivando tanto a sua autoimagem profissional, quanto a imagem institucional que este irradia à sociedade.

No processo de transformação, em curso no Exército, a Instituição busca, também, aproveitar e empregar o conhecimento e as capacidades técnico-profissionais de seus integrantes, aperfeiçoando a gestão de seus recursos humanos. No escopo desse processo, como o Exército pode empregar Oficiais do QAO, de forma institucionalizada, em cargos diferentes dos já previstos, amenizando a falta de Oficiais de Armas, Quadros e Serviços e, ainda, constituindo-se em mais uma vertente de valorização profissional?

Novas possibilidades de funções para os Oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais

Desde o fim do período conhecido mundialmente como Guerra Fria, o mundo vem passando por mudanças em todos os cam-

pos do poder. Essas mudanças afetam a todas as Sociedades e a todos os seus indivíduos. Mudanças levam a transformações, e o Exército Brasileiro, por sua vez, está vivendo um intenso processo de transformação.

O Exército Brasileiro, atento a conjuntura, definiu, por intermédio da prospecção de futuro no cenário regional e mundial, calcado nos marcos legais que orientam a Defesa – a Constituição Federal, as Leis Complementares e Ordinárias, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, um planejamento estratégico com metas futuras no campo material e humano, este último, o seu principal patrimônio. A Força Terrestre do futuro, visualizada ao final do processo de transformação, será constituída por forças cada vez com menos características da Era Industrial e mais da Era do Conhecimento.

O Exército busca elevar sua capacidade operacional, logística e administrativa, também impactadas pela política de pessoal, para cumprir de modo cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo a sua missão constitucional, para tanto, busca um nível de excelência nessas áreas, visando implementar estratégias que reflitam esta política e oriente os rumos da instituição. O Exército Brasileiro precisa, cada vez mais, de profissionais altamente capacitados e motivados.

A atenção e a preocupação institucional para com o homem é uma constante. Um dos exemplos dessa preocupação está materializado no Plano Estratégico do Exército 2016 – 2019, onde na Estratégica do Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoal está prevista uma atividade imposta, com vistas a valorização do desempenho da atividade-fim e funções relevantes. A gestão de pessoal também está presente nas Diretrizes do Comandante do Exército – 2019, tamanha a sua importância.

A política de pessoal tem sido vista como tema da mais alta importância para o Exército. Considerando o homem seu maior patrimônio, esta política se reflete diretamente sobre sua motivação e valorização,

necessitando, por este motivo, de uma estruturação e de uma dinâmica cuidadosamente planejadas e executadas, que, para além da preocupação com possíveis distorções presente ou futuras em sua aplicabilidade, precisa voltar-se para aquele que é seu alvo principal: o homem.

A motivação profissional é influenciada diretamente pelo ambiente onde o profissional está inserido, pela satisfação de suas necessidades e de seu grupo familiar e, também, pela sua realização pessoal. Para que o ser humano esteja motivado, Abraham Maslow, psicólogo norte-americano que viveu no século passado, definiu que existe uma pirâmide hierárquica composta por cinco necessidades: fisiológicas; segurança; social e estima e autorrealização, sendo que esta última ocupa o topo dessa pirâmide. Ao ingressar no QAO, a Praça atingiu o ápice de sua carreira e precisa manter-se motivada. A possibilidade de ocupar cargos e desempenhar funções, onde possa contribuir com sua experiência profissional e de vida, impactará na manutenção e, até, no aumento da motivação profissional. Segundo BUENO, (2002), - o problema da motivação torna-se mais difícil na medida em que o padrão de vida e o nível educacional das pessoas se elevam.

A valorização passa, entre outros, pelo aspecto financeiro, que ocorre quando a Praça ascende ao QAO, mas não se resume, nem poderia se resumir, somente a este. Num ambiente com profissionais capacitados e qualificados, é importante que a valorização, seja efetivada, também, por intermédio da possibilidade de ocupar cargos e desempenhar funções de maior relevância e responsabilidades, onde o profissional possa praticar suas capacidades e experiência e, assim, realimentar o ciclo da motivação.

No momento atual, a quantidade de cargos existentes nos Quadros de Cargos Previstos (QCP) nas Organizações Militares do Exército Brasileiro para o posto de capitão das Armas, Quadros e Serviços, formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e o efetivo existente de militares

neste posto apresenta a mais baixa correlação, se comparada com os demais postos. Existem poucos capitães disponíveis para preencher todos os claros existentes. Este quadro torna complexa a tarefa de preencher os claros previstos em todas as Organizações Militares. Contudo, se por um lado a racionalização de efetivos melhorará esse panorama no curto prazo, pela supressão de cargos nas Organizações Militares, por outro lado, havendo a diminuição dos efetivos das turmas da AMAN, este problema se agravará no médio prazo (10 a 15 anos). A possibilidade de aproveitar os militares do QAO, em cargos que atualmente são destinados somente a Oficiais das Armas, Quadros e Serviços, formados pela AMAN, que não necessitem de conhecimento técnico ou doutrinário específico, além daqueles que já fazem parte dos cursos feito pelos graduados ou que possam ser agregados aos currículos desses cursos, pode minimizar este problema, permitindo que a seleção ocorra em um universo mais amplo de militares.

O QAO é formado por militares que atingiram o oficialato após uma carreira como sargentos e subtenentes. Ascendendo ao posto de 2º tenente por merecimento, poderão continuar até capitão. Por seu valor e experiência na Força, desempenham funções de chefia, de assessoramento e de confiança nas organizações militares. Esse quadro poderia ser sintetizado pela frase “a experiência a serviço da Força Terrestre”.

O Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) foi criado pelo Decreto Presidencial nº 84.333, de 20 de dezembro de 1979. Seus integrantes destacam-se, essencialmente, pelo termo “experiência”. São ex-praças oriundos de Armas, Quadros e Serviços, hoje tenentes e capitães. Essa distinção é fruto de reconhecimento de méritos incontestáveis; é respaldada por destacadas qualidades pessoais e pelo profissionalismo evidenciado diuturnamente por esses militares, e pelo apego a uma vida que exige espírito de sacerdócio e inabalável vocação castrense.

Um fator relevante para o desempenho

dos cargos no Exército é a higidez física. Nesse aspecto, as mudanças ocorridas na melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira e, internamente na Instituição, nas últimas décadas, demonstram que as condições físicas dos graduados que ascendem ao QAO tem melhorado significativamente.

Alguns cargos no Exército exigem pré-requisitos compatíveis com aqueles que o Oficial do QAO é possuidor, contudo, até o presente momento, não há uma previsão institucionalizada para o aproveitamento desses militares nesses cargos, ocorrendo alguns aproveitamentos pontuais. O aproveitamento institucionalizado permitirá suprir algumas necessidades de pessoal, provocadas, em parte, pelo processo de racionalização em curso, que se faz necessário, e potencializará o aproveitamento do Oficial do QAO em razão de sua experiência profissional e pessoal, acumulados ao longo da carreira como graduado.

A ocupação dos cargos que se seguem, por Oficial QAO, retratam ideias alinhadas com o Plano Estratégico do Exército e com as Diretrizes do Comandante do Exército e se apresentam como mais uma oportunidade de valorização da fase final da carreira do graduado, que impactará na sua motivação, produtividade e fortalecimento dos vínculos institucionais:

- Comando de Subunidades incorporadas de OM não operacionais; de Subunidades de Alunos em Colégio Militar e em Escolas de Formação de Sargentos.

O efetivo atual de Oficiais de Armas, Quadros e Serviços, no posto de Capitão, indica uma indisponibilidade desses militares para preencher todos os claros existentes. Este quadro torna complexa a gestão de pessoal para preencher os claros previstos para capitão, em todas as Organizações Militares. O processo de racionalização do efetivo do Exército, previsto para os próximos 10 anos, amenizará essa situação tendo em vista a supressão de cargos nas Organizações Militares, mas, por outro lado, havendo a diminuição na formação de Oficiais de carreira, este problema se

agravará no médio prazo (10 a 15 anos). A possibilidade de aproveitar os militares do QAO, em cargos que atualmente são destinados somente a Oficiais das Armas, Quadros e Serviços, formados pela AMAN, pode minimizar este problema, permitindo que a seleção ocorra em um universo mais amplo de militares, que são possuidores de uma vasta experiência e maturidade profissional.

Quanto ao comando de Subunidades incorporadas, verifica-se que as atribuições regulamentares, previstas no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) apontam mais para atribuições administrativas do que operacionais. A experiência administrativa o Oficial do QAO adquiriu ao longo da carreira como graduado, com a prática nas diversas funções desempenhadas e com os cursos realizados. Logo, em se tratando de Subunidades de OM não operacional, o Oficial do QAO reuniria os pré-requisitos para o desempenho das atribuições previstas. Se pudesse ocupar esses cargos, contribuiria com a gestão de pessoal para o preenchimento dos claros em OM operacionais, previstas para Oficial de Armas, Quadros e Serviços, no posto de Capitão.

No Sistema Colégio Militar a função de Comandante de Subunidade de Aluno é prevista para Oficiais relativamente jovens, se suas idades forem comparadas aos Oficiais do QAO e, que, por vezes ainda não tem dependentes em idade escolar. Esta situação pode levar a uma dificuldade desses Comandantes compreenderem o público que eles comandam e como motivá-los para um maior rendimento escolar. Em contrapartida, o Oficial QAO tem maior maturidade de vida e, normalmente, seus dependentes passaram pelo Sistema ou já são mais velhos. Neste caso a experiência do Oficial QAO, na gestão dos conflitos que podem aparecer nesse ambiente escolar, poderá ser fator decisivo no assessoramento para a melhor tomada de decisão.

No que concerne a formação do Sargento, é importante o fortalecimento dos vínculos institucionais da carreira do graduado.

do e a identificação com a projeção dessa carreira. O Exército adota, para as Escolas de formação, uma estrutura onde o cargo de Comandante das Subunidades é desempenhado por um Oficial de Arma, Quadro ou Serviço. Esse modelo não permite que o Aluno, ainda muito jovem, possa ter a real noção da projeção final de sua carreira, ou seja, até onde poderá chegar no futuro. Essa falta de percepção, acerca da projeção final da carreira, pode acarretar a desmotivação do Sargento e contribuir para que esse jovem busque outros concursos e, com isso, interrompa a carreira de graduado. Nestas funções, também, as atribuições administrativas ocupam maior espaço que as operacionais. No tocante as operacionais, cabe destacar que o Oficial do QAO já teve a mesma formação doutrinária que fará parte do processo de ensino dos Alunos, em curso de formação de Sargentos.

Desempenho da função de Adjunto de Comando

A função de Adjunto de Comando ainda é muito recente no Exército, e a legislação limita o desempenho da função aos Subtententes e aos Primeiro-Sargentos.

Um dos pontos fortes do profissional que desempenha essa função é a liderança.

É uma função muito importante, cuja relevância tem sido apontada de forma positiva em pesquisas realizadas, contudo a experiência que o graduado adquiri fica, de certa forma, represada, pois não é possível o desempenho da função em outros momentos do prosseguimento da carreira, mais especificamente quando ascende ao QAO.

Possibilitar que o Oficial do QAO possa concorrer ao cargo de Adjunto de Comando nos Órgão de Direção Geral (ODG), Órgãos de Direção Setorial (ODS), Órgão de Direção Operacional (ODOp) e Comando Militar de Área, é a certeza de empregar um profissional com perfil de liderança já testado anteriormente como graduado e com a experiência que é característica do QAO, na difícil missão de assessorar Chefs e Comandantes, naqueles assuntos pre-

vistos para a função de Adjunto de Comando. A Instituição faria um aproveitamento da experiência adquirida anteriormente, quando do desempenho da função pela primeira vez.

Qualificação Funcional Específica (QFE): uma nova oportunidade

A Qualificação Funcional Específica (QFE) é uma nova oportunidade na carreira do militar, onde o aproveitamento de profissionais já qualificados, graduados no ensino superior em estabelecimentos de ensino militar ou civil, em áreas de interesse do Exército, já é uma realidade. Contudo, as vagas destinadas ao aproveitamento de Qualificações Funcionais Específicas (QFE) são destinadas exclusivamente a Oficiais das Armas, do Quadro de Material Bélico ou do Serviço de Intendência, nos postos de major e tenente-coronel.

A crescente no grau de escolaridade dos Praças, ao longo da carreira, nas mais diversas áreas do conhecimento, é uma realidade do profissional da Era do Conhecimento, e, que, já começou a algum tempo, fazendo com que nos dias atuais um número significativo desses profissionais, ao ascenderem ao QAO, possuam graduação superior nas áreas de interesse da Instituição, que poderiam ser aproveitadas nas Qualificações Funcionais Específicas. O aspecto educacional do Oficial do QAO é benéfico para o Exército, pois quanto maior o nível educacional, maior a produtividade.

A falta de oportunidade para o aproveitamento das qualificações desse profissional, que atingiu o topo da carreira do graduado, pode ser um fator de desmotivação, pois em termos de progressão de carreira ele não tem mais o que ascender. Oportunizar ao Oficial do QAO o aproveitamento de seu conhecimento específico, conquistado pelo seu interesse próprio, e sem ônus para a Instituição, é um importante vetor de motivação e valorização profissional, que refletirá na produtividade e na retenção de pessoal especializado em áreas de interesse do Exército.

O desempenho das funções de Qualifi-

cação Funcional Específica, pelo Oficial do QAO, será potencializado pela experiência, o autoaperfeiçoamento e o conhecimento acumulados ao longo da carreira desses militares, servindo, também, de fator motivacional aos graduados mais jovens, que futuramente ascenderão ao oficialato por intermédio do QAO.

Considerações Finais

A conjuntura atual aponta para a necessidade de profissionais qualificados, capacitados e motivados, com um perfil condizente com a Era do Conhecimento, e em condições de agregar experiências a Instituição. A complexidade da gestão de pessoal busca alternativas para a necessidade de racionalização, que é uma realidade de presente.

O artigo apresentado buscou elencar algumas situações nas quais os Oficiais do QAO poderiam ser empregados, visando aproveitar seu conhecimento, experiência e competência técnica para o desempenho de funções, em determinadas áreas, até hoje previstas somente para Oficiais de Armas, Quadros e Serviços, o que minimizaria os impactos da falta de efetivo desses Oficiais e como uma importante vertente de valorização da carreira do graduado, indo ao encontro da constante preocupação com a valorização do homem, o maior patrimônio do Exército Brasileiro, externada no Plano Estratégico do Exército e nas Diretrizes do Comandante da Força Terrestre.

REFERÊNCIAS

Decreto Nº 84.333, de 20 de dezembro de 1979. Cria o Quadro Auxiliar de Oficial (QAO), extingue os Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE), e dá outras providências.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. O Processo de Transformação do Exército. 3 ed. Brasília. 2010.

_____. Portaria Nº 1253, de 05 de dezembro de 2013, do Comandante do Exército - Concepção de Transformação do Exército 2013 - 2022.

_____. Portaria Nº 1.507, de 15 de dezembro de 2014, do Comandante do Exército - Plano Estratégico do Exército 2016 - 2019.

_____. Diretriz do Comandante do Exército 2019.

_____. Estudo de Estado-Maior 001, de 16 de setembro de 2019, Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

BUENO, Marcos. As teorias da motivação humana e sua contribuição para a empresa humanizada: um tributo a Abraham Maslow. CESUC, Catalão, v. 2002/1, nº 6, p 1-25, ano IV

11. A Gestão de Documentos nas Organizações Militares do Exército Brasileiro

André Barros Magalhães Vasconcelos¹

RESUMO

Este trabalho focalizou a aplicação dos princípios da gestão documental nas Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro, sendo realizado estudo *in situ* na 17^a Companhia de Infantaria de Selva, Porto Velho-RO. O objetivo geral foi propor utilizar um plano de gestão documental conforme diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos, para corrigir possíveis falhas no controle documental das OM. Como objetivos específicos buscou-se investigar a gestão de documentos, para identificar e corrigir falhas no controle documental, examinar quais problemas técnicos ou organizacionais são decorrentes da forma de gestão e avaliar alternativas para otimizá-la. A pergunta proposta foi: como um plano de gestão documental pode contribuir para otimizar a gestão de documentos das OM? Para respondê-la realizou-se um estudo de caso, com abordagem qualitativa, realizando pesquisa de campo. Os dados foram coletados através de dados primá-

rios com observação *in situ*, assim, as informações foram obtidas através da observação de rotinas. Para produzir resultados foi feito um diagnóstico e uma análise crítica. Foi proposto utilizar um plano de gestão, constante de um código de classificação e uma tabela de temporalidade. Através da análise dos dados coletados no diagnóstico da gestão atual da 17^a Cia Inf Sl, foi possível identificar as faltas cometidas em relação à gestão documental. Concluiu-se que as OM necessitam adequar procedimentos na gestão de documentos. Este trabalho interessa às OM, pois delimita as premissas da gestão documental e aponta também princípios do arquivamento e conservação, o que contribuirá para que os militares possam atuar uniformemente, propiciando a boa gestão documental.

Palavras-chave: Arquivologia. Classificação de documentos. Exército Brasileiro. Gestão de documentos. Tabela de temporalidade.

¹ 2º Sargento do Exército Brasileiro, bacharel em Biblioteconomia (2019), pela Universidade Federal de Rondônia. É vinculado profissionalmente à 17^a Companhia de Infantaria de Selva (17^a Cia Inf Sl); e-mail: andrebarros4@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A gestão de documentos, conforme o Governo do estado do Rio de Janeiro (2002), faz parte de uma área da administração geral, baseada na economia e eficácia da produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos, que visa a racionalização e a eficácia da produção, tramitação, classificação, avaliação, arquivamento, acesso e uso da informação. De acordo com Bernardes e Delatorre (2008), a gestão documental implica em uma pesquisa detalhada e no estudo da produção dos documentos de uma unidade, isso tem a finalidade de levantar os tipos que são produzidos, recebidos e acumulados, identificar pontualmente quais e quando serão eliminados e quais necessitam da preservação permanentemente.

O presente trabalho buscou identificar possíveis falhas no controle documental das Organizações Militares (OMs) do Exército Brasileiro (EB), com a finalidade de examinar quais possíveis problemas técnicos e/ou organizacionais são decorrentes da atual forma da gestão dos documentos, avaliar alternativas para otimizar esta gestão e propor a utilização de um plano de gestão documental nas OMs. A gestão se faz importante, pois permite que os militares que produzem e recebem documentos tenham conhecimento da situação atual da organização, promovendo a correta forma de gerir, uma vez que essa prática além de auxiliar os processos de tomada de decisão, garante a manutenção da memória administrativa do organismo.

Até o momento, a operacionalidade e comprometimento social do EB são reconhecidos pela sociedade, uma vez que conforme Bilenky (2017), o EB é a Instituição de maior credibilidade perante a população nacional. Essa alta operacionalidade é crucial, tendo em vista a finalidade da força terrestre do EB, entretanto, por vezes, se for levado em conta a correta gestão de documentos nas organizações, ela pode não ser adequada em muitas OMs. Os militares são formados para o combate, sendo assim, no geral, não possuem conhecimento

técnico para gerir a informação. Excluindo as OMs que contam com bibliotecas ou museus, poucas organizações contam com corpo técnico capacitado para tratar a documentação corretamente.

Diante o exposto, este trabalho fundamentou-se em bases de dados como: Scielo, Brapci e CAPES, buscando bibliografia específica utilizando autores consagrados na área, como: Bellotto (2002, 2014), Bernardes e Delatorre (2008), Arquivo Nacional (2005), Carmo e Ramos (2015), Schellenberg (1973), CONARQ (2000, 2001, 2005) entre outros. Desta forma, objetivou direcionar o condicionamento do corpo técnico de militares que trabalham com documentação nas OMs a gerir essa coleção da melhor forma possível, além de responder a seguinte pergunta: como um plano de gestão documental pode contribuir para a otimização dos processos de gestão de documentos nas OMs do EB?

Como objetivo geral, o trabalho buscou propor a utilização de um plano de gestão de documentos de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos, para a correção de possíveis falhas no controle documental das Organizações Militares. Como objetivos específicos, buscou examinar quais problemas técnicos e/ou organizacionais são decorrentes da atual forma da gestão dos documentos nas OMs do EB, avaliar alternativas para otimizar a gestão dos documentos nas OMs e propor a aplicação de um plano de gestão de documentos para as OMs do EB.

Este trabalho voltado para a gestão documental nas OMs do Exército Brasileiro consolida-se na medida que o gerenciamento de documentos deve ser basilar em qualquer organização que os produza. Atualmente, dentro das diversas organizações (civis e militares), as informações são consideradas um dos seus principais patrimônios por se tornarem fontes de consulta ou base histórica da instituição, e que se geridas corretamente auxiliam e são cruciais para o processo de tomada de decisão em diversos processos diários.

Em uma breve pesquisa foi notório que,

a princípio, não existem trabalhos científicos do tipo proposto neste estudo publicados em nenhuma base de dados (a biblioteca digital Scielo, a base de dados Brapci, o portal de periódicos da CAPES, o catálogo coletivo do sistema de biblioteca da UFMG), o que possivelmente o torna inédito. Sendo assim, o fato de que a maioria das OMIs não possuem militares com conhecimento profissional especializado em gestão documental se corrobora com a realidade bibliográfica das bases de dados pesquisadas.

A justificativa para esta proposta está intrinsecamente relacionada com a necessidade que os militares em geral possuem em conhecer as técnicas basilares da gestão documental. Assim, com o tempo necessário, as OMIs gerenciarão seus documentos da melhor forma, podendo promover o acondicionamento ideal, a conservação, a preservação e o resgate eficaz.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 Metodologia da pesquisa

Este trabalho teve como natureza definida o estudo de caso. Conforme Senger, Paço-cunha e Senger (2004), nas ciências sociais, o estudo de caso passou a ser considerado como um método de estudar e analisar intensamente, de forma exploratória, explanatória ou descritiva alguma unidade social, a qual pode ser identificada por meio de uma organização, um indivíduo isolado ou em conjunto num certo período de tempo, cabendo ao pesquisador fazer referência a um acontecimento especial, algum tipo de conflito, enfim, um fenômeno recente que mereça especial atenção. A riqueza das informações detalhadas ajuda o pesquisador num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

De acordo com a abordagem, o trabalho caracterizou-se como qualitativo. Este tipo de pesquisa permite um estudo subjetivo, analisando casos individuais para entender a causa do problema. Segundo Paschoarelli, Medola e Bonfim (2015), este

tipo de pesquisa busca o levantamento de dados que descrevam pessoas, lugares e processos interativos que acontecem com o contato direto de quem pesquisa com o que está sendo estudado e a percepção das ocorrências acontece de acordo com a ótica dos integrantes do cenário. Essa opção foi a mais adequada, uma vez que não houve o desejo de levantar dados numéricos, mas sim, buscou-se entender a possível causa da gestão documental poder ser inadequada nas OMIs do EB. A partir disso, com as informações que foram levantadas, foi proposto uma forma de corrigir ou amenizar essa realidade.

A observação na 17ª Cia Inf Sl foi feita minunciosamente, dessa forma, foram apontados alguns problemas na sua gestão documental, que certamente são análogos a muitas outras OMIs. Conforme Godoy (2015), para que a análise seja feita de forma ampla, todos os dados reais são cruciais e devem ser examinados, o ambiente e as pessoas devem ser observados de forma global, não sendo considerados apenas as variantes e sim o todo.

Em relação aos objetivos, a pesquisa caracterizou-se como pesquisa de campo. Ela permite realizar um estudo rotineiro das atividades realizadas no local físico a ser pesquisado. O trabalho é voltado para essa pesquisa, tendo em vista a necessidade que houve em conhecer os procedimentos da gestão documental que são realizados no cotidiano da OM, e a partir disso, foi proposto a aplicação de um plano de gestão de documentos para demonstrar a importância do tema para uma possível aplicabilidade dele. Diante disso, assim foi praticado durante o período de junho de 2018 a maio de 2019 nas instalações da 17ª Cia Inf Sl, cenário onde foi levantado os dados deste trabalho.

Os dados foram coletados através de dados primários com a observação in situ, dessa forma as informações foram obtidas de acordo com a observação dos atores, além de dados secundários com a análise documental, sendo consideradas as orientações do CONARQ. Este tipo de técnica

para a coleta de dados é considerada relevante, na medida que Piana (2009) afirma que a técnica da observação para o levantamento de dados é vital para toda pesquisa, já que observar o dia a dia permite formular os problemas, sendo a observação basilar para a investigação.

Em relação ao procedimento técnico, o estudo delimitou-se a um trabalho bibliográfico. Ele permite levantar informações necessárias através de material publicado para embasar a credibilidade e aplicabilidade dessa pesquisa. Segundo Pizzani et al. (2012), este tipo de trabalho reflete a revisão de bibliografias já publicadas, que visam o amparo em teorias para nortear o trabalho científico. Essa revisão para este trabalho foi realizada através de fontes primárias de livros, periódicos, artigo de revistas e sites da internet. A pesquisa bibliográfica visa que o pesquisador minuciosamente busque e adquira conhecimento para servir de base para sua pesquisa.

2.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa que foi realizada neste trabalho objetivou: levantar dados por meio do estudo preliminar dos tipos documentais existentes, diagnosticar a situação do arquivamento e observar a organização dos documentos. A partir disso, tendo um diagnóstico, foi proposto a utilização de plano de gestão constante de um código de classificação e uma tabela de temporalidade. Essa fase foi fundamental, tendo em vista que através dela foi delimitado os esforços necessários para garantir a valia e eficácia do proposto neste trabalho.

2.2.1 Universo e Amostra

O universo pesquisado in loco na 17^a Cia Inf Sl escolhido foram as seções administrativas que no dia a dia produzem e recebem documentos diversos, sendo elas: Secretaria, 1^a, 3^a e 4^a seções, ficando excluída a 2^a seção em respeito às normas e regulamentos internos do EB, uma vez que o acesso a ela é restrito.

Para um estudo mais aprofundado, a fim de levantar os dados necessários para cum-

prir os objetivos deste trabalho, a secretaria da 17^a Cia Inf Sl foi utilizada como amostra. Essa escolha em particular deveu-se ao fato de que este local deveria ser o designado para a guarda e conservação dos documentos nas OMs.

2.2.2 Técnica de coleta

Para fins de coleta de dados, foi utilizada a observação. Foi permitido ver, ouvir e examinar os fenômenos que aconteceram diariamente na gestão documental da 17^a Cia Inf Sl no período de junho de 2018 a maio de 2019.

2.2.3 Técnicas de análise e interpretação

Após a coleta de dados, foi feito uma análise de todo conteúdo levantado através dela. A análise foi minuciosa e visou observar possíveis falhas na gestão documental, buscando sempre fazer um link com a observação que foi realizada. Dessa forma, a análise permitiu a eficiência na interpretação da real situação da gestão documental naquela OM.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Referencial teórico

3.2.1 Gestão de documentos de arquivo

A sociedade contemporânea constantemente busca informação, seja ela física ou digital. A explosão informacional vivida atualmente, em grande parte se deve às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), uma vez que elas dinamizaram e aceleraram a produção documental e a disseminação informacional. Com isso, mais do que nunca, cresce o mérito em importar-se com a gestão informacional no ambiente das organizações.

Sendo assim, a relevância da gestão documental nas organizações que produzem, recebem e guardam documentos é uma prática conhecida, mas que por vezes não recebe a devida importância, seja pela falta de conhecimento técnico profissional, pela escassez de recursos financeiros ou até mesmo pela falta de interesse em gerir.

De acordo com Bellotto (2002), a importância dos documentos de uma organização se dá desde sua criação, uma vez que depois de utilizados e acumulados, eles são avaliados criteriosamente e preservados para fins de pesquisa, herança cultural e testemunho social. Ainda segundo Bellotto (2002), ao citar Schellenberg (1973), expõe que ele defende que os documentos públicos possuem dois gêneros de valores, que são: os primários, que são aqueles que interessam à organização que os originou, e os secundários, que interessam a outras organizações e ao público em geral.

Conforme Governo do estado do Rio de Janeiro (2012), um programa de gestão documental é instituído na medida que há necessidade de administrar corretamente a produção de documentos para que haja controle sobre eles, desde sua criação até sua destinação final. De acordo com dicionário de terminologia arquivística (1996), a gestão de documentos visto na ótica da arquivologia é “um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos”.

Carmo e Ramos (2015) explicitam a finalidade da gestão documental, que é a produção, manutenção e utilização da documentação necessária para cumprir as atividades de uma instituição e a gestão garante que os documentos sejam acessados e usados no exato momento em que se faz necessário. Corroborando esta ideia, Nascimento e Moreno (2015), afirmam a importância do arquivo na medida que ele permite que os trabalhos sejam feitos de forma eficiente, eficaz, legítima e confiável. Também que os documentos do arquivo têm papel ativo, e por representarem uma história e identidade interferem nas relações técnicas, científicas, socioeconômicas e culturais. Com isso, a gestão documental é relevante, não sendo apenas uma prática simples e corriqueira, mas sim, cotidiana e complexa, porém inteligível, que segue um rito determinado.

Segundo Carmo e Ramos (2015), arquivo é a soma dos documentos produzidos por

uma entidade, seja ela pública, coletiva ou privada, pessoal ou familiar, não importando o suporte que carreguem. Quando a gestão documental está presente não há dúvida que o resgate é acelerado e facilitado. Corroborando esta ideia, segundo Rodrigues (2006), a arquivologia possui recursos teóricos que se utilizados, podem vir a servir de suporte para criar uma classificação sistêmica que facilita o bom resgate da informação.

É ideal que a gerência documental nas organizações em geral, bem como nas governamentais, como é o caso das OMs do EB, seja feita em consonância com os princípios basilares da gestão informacional, bem como com a legislação específica em vigência no país. A Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações, que está previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º, do art. 37 e no § 2º do art. 216, tudo da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, a má gestão pode gerar inconvenientes, na medida que a perda ou a eliminação inadequada de informações é capaz de ocasionar uma situação inoportuna tanto para o cidadão como para quem a detém.

Além dos princípios básicos de gestão e da capacitação profissional, é ideal que a organização possua um arquivo local próprio para acondicionar a papelada produzida e recebida, o que no caso de algumas OMs é inexistente. Em relação ao conceito contemporâneo, conforme Paes (2004), o ex-arquivista norte americano Solon Buck define arquivo como o conjunto de documentação oficialmente produzido e recebido por um governo, organização ou firma, durante suas atividades, e que são arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros.

Os arquivos devem ser preparados para receber a documentação, visando o bom acondicionamento, bem como a preservação temporal. Segundo Edmondson (2017), “a boa organização” é intrínseca e essencial para a preservação documental. A correta organização é uma tarefa árdua e exige de-

dicação, entretanto, não torna-se obrigatoriamente muito onerosa.

Conforme o Governo do estado do Rio de Janeiro (2012), a área de guarda não deve estar em local úmido, com alta temperatura, ou que varie muito, sótão e porões não são adequados, deve-se evitar locais com canos expostos ou próximos a banheiros e cozinhas para que não haja risco de infiltrações, as janelas não devem estar abertas, não deve haver entradas para roedores e insetos, as estantes não devem estar expostas à luz solar, a limpeza deve ter atenção especial, sendo usado o mínimo de água ou aspirador de pó, se o chão for varrido deve-se evitar que levante poeira, não deve ser consumido alimento no local e por questões de segurança, é necessário que haja chaves e que estejam sempre com a pessoa responsável pelo local.

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (2000), a temperatura e a umidade relativa do ar são cruciais para a boa manutenção dos documentos. A temperatura ideal é de 20º. Ainda de acordo com o CONARQ (2000), é crucial possuir sistemas de ar condicionado nas instalações do arquivo, e o ideal é que sejam os que controlam a temperatura, a umidade e que ainda filtrem os agentes poluentes antes que o ar seja soprado para o ambiente interno, e além disso, o sistema deve funcionar durante as 24 horas do dia.

Certamente estas estratégias irão gerar gastos financeiros para a organização, porém, a longo prazo, a preservação do acervo refletirá em menor perda documental e menores gastos com uma possível restauração. Além dessas recomendações, Carmo e Ramos (2015) atentam para que não seja utilizado grampo, clipe metálico e elástico para reunir documentos, já que com o tempo estes materiais oxidam e grudam danificando-os, além disso, é recomendado que pessoas não alimentem-se próximo aos documentos, tendo em vista a produção de manchas e a atração de agentes biológicos.

É de suma importância que os documentos da organização sigam a teoria das três idades, que são: corrente, intermediária e

permanente. Conforme Bellotto (2002), esta teoria foi sistematizada nos anos 70 pelos norte-americanos e visa regular o ciclo de vida dos documentos de arquivo. Essa prática permite que a documentação esteja alocada no lugar correto de acordo com a sua idade e garante o acesso eficiente e eficaz à documentação.

Segundo Bernardes e Delatorre (2008), os documentos correntes representam os de utilização imediata da repartição e é nessa fase que deverá ser determinado o tempo necessário de permanência no arquivo corrente e se será descartado ou se passará diretamente para o arquivo permanente. Ainda conforme os autores, o arquivo intermediário forma-se de documentos de correntes do arquivo corrente, é de pouco uso, na maioria das vezes consultado apenas pela própria organização e após prazos, sua documentação segue para a eliminação ou recolhimento para o arquivo permanente. No permanente, os documentos são preservados em razão do seu valor e servem como fonte de consulta.

A gestão documental de algumas OMs aparenta não ser ideal e essa falha pode ser apontada por: falta de pessoal capacitado, uma possível cultura organizacional, que de certa forma pode deixar essa prática em segundo plano, ou a ausência de normas para a gestão. Estes fatores sem dúvida proporcionam o acúmulo desordenado de documentos e a dificuldade de resgate.

Conforme Bernardes (1998), a avaliação dos documentos deve ser baseada na tabela de temporalidade, uma vez que arquivos abarrotados remetem a ideia imediata de descartar os papeis para ganhar espaço físico, porém, em um curto período de tempo estarão cheios novamente. Sendo assim, é preponderante que as OMs sigam na prática as normas vigentes inerentes à gestão documental, capacite o seu corpo técnico na medida que possam calibrar métodos e procedimentos arquivísticos e dê a devida importância para a gestão de documentos na medida que esteja em paridade com as atividades operacionais.

3.2.2 Contribuições da gestão da massa documental

Diante os aspectos apresentados no item anterior, é fático que a gestão documental corrobora para o bom andamento organizacional, gerando conhecimento, organização, a guarda de sua história e a eficiência e eficácia no arquivamento e resgate da informação. Sendo assim, é desejável que a correta gestão de documentos seja aplicada nas OMs do EB, uma vez que elas são organizações da União que produzem e recebem documentos diariamente e essas informações fazem parte de suas histórias, desde suas criações até os dias atuais. Conforme afirma Bellotto (2002), a importância dos documentos de uma organização é destacada tendo em vista que tornam-se herança cultural. Além disso, os documentos administrativos servem de fonte de consulta para fomentar a tomada de decisão e também estão na organização para fins de consulta pública por parte da sociedade, direito previsto no Art 5º da Carta Magna.

Para gerir essa grande massa documental produzida e recebida nas OMs é necessário que elas utilizem-se da teoria das três idades. Isso se faz importante já que entre outros aspectos, o acúmulo de papéis deve-se ao fato dos documentos de uma organização não seguir essa teoria, uma vez que grande parte deles já possui idade para serem guardados permanentemente ou eliminados. Sendo assim, é cabal que se siga essa teoria com a finalidade de melhor gerir a documentação, o que promoverá a eficiência e eficácia na guarda e resgate.

Além das questões técnicas e físicas, torna-se cada vez mais peremptório possuir pessoal capacitado para gerir os documentos das organizações, sendo ideal o uso de sistemas de informação (SI) para promover dinamicidade nas atividades do cotidiano. Porém, a maioria das OMs não contam com militares possuidores dos conhecimentos próprios da área da gestão documental. Entretanto, existe a possibilidade de propor medidas alternativas para que eles adquiram este conhecimento, podendo ser através de cursos técnicos ou instru-

ções baseadas em bibliografias próprias da área. Provavelmente, o dia a dia de trabalho atrelado às técnicas corretas da gestão de documentos promoverá o conhecimento empírico nas OMs do EB.

4. DIAGNÓSTICO DA GESTÃO NA 17^a CIA INF SL

Todo levantamento de dados realizado neste capítulo foi feito in loco nas instalações da 17^a Cia Inf Sl, o que gerou informações fidedignas da atual forma em que é aplicada a gestão de documentos nessa OM e que certamente é análoga à maioria das demais OMs do EB, tendo em vista que muitos militares não possuem conhecimentos específicos na área da gestão documental e também a uniformidade que o EB trabalha. Sendo assim, as informações contidas no capítulo descrevem a situação observada 17^a Cia Inf Sl no período da pesquisa, podendo ser base para as demais OMs pelo fato já explicitado acima.

4.1 Aspectos observados

O uso de Sistemas de Informação para gerir as informações das organizações é uma prática intrínseca ao mundo globalizado. Elas utilizam este tipo de ferramenta objetivando buscar eficiência e eficácia nas diversas atividades cotidianas, com isso, o gestor pode tomar decisões, definir estratégias, modificar algum aspecto do processo que não esteja atingindo o objetivo esperado, etc. A valia da informação é grande, conforme Oliveira (2015), ela transformou-se em recurso fundamental em qualquer organização.

O Exército Brasileiro está em constante transformação, acompanhando as mudanças sociais e aprimorando-se nos níveis operacionais, administrativos e tecnológicos. Sendo assim, todas as suas OMs espalhadas pela União utilizam SI para automatizar a confecção de alguns documentos, são eles: o Sistema de Protocolo Eletrônico de Documento (SPED) e o Sistema de Boletim (SisBol).

Foi observado que nas seções o arquivamento documental é feito em armários, que

certamente possuem espaço suficiente para armazenar os documentos produzidos no local durante a idade corrente e talvez na intermediária. É feito em pastas tipo fichário, caixas de arquivo morto e envelopes. Quase sempre são separados por assuntos, algumas vezes por semestre e ano, e os que não seguem este rito muitas vezes são apenas armazenados sem nenhum critério no mesmo armário. Boa parte dos documentos encontram-se arquivados com material oxidante.

Vale ressaltar que existem organizadores de escritório do tipo entrada e saída na mesa de todos militares que exercem função nas seções. Eles possuem uma quantidade relativa de documentos que por vezes tornam-se esquecidos e não são arquivados. A maioria da documentação das seções encontra-se acomodada conjuntamente independentemente de sua idade. Os documentos permanecem na idade corrente por cinco anos e na intermediária por nove.

Ao decorrer dos anos, o espaço físico reduzido dos armários das seções torna-se um inconveniente para a guarda da massa documental, sendo assim, a cada cinco anos uma equipe é designada para avaliar os documentos arquivados com a finalidade de descartar os que forem julgados menos relevantes, com exceção dos BI, que fazem parte da história da organização.

Conforme exposto anteriormente, a secretaria deveria ser o local responsável por receber toda documentação produzida pelas demais seções, onde seria feito um tratamento, catalogação e armazenamento. Dessa forma, possivelmente a preservação seria bem feita, a documentação estaria bem acondicionada, poderia ser evitado a perda e no caso da necessidade de consulta o resgate seria mais eficiente. Porém, a secretaria armazena apenas os documentos que ali são produzidos e recebidos, desde que impressos.

5. ANÁLISE DA GESTÃO DOCUMENTAL

Em decorrência dos dados observados

no diagnóstico feito nas seções da 17^a Cia Inf Sl, neste capítulo será abordado um exame circunstancial dos principais pontos do diagnóstico, que certamente servirá para todas OMs que apresentarem situação semelhante.

Primeiramente, vale ressaltar que o pessoal que gerencia a documentação na 17^a Cia Inf Sl não possui conhecimento técnico científico para tal atividade, entretanto, buscam aprimorar-se e conhecer regras básicas de gestão documental, porém, a falta de conhecimento não permite que sejam atingidos todos os fundamentos básicos da arquivologia.

No tocante aos Sistemas de Informação utilizados nas OMs (SisBol e SPED), vale ressaltar a relevância destes programas, uma vez que a produção e o recebimento de documentos netse meio diminui a massa documental impressa a ser arquivada e otimiza o resgate da informação, o que garante a não utilização total dos espaços físicos bem como a agilidade de resposta.

Conforme Amorim e Tomaél (2011), no âmbito da administração pública os processos vem sendo informatizados, o que denota preocupação com o fluxo informacional e a eficiência das atividades, sendo assim, as OMs do EB caminham para essa realidade ao utilizar sistemas informatizados para gerir informação.

Levando em conta o tipo de arquivamento dos documentos físicos na OM, todas as seções seguem um rito característico em relação ao tempo e suportes utilizados para arquivar as documentações. Em relação à temporalidade, as documentações da OM geralmente seguem o rito das três idades, porém, por vezes, o tempo de permanência na idade corrente e intermediária torna-se longo. Para as documentações de uso corrente as seções respeitam o prazo de cinco anos para todos exemplares, o que certamente causa acúmulo de papel nos locais de origem/recebimento e aparentemente não está em harmonia com as características dessa idade.

Conforme Carmo e Ramos (2015), o arquivo corrente é formado pelo conjunto

de documentação de uso frequente, e segundo Paes (2004), são os documentos frequentemente consultados para tomada de decisões na administração. Sendo assim, certamente existem impressos que já finalizaram seus objetivos durante o período que estão nas seções e mesmo assim permanecem na idade corrente, entretanto, vale ressaltar que não cabe o recolhimento precoce dessa fase. Considerando o local de guarda, a OM pratica o que determina a literatura, uma vez que ainda de acordo com Carmo e Ramos (2015), os documentos do arquivo corrente normalmente são mantidos com seus produtores.

Para os documentos da idade intermediária também existe uma temporalidade mínima de nove anos, o que gera os mesmos inconvenientes dos de idade corrente, que é o acúmulo de papel e a pouca consulta. A validade desta idade é corroborada na medida que segundo Paes (2004), os administradores e arquivistas atualmente consideram os arquivos intermediários extremamente necessários, e sua principal função é a transitoriedade, pois garante a preservação dos documentos que não são mais tão consultados para que se cumpra prazos e destinem-se à eliminação ou guarda permanente.

Em relação ao local em que estão arquivados, os de idade intermediária encontram-se nas seções que os receberam/produziram conjuntamente com os correntes. Essa prática não é adequada, já que novamente conforme Carmo e Ramos (2015), os documentos intermediários podem ser transferidos para outros lugares mais distantes de onde foram produzidos ou recebidos, uma vez que sua consulta é mais remota e por ajudar a harmonizar o espaço físico do local onde encontram-se.

O armazenamento dos documentos é feito basicamente em caixas de papelão duro, caixas de plástico corrugado, em pastas registradoras e em envelopes. Estes suportes normalmente são usados para armazenar documentação na maioria das organizações. Grande parte das caixas da OM estão acondicionadas nas prateleiras de armários feitos de material resistente e não encon-

tram-se empilhadas, sendo assim, mantém a integridade física do material. Porém, algumas caixas estão deterioradas, tendo em vista a idade e que por vezes armazenam peso acima do suportado. Conforme o CONARQ (2005), as caixas para arquivamento devem resistir ao manuseio, ao peso dos documentos e à pressão caso tenham de ser empilhadas e necessitam ser mantidas em boas condições de conservação e limpeza, de forma que protejam os documentos.

Os mapas existentes nas OMs possuem grande valor como documento, uma vez que sua consulta é crucial para o planejamento de operações tendo em vista o levantamento de dados relacionados à distâncias, terreno, população e outros. Sendo assim, é necessário acondicioná-los corretamente para que atinjam a melhor conservação possível. Conforme o CONARQ (2005), os mapas devem estar dispostos abertos de forma horizontal em mapotecas com tamanho adequado para recebê-los, na falta dela, podem ser enrolados, armazenados em tubos feitos de cartão alcalino e guardados em armários ou gavetas.

Em relação às condições ambientais para o armazenamento, devido às altas temperaturas e à alta umidade do ar, a região Norte do país é muito agressiva para a preservação documental, sendo assim, OMs desta região devem ater-se aos cuidados especiais. Conforme o CONARQ (2000), a temperatura e a umidade relativa do ar devem ser adequados para prolongar a sobrevivência dos documentos. Ainda segundo o CONARQ (2005), estes fatores climáticos promovem a ocorrência de infestações de insetos e o desenvolvimento de microrganismos que aumentam as proporções dos danos e este tipo de clima exige o emprego de meios mecânicos sofisticados. Sendo assim, os bons mobiliários e as caixas adequadas não são suficientes para a conservação ideal dos documentos, uma vez que os condicionadores de ar não permanecem ligados nos horários fora do expediente (11h 30 às 13h 30 e 17h 00 às 09h 30), e conforme o CONARQ (2000), em locais de arquivamento eles devem permanecer em

funcionamento 24h.

Quando a documentação é produzida e arquivada, conforme Carmo e Ramos (2015), para fins de preservação deve-se evitar o uso de grampos, clipe metálicos e elásticos, pois eles acabam oxidando e grudando danificando os documentos. Essa prática por vezes não é feita no arquivamento nas seções, uma vez que grande parte dos documentos foram encontrados arquivados com estes tipos de materiais. O manuseio também é fator preponderante para a boa conservação dos documentos e requer cuidados especiais por parte dos gestores bem como pelos usuários. Conforme o CONARQ (2005), o manuseio deve ser feito com as mãos limpas e de preferência usando luvas.

A atenção a não utilização de materiais oxidantes e ao manuseio dos documentos se faz pertinente em todas as seções, principalmente na secretaria, uma vez que ali estão armazenados documentos permanentes, entre eles os boletins internos que representam a história da OM e as folhas de alterações de todos militares que nela serviram desde sua criação. Os documentos permanentes necessitam de cuidados especiais e a preservação é o que irá garantir o acesso duradouro. A boa organização também é crucial, conforme Edmondson (2017), ela é intrínseca e indispensável para a boa preservação.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE UM PLANO DE GESTÃO

É preponderante que as OMs do EB que não praticam a gestão documental baseada nos princípios arquivísticos introduzam em seus ambientes físicos essa metodologia. Para tal, inicialmente é primordial que utilizem um plano de gestão, constante de um código de classificação de documentos e uma tabela de temporalidade, para garantir que o corpo técnico que produz e recebe documentos nas OMs seja capaz de geri-los de forma singular. Assim, é provável que qualquer militar compreenda e aplique-o na prática, o que facilitará o arquivamento, o controle e o resgate in-

formacional, a fim de padronizar procedimentos arquivísticos nas OMs.

6.1 Código de classificação

O código de classificação visa garantir que os documentos produzidos e recebidos nas OMs sejam classificados corretamente de acordo com uma separação lógica e que garanta um resgate eficaz. Para isso, é necessário utilizar-se dos seguintes documentos: classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública, aprovado pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001; Subclasse 080 (Pessoal Militar) do código de classificação de documentos de arquivo, aprovado pela Resolução nº 21, de 04 de agosto de 2004, ambas aprovações do CONARQ e o código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim do Ministério da Defesa, aprovado pelo Ministério da Justiça através da Portaria nº 154, de 18 de outubro de 2013. Os documentos citados irão garantir que todos os tipos documentais produzidos e recebidos nas OMs encontrem suas categorias e devidos códigos para serem classificados.

6.2 Tabela de temporalidade

O respeito à temporalidade dos documentos é fator preponderante para a boa organização dos arquivos. Conforme o CONARQ (2001), a tabela de temporalidade é um instrumento arquivístico que resulta de avaliação e objetiva delimitar prazos de guarda e eliminação visando o acesso à informação.

Para observar a temporalidade dos documentos de acordo com a teoria das três idades, é necessário utilizar-se também da resolução do CONARQ nº 14, de 24 de outubro de 2001 e da Portaria nº 154, de 18 de outubro de 2013, aprovada pelo Ministério da Justiça, uma vez que o corpo textual de ambas possuem uma tabela de temporalidade para incluir os documentos produzidos e recebidos nas OMs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos da era da informação proporcionam dinamicidade em diversas atividades do cotidiano. No tocante à informação, o uso de SI promove eficiência na gestão documental, entretanto, diante tamanha tecnologia as premissas básicas dessa gestão não se tornaram obsoletas, pelo contrário, tornam-se cada vez mais importante para atingir-se a excelência gerencial.

O presente estudo abarca os conceitos e aplicabilidade da gestão documental através de pesquisa aplicada com abordagem qualitativa. A pesquisa caracterizou-se como pesquisa de campo, por permitir a realização de um estudo rotineiro das atividades realizadas no local físico pesquisado. O trabalho foi voltado para essa pesquisa, tendo em vista a necessidade que houve em conhecer os procedimentos da gestão documental que são realizados no cotidiano de uma OM do EB, e a partir disso, foi proposto um plano de gestão de documentos, demonstrando a importância do tema para uma possível aplicabilidade. Os dados foram coletados através de dados primários com a observação *in situ*, dessa forma, as informações foram obtidas através da observação dos militares.

Como objetivo geral, buscou propor um plano de gestão de documentos de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos, para a correção de possíveis falhas no controle documental das Organizações Militares.

Para atingir essa proposta, foram estabelecidos três objetivos específicos: examinar quais problemas técnicos e/ou organizacionais são decorrentes da atual forma da gestão dos documentos nas OM's do EB (1); avaliar alternativas para otimizar a gestão dos documentos nas OM's (2); propor um plano de gestão de documentos para as OM's do EB (3).

Os objetivos foram alcançados, uma vez que através da análise dos dados coletados no diagnóstico da gestão atual da 17^a Cia Inf SI, foi possível identificar as faltas que são cometidas em relação à gestão dos do-

cumentos, que provavelmente são análoga às demais OM's (objetivo 1); foi identificado através da bibliografia e a observação in loco que a classificação, o respeito às três idades, o arquivamento em ambientes adequados e a conservação são eficazes para otimizar a gestão (objetivo 2); o plano de gestão foi proposto para possível aplicabilidade, tendo em seu corpo um código de classificação e uma tabela de temporalidade, estes de acordo com normas vigentes do CONARQ e do Ministério da Defesa (objetivo 3).

Em resposta à pergunta de pesquisa, o estudo aponta que para colaborar para a adequação da gestão de documentos nas OM's do EB é necessário aplicar os princípios da gestão documental, observando a classificação, a temporalidade, o arquivamento, além da conservação e adaptação das instalações físicas de guarda.

Diante tudo que foi exposto no trabalho, a implantação do plano de gestão por parte das OM's poderá garantir atingir a excelência na gestão de documentos, tendo em vista que o plano está de acordo com os princípios arquivísticos. Mediante adoção dessa atitude, atingindo as estratégias para as quais o plano de gestão foi criado, as OM's do EB poderão, se for o caso, digitalizar suas documentações para atingir um patamar elevado da gestão documental, o que certamente fará com que essas organizações não assemelhem-se às empresas brasileiras que ainda tem a gestão documental como um sonho.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fabiana Borelli; TOMAÉL, Maria Inês. O uso de sistemas de informação e seus reflexos na cultura organizacional e no compartilhamento de informações. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p.74-91, jan./jun. 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações

Técnicas, n. 51, ISBN: 85-7009-075-7. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: Objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. 41 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/51319150/BELLOTTO-Heloisa-Liberalli-Arquivistica-objetos-principios-e-rumos-Sao-Paulo-Associacao-de-Arquivistas-de-Sao-Paulo-2002>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014. 477 p.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Gestão Documental Aplicada. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p. Disponível em: <http://www.arquivoestadosp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, 1). Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

BILENKY, Thais. Forças Armadas lideram confiança da população; Congresso tem descrédito. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 jun. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770-forcas-armadas-lideram-confianca-da-populacao-congresso-tem-descredito.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 1676. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 14 dez.

2016. Assunto: Aprova as Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército (EB10-IG-01.012), 2ª Edição, 2016 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/download/send/3-instrucoes-gerais/8-e-b10-ig-01-012-avaliao-de-documentos-pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

25

BRASÍLIA. Instituto Nacional de Meteorologia. Temperatura média anual. Brasília: Ministério da Agricultura Abastecimento e Pecuária, 2017. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/page&page=anomaliaTempMediaAnual>>. Acesso em: 23 out. 2018.

CARMO, Ana Lúcia da Silva do; RAMOS, Júnia Terezinha Morais (Org.). Noções básicas de arquivo. Minas Gerais: Diarq, 2015. 17 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivos relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, 2001. 156 p. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf>. Acesso em 26 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Recomendações para a construção de

arquivos. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, 2000. 21 p. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendacoes_para_construcao_de_arquivos.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Recomendações para a produção e o

armazenamento de documentos de arquivo. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005. 20 p.

Disponível em:
<http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_produo.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

EDMONDSON, Ray. Arquivística audiovisual: filosofia e princípios. Brasília: Unesco, 2017. 100 p.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1995.

NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea (Org.). Universidade, memória e patrimônio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. 152 p.

OLIVEIRA, Uelerson. Benefícios da implantação do sistema de informação na organização. 2015. Disponível em:
<<http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/beneficios-da-implantação-do-sistema-de-informação-na-organização/88232/>>. Acesso em: 18 mar. 2019

26

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2004. 228 p.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características Qualitativas, Quantitativas e Qualquantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, São Paulo, v. 2, n. 1, p.65-78, 2015.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica,

2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível por SciELO Books.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica fica na busca do conhecimento. Rdbci, Campinas, v. 10, n. 1, p.53-66, 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Governo do Estado do Rio de Janeiro. Manual de gestão de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012. 108p. Disponível em: <<http://www.degase.rj.gov.br/documentos/Manual-GestaoDocumentos.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspect. Ciênc. Inf., Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.102-117, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pci/v11n1/v11n1a09.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.



*PROJETOS
INTERDISCIPLINARES
DO CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
DE SARGENTOS/2018*



12. Fiscal de Contrato: Escudo Protetor da OM e Figura Central da Segurança Jurídica da OM (Relevância e Responsabilidades)¹

2º Sgt Jean Carlo Moreira Silva

2º Sgt Edgar Elias de Souza Costa

2º Sgt Leonardo de Mello Silva Junior

2º Sgt Giuseppe Donato Santos Russo

1. INTRODUÇÃO

Este projeto tem por finalidade discorrer sobre o papel do fiscal de contratos públicos e sua importância para a segurança dos contratos decorrentes processos licitatórios que ocorrem nas diversas Unidades Administrativas do Exército.

Apesar da importância que deve ser dada a esta função, por vezes ela é considerada uma mera formalidade a ser cumprida durante a execução dos processos. Ocorre que muitos contratos não são executados de maneira eficiente e eficaz, fato que pode resultar em prejuízo aos cofres públicos.

Para realizar este trabalho, foi adotada a pesquisa qualitativa de caráter exploratório e documental, a qual teve por objetivo aproximar da realidade do objeto do estudo, visando alcançar a finalidade deste

projeto. Para isto foram utilizados os seguintes softwares: Internet Explorer, para realização da pesquisa e Word para edição do trabalho, ambos da empresa Microsoft; além da utilização de notebook para pesquisa e edição.

Através de um levantamento de livros doutrinários, casos administrativos e legislação em vigor, tendo como principal fonte de consulta a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, foi possível definir a real importância do fiscal de contratos para a administração pública e suas responsabilidades.

A Administração Pública no Brasil passou por três etapas (Administração Públí-

1. Projeto Interdisciplinar apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), como parte das exigências do CAS para a obtenção do Título de Sargento Aperfeiçoado.

Orientador: 2º Sgt Fabricio Juliano Kretschmann Dresch

ca Patrimonialista, Administração Pública Burocrática e Administração Pública Gerencial) em virtude da transformação que o serviço público exigiu ao longo do tempo. Dentre essas exigências, o serviço público de qualidade com eficácia, eficiência e efetividade. Nesse contexto, houve o aprimoramento da legislação e o tratamento da “coisa pública” com mais formalidade.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 37, Inciso XXI, a Administração Pública foi submetida a determinadas regras.

Art. 37. [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por conseguinte, na lacuna deixada pela Constituição Federal de 1988, vem a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações e Contratos, com o fito de estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos para contratações diversas no âmbito dos Entes Federados.

O termo contrato é um acordo de vontades entre as partes onde cada uma transfere para si direitos e sujeitam-se a determinadas obrigações. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conceitua contrato no Art. 2º, parágrafo único, como:

Art. 2º [...]

Parágrafo único. Para os fins dessa Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

A partir da formalização do contrato pela Administração, a mesma passa a ter

o dever de designar um representante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), que diz:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Cabe salientar que a escolha desse tema ocorreu pela importância que o fiscal de contrato tem para a Administração Pública, no sentido acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos firmados, com o propósito de evitar prejuízos decorrentes desses contratos.

2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ordenamento jurídico pátrio, a Administração Pública está submetida a vontades e limitações de ação constantes na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Sendo assim, como o Exército é um órgão do Poder Executivo e faz parte da Administração Pública direta, fica sujeito a estas normas.

Sobre o assunto, Júnior e Novelino (2016, p.330) afirmam que:

O regime jurídico-administrativo é o regime jurídico ao qual se encontra submetida a Administração Pública direta e indireta. Compreende um conjunto de princípios constitucionais que governam toda a atuação dos agentes públicos no desempenho das funções administrativas, conformando toda a Administração Pública.

2.1 Princípios da Administração Pública

O “caput” do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), reúne os princípios constitucionais expressos que a Administração Pública Direta e Indireta deverá obedecer. Em relação a estes princípios, Júnior e Novelino (2016, p. 330) entendem que:

Relativamente ao regime jurídico-administrativo, o “caput” do art. 37 faz referência expressa a cinco princípios constitucionais da Administração, quando assevera

que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.1.1 Princípio da Legalidade

Mello (2009) ressalta que o princípio da legalidade é o princípio capital para a configuração do regime jurídico-administrativo. É o princípio específico do Estado de Direito, pois submete o Estado à lei. A Administração Pública só pode ser exercida de acordo com a lei, trazendo a ideia de que sua vontade decorre da lei.

Ainda sobre o assunto, Mello (2009, p. 101) afirma que:

[...] o princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis. Esta deve tão somente obedecê-las, cumpri-las, pô-las em prática.

Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cús-pide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes, obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no Direito Brasileiro.

2.1.2 Princípio da Impessoalidade

Sobre o princípio da impessoalidade, Júnior e Novelino (2016, p. 332), descrevem que este princípio exige que a atividade seja exercida de modo a atender a todos os administrados, ou seja, a coletividade, e não a certos membros em detrimento de outros, devendo apresentar-se, portanto, de forma impessoal.

Este princípio veda qualquer tipo de discriminação, ainda que benéfica.

2.1.3 Princípio da Moralidade

O Princípio da Moralidade, que está relacionado à honestidade e aos bons costumes, é entendido por Júnior e Novelino (2016, p. 332) como:

[...] um conjunto de valores éticos que fixam um padrão de conduta que deve ser necessariamente observado

pelos agentes públicos como condição para uma honesta, proba e íntegra gestão da coisa pública, de modo a impor que estes agentes atuem no desempenho de suas funções com retidão de caráter, decência, lealdade, decoro e boa-fé.

2.1.4 Princípio da Publicidade

Esse princípio, que também deve ser seguido pela Administração Pública, está voltado para a transparência da atividade da administração, para que os atos administrativos sejam de fácil conhecimento de todos. Sobre o referido princípio constitucional, Júnior e Novelino (2016, p. 332) entendem que:

Esse princípio exige uma atividade administrativa transparente ou visível, a fim de que o administrado tome conhecimento dos comportamentos administrados do Estado. Assim, todos os atos da Administração Pública devem ser públicos, de conhecimento geral. Em consequência deste princípio, expressado no caput do art. 37, todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral.

2.1.5 Princípio da Eficiência

O princípio da eficiência, que foi acrescentado ao art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil com a Emenda Constitucional nº 19/98, o que acabou com discussões doutrinárias acerca de sua existência implícita. De acordo com Meirelles apud Pietro (2017, p. 154) o princípio da eficiência é definido como:

[...] o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

3. DOS CONTRATOS

Segundo a Lei 8.666, de 1993 - Lei de

Licitações e Contratos, os contratos administrativos regulam-se pelos preceitos de direito público, onde predomina-se o interesse público ante o administrado, porém, supletivamente, as disposições de direito privado no que couber.

Os contratos devem apresentar clareza nas suas cláusulas, condições de execução, definir obrigações e responsabilidades tanto para o contratante como também ao contratado, tudo isso, no intuito de respaldar/amparar o contratado e, principalmente, a Administração.

No art. 55 da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos, estão estabelecidas as cláusulas necessárias em todos os contratos que sejam estabelecidos, cabendo transcrever estas cláusulas nesse dispositivo:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação

funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do li-

citante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (BRASIL. Lei 8.666/93).

Há, ainda, nos contratos administrativos, cláusulas estabelecendo o foro ao qual deverá ser impetrada ação quando houver alguma divergência entre a Administração e o contratado.

Art. 55 [...]

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei. (BRASIL. Lei 8.666/93).

A autoridade competente pode exigir uma prestação de garantia, não superior ao valor do contrato, nas contratações de obras, serviços e compras. Cabe ao contratado optar por:

Art. 56, [...]

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária. (BRASIL. Lei 8.666/93).

Este limite de garantia pode ser maior nos casos elencados no art. 56, § 3º, da Lei 8.666/93 (BRASIL, 1993), in verbis:

Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros

consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), em seu art. 57, limita a duração dos contratos aos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

Art. 57 [...]

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

III - (Vetado).

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

Quanto à prorrogação de contratos para início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, há a possibilidade atendendo aos seguintes motivos:

Art. 57 [...]

§ 1º [...]

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de tra-

lho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (BRASIL. Lei 8.666/93).

A prorrogação de prazo dos contratos deve ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato e, também, é vedado o contrato com prazo indeterminado.

No que concerne ao regime jurídico dos contratos, é conferido à Administração determinadas prerrogativas de:

Art. 58 [...]

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindí-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. (BRASIL. Lei 8.666/93).

3.1 Da Formalização dos Contratos

Conforme a Lei 8.666/93, os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e

registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Nos contratos administrativos, há a necessidade de constar certas características das partes. Conforme o art. 61 da Lei nº 8.666 (BRASIL, 1993) deve constar no contrato: a sua finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta lei e às cláusulas contratuais, além dos nomes das partes e representantes.

Cabe salientar que, para atender o princípio constitucional da publicidade, é necessário a publicação dos contratos administrativos em imprensa oficial:

Art. 61 [...]

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (BRASIL, Lei nº 8.666/1993).

3.2 Da Alteração dos Contratos

Os contratos administrativos poderão ser alterados, com as justificativas necessárias, seja por conveniência da Administração ou por acordo bilateral, nos seguintes casos:

Art. 65. [...]

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (BRASIL, Lei nº 8.666/1993).

3.3 Da Execução dos Contratos

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666 (BRASIL, 1993), respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, na forma do art. 66 da Lei nº 8.666 (BRASIL, 1993).

Compulsoriamente, a Administração tem o dever de designar um fiscal de contrato para representá-la, conforme ordenado pelo art. 67 da referida lei.

Há, ainda, por parte do contratado, uma série de responsabilidades referente a cada contrato firmado com a Administração.

Art. 68. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no to-

tal ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. (BRASIL. Lei 8.666/1993).

A Administração não tem responsabilidade sobre a inadimplência do contratado sobre encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, todavia responde solidariamente quanto a encargos previdenciários.

Art. 71 [...]

§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato. (BRASIL. Lei 8.666/1993).

3.4 Da Inexecução e da Rescisão Dos Contratos

A inexecução contratual resulta em rescisão do contrato e ocorre dentre motivos específicos encontrados no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), sendo alguns desses motivos: o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos; a decretação de falência; e o atraso injustificado no início da obra serviço ou fornecimento.

Cabe ressaltar que a rescisão do contrato pode ser por ato unilateral da Administração, de forma amigável entre as partes ou por decisão judicial, conforme a Lei nº

8.666, de 21 de junho de 1993 em seu art. 79 "caput" e seus incisos I, II e III:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

3.5 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em havendo atrasos injustificados, a Administração tem a competência para aplicar multa à contratada nos termos previstos no instrumento convocatório ou no contrato.

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente. (BRASIL. Lei 8.666/1993).

Nesse contexto, cabe à Administração, por inexecução total ou parcial do contrato, aplicar sanções.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (BRASIL. Lei 8.666/1993).

4. O FISCAL DE CONTRATO

Segundo Freitas (2018), o Fiscal de Contratos é o agente da administração pública nomeado, com a função de acompanhar e fiscalizar rigorosamente a execução do serviço, atuando de maneira proativa e preventiva para a melhor execução do contrato. Será incumbido de atestar faturas ou notas fiscais, o bom andamento do serviço contratado, assim como a qualidade do produto e se o mesmo confere com o objeto contratado e suas cláusulas de entrega, durante toda a vigência do contrato, a responsabilidade pelos atos do fiscal de contrato se dará após a sua nomeação.

O fiscal de contratos anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, de acordo com o art. 67, § 1º e 2º da Lei 8.666/1993, a saber:

Art. 67 [...]

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. (BRASIL. Lei 8.666/1993).

Caso existam divergências na execução ou entrega, terá a responsabilidade de notificar a empresa para regularizar os pro-

blemas encontrados no contrato, para que a contratante regularize o mais breve possível a pendência, sem incorrer em multas ou sanções.

Art. 6. A administração indicará um gestor do contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. (BRASIL. Decreto nº 2.271/1997)

4.1 Nomeação

Jusbrasil onde o Tribunal de contas do Estado do Mato Grosso¹ considerou uma irregularidade grave a falta de um fiscal de contrato nas obras da prefeitura Municipal de Pedra Preta, senão vejamos:

A ausência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por um representante da administração em relação aos contratos firmados é considerada irregularidade grave pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso e foi motivo de representação externa movida em desfavor da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, julgada na sessão plenária extraordinária do dia 14/08. O processo foi relatado pelo conselheiro Antônio Joaquim.

No caso da Prefeitura de Pedra Preta, a irregularidade é remanescente, de responsabilidade da prefeita, Marileide Araújo Coelho Philippi e trata da ausência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por um representante da administração em relação aos contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta no exercício de 2013.

[...] com base nos artigos 289, II e 6º, II, a da Resolução Normativa 17/2010, a gestora Marileide Araújo Coelho Philippi foi multada em 11 UPFs-MT.

Foi determinado à atual gestão que observe o art. 67 da Lei 8.666/93, designando fiscais para todos os contratos firmados, de modo a assegurar o efetivo acompanhamento e fiscalização dos referidos instrumentos.

Portanto, a nomeação do fiscal de contrato deve ser realizada de maneira

formal, normalmente por publicação em Boletim Interno da Organização Militar (OM), devendo constar as suas atribuições, responsabilidades e ser formalmente comunicado de sua designação.

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição (BRASIL. Lei 8.666/1993).

Segundo Furtado (2015), para se atender ao princípio da segregação de funções deve-se evitar que membros do processo que tenham participado da elaboração dos editais componham comissões de licitação, ou que os membros da comissão de licitação atuem como gestores ou fiscais de contrato.

4.2 A Capacitação do Fiscal De Contrato

A função de fiscal de contrato não pode ser recusada, porém se o nomeado não possuir capacidade técnica, ou possuir algum tipo de limitação que possa prejudicar o bom cumprimento da função, o fiscal nomeado deverá participar ao seu superior hierárquico, de preferência por escrito, a sua limitação, para que a instituição possa qualificá-lo para que o mesmo possa desempenhar da melhor maneira possível as funções confiadas a ele. O art. 43 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério de Planejamento Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2017), assim dispõe:

Art. 43. O encargo de gestor ou fiscal não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal, devendo expor ao superior hierárquico as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições, se for o caso.

Parágrafo único. Ocorrendo a situação de que trata o caput, observado o § 2º do art. 42, a Administração deverá providenciar a qualificação do servidor para o desempenho das atribuições, conforme a natureza e complexidade do objeto, ou designar outro

servidor com a qualificação requerida

4.3 A Responsabilidade do Fiscal de Contratos

Durante a vigência do contrato as informações fornecidas pelo fiscal de contrato irão nortear a liquidação das despesas e autorizar o pagamento, sendo de sua responsabilidade o recebimento provisório de obras e serviços, assim como tomar os devidos cuidados para que as dívidas previdenciárias, oriundas dos contratos de terceirização de mão de obra, não recaiam sobre a Administração Pública.

Ao adotar um procedimento falho o fiscal de contrato pode causar dano ao erário, sendo este responsabilizado por eventuais danos causados. O art. 82 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993) assim ordena:

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar

5. CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo conhecer o funcionamento da gestão do patrimônio no âmbito do Exército Brasileiro, tendo como o principal alvo dos estudos, o papel do fiscal de contratos públicos e sua importância para a segurança dos processos licitatórios que ocorrem nas diversas Unidades Administrativas do Exército Brasileiro, dentro deste propósito foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

No decorrer deste mapeamento, foi observado que há legislação específica para designar um representante da Administração, porém, nem sempre, os fiscais de contrato designados têm capacidade e/ou conhecimento para fiscalizar contratos mais complexos. Não obstante, caberia a própria Administração a obrigatoriedade de capacitar os fiscais de contrato antes de designá-los.

Conclui-se então, que as Organizações

Militares não possuem um regramento específico nesse sentido, sendo necessária a confecção de um documento que dê as diretrizes essenciais para esse tipo de situação, da mesma maneira um curso de formação mais específico para esta área, assim como serão necessários novos estudos para se constatar a real efetividade destas ações em longo prazo.

Tendo em vista essa época de recessão pela qual o Brasil se encontra, se torna uma obrigação trabalhar visando a eficiência em suas ações, cada ato administrativo destinado à economia dos cofres públicos se torna de grande valia para toda a nação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 128, 8 jul. 1997. Seção I, p. 14293-14294.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 116, 22 jun. 1993. Seção I, p. 8269-8281.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de maio 2017. Seção I. p. 90-109.

FREITAS, Elyud Santos de. Fiscal de Contratos na Prática. 1. ed. Brasília: O autor, 2018.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitação e contratos administrativos. 6. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2015.

JÚNIOR, Dirlei da Cunha; NOVELINO, Marcelo. Constituição Federal para concursos: doutrina, jurisprudência e questões de concursos. 7. ed. Salvador, BA: Juspodivn, 2016, 1119p.

MATO GROSSO. Ausência de fiscal de contratos é irregularidade grave e gera multa aos gestores. 2016. Disponível em: < <https://tce.mt.jusbrasil.com.br/noticias/135942901/ausencia-de-fiscal-de-contratos-e-irregularidade-grave-e-gera-multa-aos-gestores>> Acesso em 19 de julho de 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Malhadeiros Editores, 2009, 1102p.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 594p.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 30. ed. Rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017, 1088p.

13. A Importância da Religião na Prevenção do Suicídio no Âmbito das Forças Armadas¹

2º Sgt Andrigo Cristofari Grbice

2º Sgt Diogo da Silva Leão

2º Sgt Claudécí Martins dos Santos

2º Sgt Lucas Lacerda Maciel

RESUMO

Vemos que a relação entre religião e o processo de combate ao suicídio andam lado à lado. O crescente aumento dos índices de suicídios no mundo, no Brasil e em especial nas Forças Armadas, acenderam a luz de alerta para esse inimigo silencioso que enfrentamos diariamente em nossas Organizações Militares (OM). O objetivo deste artigo é evidenciar que as religiões têm como contribuir para salvar militares que devido a problemas diversos acabam tirando a própria vida.

Desenvolvemos nossa análise em estudos acerca da religião e seus benefícios com associação positiva como um fator de proteção ao suicídio por causa de seu suporte social, por alimentar pensamentos e estilo de vida positivos e por inferir uma

objeção moral clara contra o suicídio. Por fim, a prática religiosa gera emoções positivas como perdão, gratidão, solidariedade e emoções positivas associadas com bons hábitos geram uma boa saúde mental.

Diante de tamanha complexidade mas, motivado pela necessidade e importância do tema o Exército Brasileiro, por meio do Programa de Valorização da Vida (PVV), incluiu a religião associada a psicologia como instrumento de combate ao suicídio.

Conclui-se que pesquisas realizadas sobre suicídio indicaram que pessoas orientadas pelo caminho da religião têm índices de suicídio abaixo das pessoas que não participam de atividades religiosas, proporcionando coesão social própria da religião, pensamentos positivos que ela gera e conserva em suas práticas e costumes, devido

1. Projeto Interdisciplinar apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), como parte das exigências do CAS para a obtenção do Título de Sargento Aperfeiçoado.

Orientador: 1º Ten Gyan Tardeli Áustria

à sua recusa declarada da prática do auto extermínio, que contraria os ensinamentos das diversas religiões.

Palavras-chave: Religião; Forças Armadas; Exército Brasileiro; Suicídio.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem a intenção de apresentar os benefícios que a religião pode trazer para a prevenção do suicídio no âmbito das Forças Armadas, em especial no Exército Brasileiro, presendo sempre pela preservação da vida.

O nosso objetivo geral com o presente trabalho se reveste em apresentar como a assistência religiosa pode auxiliar na prevenção do suicídio, mas especificadamente aos militares do Exército.

Foi observada a existência da problemática do crescente aumento dos índices do suicídio nas Forças Armadas como um todo, tendo assim, sido o nosso alvo do referente estudo.

A metodologia empregada foi desenvolvida através de pesquisas bibliográficas em livros, artigos e notícias acerca da temática de emprego da religião, com o objetivo de avaliar os benefícios que ela pode trazer para o combate ao suicídio.

Buscamos responder as questões sobre como a religião poderia contribuir para a preservação da vida, bem como incluir nas atividades das OM, levantamos ainda quais estudos estão sendo realizados pelo mundo que poderiam contribuir em nosso país, questionando por fim se essa prática religiosa em nossas OM trariam os benefícios esperados.

2. DEFINIÇÃO

Suicídio é o ato de tirar a própria vida, vem do termo latino “sui caedere” que significa “matar-se”.

Ainda, em outra análise, pode ser entendido como um ato voluntário onde o praticante tem a intenção de tirar a própria vida, ou causar a própria morte.

3. O SUICÍDIO NO MUNDO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre os países, somente 28 contam com planos estratégicos de prevenção. Os dados também indicam uma alta taxa de suicídio entre a população com mais de 70 anos de idade.

A OMS alerta para o aumento de até 60% no número de suicídios nos últimos 45 anos em todo o mundo, representando a terceira maior causa de morte na faixa etária entre 15 e 35 anos em ambos os sexos (WHO, 2001, p. 5). Para cada suicídio, cinco a dez pessoas próximas sofrem graves consequências psicológicas, econômicas e sociais, são os chamados “sobreviventes” (WHO, 2008, p. 6). A cada ano há cerca de um milhão de mortes por suicídio no mundo, o que representa uma morte a cada 40 segundos (WHO, s/d).

Vale ressaltar que os homens cometem mais suicídio do que as mulheres no mundo, principalmente em nações ricas e desenvolvidas. Pesquisas realizadas pela OMS indicam que, as principais causas do suicídio que ocorrem em países ricos são: doenças mentais, abuso de álcool e depressão, enquanto nos países pobres são: estresse e problemas financeiros, que correspondem a 79% dos casos de suicídio. Pessoas que foram vítimas de traumas, guerras, violência física e mental, desastres naturais, abuso e isolamento também têm mais chances de cometerem suicídio.

É apresentado a seguir o ranking dos 10 países com as maiores taxas de suicídio:

- 1Q - Índia (258.075 suicídios);
- 2Q - China (120.730);
- 3Q - Estados Unidos (43.361);
- 4Q - Rússia (31.997);
- 5Q - Japão (29.442);
- 6Q - Coreia do Sul (17.908);
- 7Q - Paquistão (13.377);
- 8Q - Brasil (11.821);
- 9Q - Alemanha (10.745); e
- 10Q - Bangladesh (10.167).

3.1 Suicídio no Brasil

No Brasil, sobre o tema, são encontrados dados estatísticos preocupantes e que de-

monstram que a ocorrência de tais casos se dá dentro da faixa etária compreendida dos 10 até aos 68 anos, assim como, que os homens tiram mais a própria vida.

Em 2015, o suicídio foi a quarta causa de morte entre os jovens de 15 a 24 anos, ficando atrás de violência e acidente de trânsito, de acordo com os dados do Ministério da Saúde.

Até maio de 2017, o Brasil era a 8^a nação com mais casos de suicídios no mundo, com 6,3 casos em 100 mil habitantes, em média, 23 brasileiros tiram a própria vida por dia. Lideram este triste ranking os estados do Rio Grande do Sul seguido do Acre, Piauí e Roraima.

No país, há um suicídio a cada 45 minutos, sendo que essa situação só tem avançado, tendo ocorrido um aumento dos casos nos últimos anos.

Tamanha a relevância do assunto e, em um esforço para mudar esses números, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que a data de 10 de setembro é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

Nesse mesmo ensejo, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), em conjunto com o Conselho Federal de Medicina (CFM), criou e promove a campanha nacional Setembro Amarelo há mais de quatro anos.

Por fim, é importante relatar que desde 2011, a notificação de tentativas e óbitos é obrigatória no país em até 24h do fato.

4. O SUICÍDIO NAS FORÇAS ARMADAS NO MUNDO

Os Estados Unidos da América têm o número de militares mortos em batalha inferior ao dos ex-combatentes que tiram a própria vida.

Uma estatística do Departamento dos Assuntos dos Veteranos dos Estados Unidos mostrou que estava numa média de 22 por dia, cerca de 8000 por ano. De 2001 a 2009, a taxa de suicídios no Exército aumentou mais 150% enquanto as prescrições de drogas psiquiátricas aumentaram 76% em relação ao mesmo período.

Estas estatísticas crescentes não podem ser atribuídas só aos horrores da guerra,

pois 85% das vítimas de suicídio no exército nunca estiveram em combate. Isto demonstra que o diagnóstico de Desordem de Stress Pós-traumático não é o único responsável por esta taxa alarmante.

No Reino Unido foi constatado um crescimento no índice de suicídios entre jovens pós serviço militar, tais óbitos aumentaram 24% no último ano, esse índice cresceu em 107%, entre os anos 2013-14 e 2015-16.

Na Rússia durante o primeiro semestre deste ano 109 recrutas cometem suicídio, um aumento de 38% em relação ao ano passado, segundo o relatório divulgado pela *Human Rights Watch*.

4.1 O suicídio no Exército Brasileiro

Segundo o Ministério da Defesa (MD) quando o Programa de Valorização da Vida das Forças Armadas foi criado, diminuiu em 50% o número de suicídios entre militares.

No Exército Brasileiro, registrou-se uma média de 15 suicídios por ano desde 2010. Entre as principais situações motivadoras do suicídio, destaca-se: alcoolismo, depressão, problemas em relacionamentos amorosos e dependência química. Diagnosticar o perigo evitando futuros casos é o principal foco.

Como 17% dos brasileiros já pensaram em se matar em algum momento, a ideia é traçar estratégias de prevenção e valorização da vida através de 'quem escuta' os militares, os capelães. O problema é que a quantidade de capelães militares é pequena, comparado a demanda. Devido à grande quantidade de Organizações Militares (OM) que os capelães têm para visitar, só conseguem em média uma visita por ano em cada OM. Neste contexto que deveria ser inserido na carga horária prevista nos quarteis um tempo semanal destinado as atividades religiosas. Sabemos que o Estado é laico, porém as Organizações Militares têm o dever de fornecer auxílio religioso, por ser um estabelecimento de internato coletivo, conforme preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

5. A RELIGIÃO COMO FATOR NA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

As religiões, como norma geral, condenam enfaticamente a interrupção voluntária da vida. Tendem considerá-la como um sagrado dom de Deus do qual o ser humano não deveria se dispor voluntariamente. A grande maioria dos nossos militares informa ter alguma religião, o que torna o tema da religiosidade no combate ao suicídio ainda mais relevante.

Há vários modos de medir o nível de religiosidade de um indivíduo. Um dos mais simples, úteis e utilizados é a frequência a atividades de seu grupo religioso (Koenig, 2000). Dessa maneira as Organizações Militares (OM) deveriam colocar em sua programação um tempo reservado às atividades religiosas.

Nisbet et al. (2000) estudaram 584 suicídios e 4279 mortes naturais em norte-americanos com mais de 50 anos. Encontraram que a participação em atividades religiosas se associou a menor chance de suicídio, mesmo após controlar para interações sociais com amigos e parentes. A razão de chances ("odds ratio") para quem nunca participava de atividades religiosas foi de 4,3 em relação aos que participavam diariamente. Ou seja, não frequentar atividades religiosas esteve associado a um risco de suicídio quatro vezes maior em relação aos que frequentam diariamente. (Meleiro, 2004)

Hilton e cols. (2002) estudaram 27.738 mortes de adultos jovens no estado de Utah, nos EUA, onde os mórmons são o grupo religioso predominante. O risco de suicídio dos indivíduos não mórmons ou mórmons não praticantes era de 3 a 7 vezes maior que dos mórmons que aderiam às doutrinas e práticas da religião. Esse exemplo mostra que as atividades religiosas desenvolvidas com periodicidade em nossos quarteis poderá diminuir o risco de suicídio. (Meleiro, 2004)

Segundo Durkheim, duas dimensões integradoras da religião são as crenças e as práticas. Quanto mais numerosas e fortes forem elas, maior será a integração da pes-

soa à vida do grupo e menor será a probabilidade de suicídio. A participação do indivíduo no grupo dá à vida maior sentido, provê significado através da devoção a outros, fornece uma ideologia, distraindo a pessoa de problemas pessoais que poderiam, em outras circunstâncias, liberar tendências suicidas. (Meleiro, 2004).

Um modo pelo qual a religião pode proteger contra o suicídio é a chamada dissonância cognitiva, ou seja, o quanto as crenças religiosas são incompatíveis com ideias suicidas, gerando uma menor admissibilidade do comportamento suicida (Hoelter, 1979). A tolerância ao suicídio pode ser o mediador entre as crenças religiosas e o risco de comportamento suicida (Stack, 1991).

O que se sabe hoje é que não basta relacionar simplesmente as taxas de suicídio com a religião de uma pessoa ou a predominante em uma região. Mais importante que isso é o significado e a importância que a religião tem para a vida daquela pessoa, o que pode variar muito entre indivíduos da mesma religião. Além disso, mesmo pessoas ou grupos pouco religiosos podem sofrer forte influência das crenças religiosas das gerações anteriores. Ou seja, a cultura dos antepassados formam a base sobre a qual formamos nossas atitudes e crenças frente à morte, suicídio, padrões familiares, estilos de vida, papéis de gênero, etc. (Värnik, 1998).

Em pesquisa realizada no Turno 82 do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), foi constatado que 90,2% dos Sargentos Alunos que realizaram a pesquisa, possuem uma religião, foi verificado também que 76,8% conhece ou conheceu pessoas que tentaram tirar a própria vida, 62,2% afirmaram ainda que, já pensaram em suicídio, 90,2%creditam que a religião pode auxiliar na prevenção ao suicídio, mas, em apenas 26,8% das OM onde os Sargentos Alunos servem tem Assistência Religiosa.

Por fim, 91,5% dos Sargentos Alunos do CAS afirmaram que a Assistência Religiosa pode auxiliar no combate ao suicídio.

6. METODOLOGIA

O passo inicial para construção deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, ao definir o tema a ser trabalhado é necessário fazer uma revisão bibliográfica do assunto. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como um conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

Assim sendo, pode-se dizer que a pesquisa foi bibliográfica, pois através de fontes como livros, monografias, sites da internet, buscou-se uma imagem única do tema pesquisado para que pudesse alcançar uma sustentação mais forte acerca do assunto.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO

De início foi abordado o suicídio de forma global, num espectro geral, seus motivadores e meios de ação. Em seguida, foi trazido às vistas, as ocorrências do tema no Brasil e no Exército Brasileiro.

Ao continuar o trabalho, foram observados “atores” que contribuem para a manutenção da vida e, como fator preponderante, participar frequentemente das atividades religiosas se mostra como grande agente minimizador do ideário suicida, por diversos aspectos e por se tratar de atividade que necessita ao praticante estar em coletividade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos o tema de forma resumida e sequencial expondo os conceitos desenvolvidos por um histórico que mostra um infeliz aumento no índice, tanto nacional quanto mundial, de suicídios e atos relacionados a tal ação.

Ainda, fora exposto que tal situação ocorre em todos os seguimentos da sociedade, não fazendo distinção de raça, cor, credo, sexo, idade, etc. Assim como há métodos de prevenção e apoio, tanto de organizações governamentais e não-governamentais.

Por fim, ficou comprovado que a prática religiosa desenvolvida sistematicamente auxilia de sobremaneira na prevenção ao ato de tirar a própria vida, tendo sido com-

provada com dados estatísticos e pesquisas de opinião.

REFERÊNCIAS

Durkheim, E. *Suicide*. New York, Free Press (original 1897), 1966.

Nisbet, P. A.; Duberstein, P.R.; Conwell, Y.; Seidlitz, L. The effect of participation in religious activities on suicide versus natural death in adults 50 and older. *Journal of Nervous and Mental Disease* 188: 543-546, 2000.

Pessini, L. A Eutanásia na Visão das Grandes Religiões Mundiais. *Bioética* 7(1):83-99,

Stack, S.; Lester, D. The effect of religion on suicide ideation. *Social Psychiatry Epidemiology* 26: 168-170, 1991.

Hoelter, J.W. Religiosity, fear of death and suicide acceptability. *Suicide Life Threatening Behavior* 9: 163-172, 1979.

Bhatia, M.S. Stigma, suicide and religion. *British Journal of Psychiatry* 180: 188-189, 2002.

Hilton, S.C.; Fellingham, G.W.; Lyon, J.L. Suicide rates and religious commitment in young adult males in Utah. *American Journal of Epidemiology* 155: 413-419, 2002.

Koenig G.G.; McCullough M.E.; Larson D.B. *Handbook of religion and health*. Oxford, Oxford University Press, 2001.

Meleiro, A. M. A. S.; Teng, C. T.; Wang, Y. P. (Eds.) *Suicídio: Estudos Fundamentais*. São Paulo, Segmento Farma, 2004.

<<http://www.clinicajorgejaber.com.br/noticias/180.htm>> Acesso em 16 out. 2018.

<<http://www.who.int/gho/publications/worldhealthstatistics/2018/en/>> A-

cesso em 15 out 2018.

14. O Emprego dos Regimentos de Cavalaria Mecanizados na Operações de Garantia da Lei e da Ordem na Linha de Fronteira¹

2º Sgt Thiago de Oliveira Abcair

2º Sgt Everton Luiz Martins Beviláqua

2º Sgt Saulo Roberto Garcia Machado

2º Sgt Bruno de Souza Silveira

1. INTRODUÇÃO

As missões de Garantia da Lei e da Ordem são realizadas exclusivamente por ordem expressa do Presidente da República (Comandante supremo das Forças Armadas) e ocorrem em casos onde há o esgotamento das capacidades e possibilidades de emprego dos órgãos tradicionais de segurança pública ou em casos graves de perturbação da incolumidade social. A base legal para o emprego da Força Terrestre nas ações de GLO encontra-se no Artigo 142 da Constituição da República Federativa do BRASIL, de 05 de outubro de 1988 e complementada por outros artigos, decretos e leis. Atualmente vemos uma crescente necessidade do uso das tropas federais nos mais diversos campos de atuação dentro

do território nacional. As demandas de utilização das Forças Armadas nesse espectro são empregadas desde a pacificação de áreas onde a criminalidade tem aumentado de maneira significativa, nos grandes eventos esportivos sediados no país nos últimos anos, no controle e segurança dos imigrantes que ora se refugiam ao nosso país, na manutenção das nossas fronteiras até no controle e fiscalização da entrada de produtos ilícitos dentro do território nacional. Cabe ressaltar a importância do emprego das Forças Armadas pautados pelo princípio da legalidade e da legitimidade em todas as ações de garantia da Lei e da Ordem.

Artigo 142 da Constituição Federal:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais perma-

1. Projeto Interdisciplinar apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), como parte das exigências do CAS para a obtenção do Título de Sargento Aperfeiçoado.

Orientador: 2º Sgt Glênio Shervesnquy Cordeiro

nentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Sempre que possível, as Forças Armadas contarão, no seu emprego, com o apoio dos órgãos de segurança pública, objetivando atuar de forma conjunta e estabelecer uma firme relação, buscando a sinergia entre as instituições. Dessa forma, o Exército Brasileiro, assim como as outras Forças Armadas, tem conduzido, ao longo do tempo, ações visando reduzir os delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira e intensificar a presença do Estado nessas regiões.

Artigo 144 da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A atuação das tropas dos Regimentos de Cavalaria Mecanizado tem se tornado mais visível, possivelmente pela instalação do SISFRON. O SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras é um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão de emprego operacional, atuando de forma integrada e facilitando as ações das tropas na faixa de fronteira. Devido a sua implantação, o emprego das tropas nesta área específica, principalmente na região centro-oeste, tornou-se muito mais eficaz nos últimos anos, efetuando operações mais assertivas e menos desgastantes, o que vem trazendo ganhos enormes às tropas daquela região.

O Exército Brasileiro é estruturado para a defesa da pátria. Há de se considerar que o emprego das tropas nas ações de GLO exige uma adequação de seus efetivos, materiais específicos e adestramento. Apesar de o emprego nas ações de GLO ser genérico (podendo ser realizado por tropas de qualquer natureza) vemos que a atuação dos R C Mec traz aspectos

visivelmente positivos, devidos aos equipamentos e materiais peculiares da tropa, principalmente as viaturas blindadas.

O método realizado no estudo a seguir é de natureza aplicada e abordagem qualitativa, tendo como procedimento a pesquisa de revisão bibliográfica e tem por objetivo apresentar as diferenças entre Atribuições Subsidiárias e Operações de GLO, o emprego dos Regimentos de Cavalaria mecanizado na região de fronteira, tendo como base as características do Exército Brasileiro e da arma de Cavalaria, além das dificuldades em relação à comunicação (idioma da região).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Atribuições subsidiárias e operações de garantia da lei e da ordem.

Caracterizadas como operações de “não guerra”, pois não envolvem, em sua maioria o combate propriamente dito as operações de GLO abrangerão o emprego das FA em diferentes situações e atividades em que haja a perturbação da ordem e ameaças a integridade da população e do patrimônio. Podem ser utilizadas em ações pré-determinadas, onde são planejadas ou em caráter emergencial, para atender uma crise repentina.

Embora apresentem características semelhantes às Operações de GLO, verificamos que as ações realizadas na faixa de fronteira do território brasileiro por meio de ações preventivas e repressivas, sendo isoladas ou em cooperação com os órgãos do Poder Executivo, classificam-se como atribuições subsidiárias.



Ilustração 1: Ação coordenada em fronteira no Mato Grosso do Sul
Fonte: O Globo

Artigo 16-A da lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: I - patrulhamento; II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e III - prisões em flagrante delito.

As atribuições subsidiárias diferenciam-se das operações de GLO, pois são de atuação permanente, ou seja, não necessitam de decreto do Presidente da República nem do esgotamento dos Órgãos de segurança pública.

2.2 Emprego do regimento de cavalaria mecanizado na faixa de fronteira.

A atuação de um Regimento de Cavalaria Mecanizado abrange uma vasta área de fronteira, estendendo-se desde o Comando Militar do Sul (CMS) ao Comando Militar do Oeste (CMO) possuindo Organizações Militares de cavalaria em locais estratégicos. Seu emprego, apesar de semelhante em alguns pontos às demais tropas do Exército Brasileiro, diferencia-se pelo uso de viaturas blindadas com alto poder de choque (URUTU, GUARANI e CASCAVEL) que acabam por inibir a atuação de agentes perturbadores da ordem pública.

Outro fator de vital importância no seu emprego é o conhecimento detalhado e exato das REGRAS DE ENGAJAMENTO que serão empregadas durante determinada operação/ação. Essas regras deverão ser claras, precisas, concisas e expedidas a todos os integrantes da tropa. Toda ou qualquer dúvida deverá ser esclarecida com o escalão superior e posteriormente deve-se treinar exaustivamente.

O incessante emprego dessas tropas integram de modo significativo, outros setores do Estado cuja principal missão é a prevenção e repressão aos delitos transfronteiriços, e, sobretudo, a entrada ou saída ilegal de armas, munições e outros produtos controlados

e o tráfico de entorpecentes e contrabando.

Para uma maior eficácia nas operações, um Pelotão de Cavalaria Mecanizado, como exemplo, utiliza equipamento, armamento e munição especiais, para emprego na GLO. Esses materiais (colete balístico nível III, equipamento de proteção individual, capacete com viseira frontal, ombreira, protetor de mãos, caneleira, joelheira, cotovela, escudo de proteção balístico nível III com visor, cassetete, bastão tonfa, cassetete elétrico, máscara contra gases, balaclava, algemas descartáveis, granadas de efeito moral, de luz e som, lacrimogêneas, fuzil lançador de granadas fumígenas, espingarda calibre 12 com projétil de borracha, rádio portátil, spray de pimenta, detector de matus portátil, concertinas de 15 metros) são de grande valia para o cumprimento da missão.

Outro fator importante é que todos os militares, devem, durante seu adestramento, utilizar os equipamentos e armamentos acima referidos, a fim de habilitá-los ao uso e emprego destes além de se familiarizarem.

A tropa possui ainda equipamentos de som portáteis e de boa potência, para que as determinações e mensagens, do comandante da tropa (comandante da unidade ou negociador), sejam ouvidas pelos agentes perturbadores da ordem pública. Esse equipamento de som poderá ser instalado em uma viatura URUTU ou outra viatura em apoio à fração e a tropa deve possuir elementos especializados em fotografia e filmagem.

Uma característica das Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada é que em sua maioria são situadas em cidades pequenas no interior do estado. Em especial no Mato Grosso do Sul a cidade de Bela Vista-MS, que faz fronteira com Bella Vista Norte, tem cerca de 18 mil habitantes. Levando em consideração que em um R C Mec incorpora em média 180 recrutas, torna-se difícil a seleção dentre um número tão baixo de conscritos. Acaba que por necessidade de completamento, incorporam-se cidadãos com baixa média escolar sendo que a grande maioria não terminou sequer o ensino fundamental.

Vale salientar que mesmo com as dificuldades de pessoal as missões não deixam de ser realizadas. Para minimizar a falta de capacitação misturam-se frações experientes e com maior capacidade de resolução de conflitos, suprindo assim a inexperiência. Faz-se necessário estreitar os laços de confiança, troca de conhecimento e atenção às orientações passadas já que, muitas vezes, a segurança

de um militar mais antigo acaba sendo feita por alguém com pouco tempo em serviço.

Uma das características das missões na faixa de fronteira é seu caráter descentralizado, ou seja, muitas vezes um GC com material e pessoal especializado é capaz de cobrir sozinho uma área de revista. O conhecimento do terreno a ser explorado também é fator importante para o sucesso das missões. A modernização da aparelhagem utilizada, o auxílio dado pelo SISFRON, o emprego de viaturas específicas permitem que o tempo em campo e o desgaste da tropa sejam diminuídos, economizando também os recursos utilizados. Outro ponto que pode facilitar o transcorrer da missão de forma pacífica e natural é o preparo dos militares em comando já que, quando abordado por alguém que demonstra convicção e segurança, o cidadão tende a responder de maneira mais positiva.

Além do caráter descentralizado, a mobilidade dos postos de bloqueio facilita a ação já que áreas de alimentação e descanso acabam por ser descartadas. O planejamento permite que cada fração cumpra sua missão e retorne para a OM.

Quando se trata de uma ocupação de PBCV, com duração maior que uma jornada, normalmente o encarregado de material da SU empregada monta a estrutura destinada a refeições, descanso e latrinas, sempre observando que estas devem ser em local neutro fora da visão da população.

2.3 Operações realizadas especificamente na faixa de fronteira.

Nossa faixa de fronteira, que compreende 150 km dos limites do território, representa importante diretriz de desenvolvimento socioeconômico nacional e tem caráter estratégico para a integração da região sul-americana. As fronteiras terrestres representam mais de dois terços de toda a extensão dos limites territoriais do Brasil. As fronteiras secas somam 15.719 km e colocam o país em contato geográfico com dez das doze demais nações sul-americanas. Portanto, é de suma importância que haja um planejamento para defesa dessa extensa e tão importante área de nosso território.

O Planejamento Estratégico de Fronteiras é formado basicamente, por duas Operações: A Sentinela e a Ágata, sob coordenação direta do Vice-Presidente da República. Os Regimentos de Cavalaria Mecanizados são empregados dentro da Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas (EMCFA) que mobiliza efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para atuar, de forma episódica, em pontos estratégicos da fronteira.

Além da atuação de forma conjunta, as Forças Armadas contam ainda, dentro da Operação Ágata, com a participação de 12 (doze) Ministérios, 20 (vinte) agências governamentais e os órgãos de segurança pública nos níveis Federal, Estadual e Municipal, todos es-

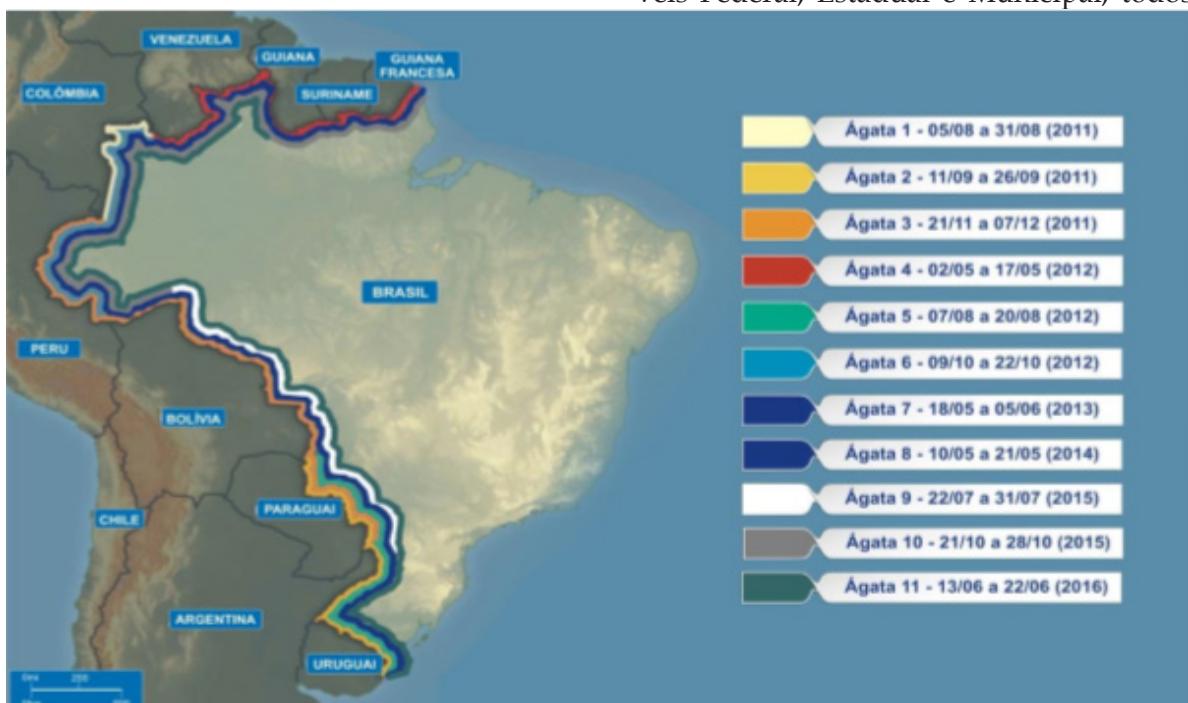


Ilustração 2: Mapa da Operação Ágata 1 a 11

Fonte: ABIN

tes, sob coordenação e orientação do EMCFA.

A Operação Ágata é parte do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), criado por decreto da presidente Dilma Rousseff em junho de 2011. Desde então, esta operação intensifica a presença do Exército Brasileiro junto à faixa de fronteira, combatendo ilícitos. Durante a operação, são realizadas missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpos ilegais. As ações abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha em inspeção nos principais rios e estradas que dão acesso ao país.

Apesar dessa vertente operacional a Operação Ágata não se resume a isso. Os Regimentos de Cavalaria Mecanizado atuam na faixa de fronteira realizando ações cívissociais, que consistem em atividades como atendimento médico, odontológico e hospitalar aos locais

onde se concentram famílias carentes. Também são realizados consertos de trechos de rodovias, manutenção e reparo em instalações públicas, dentre elas pinturas em escolas. Durante as ações cívico-sociais crianças e adolescentes participam de atividades recreativas e esportivas.

O Brasil, devido sua grande área de fronteira, possui uma difícil missão de combater crimes transfronteiriços, e com os passar dos anos viu-se a necessidade da implantação de novos recursos e investimentos para melhor vigiar nossas fronteiras. A partir de 2012, o Exército Brasileiro investiu na criação do SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), inicialmente implantado no Comando Militar do Oeste (CMO) como projeto piloto e ao final do projeto alcançará aos demais Comandos Militares de Fronteira que deverá estar totalmente implantado até 2021. Contará, nesta fase piloto, com 68 antenas de comunicação e uma infovia.



Ilustração 3: Projeto SISFRON

Fonte: Projeto

Estima-se que, nos próximos anos, serão gerados cerca de mil empregos diretos e quatro mil indiretos com a instalação do novo sistema. O SISFRON também deverá contribuir com o reaparelhamento das tropas dos Regimentos de Cavalaria Mecanizados na faixa fronteiriça, com a melhoria em infraestrutura e a aquisição de novos meios como armamento, viaturas e adestramento da tropa.

Esse projeto visa implementar um conjunto de recursos tecnológicos - como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência. Além de ampliar a capacidade de monitoramento, mobilidade e presença na faixa de fronteira, o SISFRON contribuirá para a maior integração regional, entre órgãos de governo e com países vizinhos.

O Escritório de Projetos do Exército Brasileiro publicou que:

Ocorre no período de 14 a 25 de maio de 2018, o Exercício de Validação Técnico Operacional do Projeto Piloto do Programa SISFRON, na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec).

O Exercício está sendo realizado nas imediações da cidade de Dourados/MS em um contexto operacional típico de Unidades de Cavalaria (Reconhecimento de Área).

Na oportunidade estão sendo empregados os meios do SISFRON com o propósito de explorar suas capacidades, verificar suas deficiências e/ou limitações, a fim de corrigi-las, levantar sugestões para seu aperfeiçoamento e, como objetivo principal validar o Projeto Piloto.

Além dos integrantes da 4ª Bda C Mec participam da Operação militares do Escritório de Projetos do Exército (EPEx), do Comando de Operações Terrestres (COTER) e do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica (CCOMGEx).

O Consórcio TEPRO (SAVIS) empresa integradora do Sistema está apoiando as atividades de manutenção e configuração dos equipamentos com seu corpo de especialistas.

2.4 Dificuldades de comunicação durante as operações na faixa da fronteira.

Em geral, sabemos que o Brasil faz fronteiras, onde os R C Mec atuam, com a Argentina, Paraguai e Uruguai. Deste modo, a comunicação entre a população local e a tropa se faz por meio dos idiomas Português e o Espanhol. A comunicabilidade entre a tropa e a população é essencial para o sucesso das operações, visto que além de atuar com mais presteza, a tropa pode se utilizar da interação com a população para criar um ambiente mais favorável às atividades realizadas na região.

Nesse contexto, é notória a participação do Exército Brasileiro na questão de incentivo para que os militares dos Regimentos de Cavalaria Mecanizado obtenham o interesse de aprofundar seus conhecimentos na área de idiomas. Ainda assim, grandes partes dos militares daquela região não possuem, ainda, a capacidade de se comunicar no idioma espanhol.

Em especial na faixa de fronteira com o Paraguai, além do idioma Espanhol, grande parte da população utiliza, ainda, o idioma Guarani, de origem indígena, o que dificulta, ainda mais, a comunicação entre brasileiros e paraguaios. Nesse caso específico, a tropa se utiliza de militares nativos daquela re-



Ilustração 4: Exército fecha fronteira no Mato Grosso do Sul
Fonte: Dourados Agora

gião que entendem o idioma. Esses, porém, não são suficientes para o emprego em grande escala conforme exige a Operação Ágata.

3. CONSIDERAÇÃO FINAIS

Com base nos argumentos apresentados, identificamos que os trabalhos realizados pelos Regimentos de Cavalaria Mecanizados na faixa de fronteira do território brasileiro por meio de ações preventivas e repressivas que visam o combate aos crimes transfronteiriços são Atribuições Subsidiárias e não Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Ao contrário das Op GLO que ocorrem de forma emergencial, as ações na faixa de fronteira são permanentes e ocorrem em simultâneo ou em cooperação com os Órgãos de Segurança Pública. Há, porém, de se considerar que não se exclui a possibilidade de emprego de Operações de Garantia da Lei e da Ordem nessa Região.

O emprego dos Regimentos de Cavalaria Mecanizado se mostra muito eficiente nas Atribuições Subsidiárias devido às características da arma de cavalaria somado aos equipamentos utilizados e o adestramento da tropa. É necessário, todavia, que seja intensificado o adestramento dos soldados do efetivo variável de cada Regimento, levando-se em conta a nova sistemática do Exército Brasileiro de aumentar seu efetivo variável e diminuir o quantitativo de soldados do efetivo profissional. Com o passar dos anos, as tropas deverão contar com os soldados menos experientes nas operações. Nota-se, também, um maior investimento nos mecanismos de comando e controle com a implantação do projeto-piloto SISFRON, que trouxe avanços tecnológicos e aumentou, significativamente, a operacionalidade por proporcionar ao comando das operações uma maior consciência situacional, podendo acompanhar em tempo real a atuação das tropas e ainda ter ferramentas mais úteis e precisas no planejamento das operações.

É sabido que operações bem planejadas tem maior chance de obter sucesso.

Concluímos que, acima de tudo, maior atenção deve ser dada a falta de pessoal habilitado em idiomas para operar na faixa de fronteira do território brasileiro. A dificuldade na comunicação traz, muitas vezes, complicações na atuação da tropa. Com certeza, o fato de um militar não conseguir se expressar de forma clara, além de não conseguir interpretar os anseios e demandas da população daquela região trazem reflexos negativos para a aceitação da

população nas operações e, consequentemente, dificuldade na maneira de operar, impactando diretamente no sucesso das operações.

REFERÊNCIAS

____ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 05 de OUT 88.

____ LEI COMPLEMENTAR Nº 97 de 09 JUN 99 – DISPÕE SOBRE AS NORMAS GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO, O PREPARO E O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS.

____ LEI COMPLEMENTAR Nº 136 de 25 AGO 10 – ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 97 de 09 JUN 99.

____ PORTARIA Nº 02 – EME, de 31 JAN 13 – APROVA O MANUAL DE CAMPANHA EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS (EB-20-MC-10.201).

____ PORTARIA Nº 51 – COTER, de 08 JUN 17 – APROVA O MANUAL DE CAMPANHA OPERAÇÕES (EB70-MC-10.223).

____ APOSTILA DE PROTEÇÃO INTEGRADA – EASA (MD33 GLO).

AÇÃO CONJUNTA DO EXÉRCITO E ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA CONTRA DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA BENEFICIA A POPULAÇÃO. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito//asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/acao-conjunta-do-exercito-e-orgaos-de-seguranca-publica-contra-delitos-transfronteiricos-e-ambientais-na-faixa-de-fronteira-beneficia-a-populacao/8357041>. Acesso em 12 OUT 18.

EXERCÍCIO DE VALIDAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL DO PROJETO PILOTO DO PROGRAMA SISFRON. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/962-exercicio-de-validacao-tecnico-operacional-do-projeto-piloto-do-programa-sisfron>>. Acesso em 17 OUT 18.

GARANTIA DA LEI E DA ORDEM. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>.

Acesso em: 12 OUT 18.

INTEGRANDO CAPACIDADES NA VIGILÂNCIA E NA ATUAÇÃO EM NOSSAS FRONTEIRAS. Disponível em: <<http://www.epeb.mil.br/index.php/sisfron>>. Acesso em 12 OUT 18.

18

MAIS DE 500 MILITARES PARTICIPAM DA MANOBRA QUE EXECUTOU AVALIAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DO SISFRON. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/29425/Mais-de-500-militaresparticipam-da-manobra-que-executou-avaliacao-tecnico-operacional-do-SISFRON/>>. Acesso em 14 OUT 18.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS COMEÇA A OPERAR EM NOVEMBRO. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/14110-centro-de-operacao-do-sisfron-entra-em-funcionamento-no-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em 14 OUT 18.



*PROJETOS
INTERDISCIPLINARES
DO CURSO DE
ADJUNTO DE
COMANDO/2018*



15. Emprego do Adjunto de Comando em Operações Militares¹

*S Ten Alfredo Rodrigues de Oliveira
S Ten Paulo Sérgio Steffanello
1º Sgt Giovani Santana Gonçalves
1º Sgt Maurício de Oliveira Silva
1º Sgt Rosenildo Vilela de Lima*

RESUMO

Nas operações apresentadas ao longo do artigo, a falta de preparo ou suporte logístico adequados, devido à falta de assessoramento, afetou obem-estarda tropa e sua efetividade na missão. Este projeto interdisciplinar visa apresentar ações que o Adjunto de Comando poderá realizar para assegurar as melhores condições de combate e o sucesso nas operações.

Palavras-chave: Adjunto de Comando, Operações, Saúde, Preparo, Bem-estar.

Introdução

A função de Adjunto de Comando (Adj Cmdo) é recente no Exército Brasileiro (EB). Foi estabelecida, em 2015 (BRASIL,

1. Projeto Interdisciplinar apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), como parte das exigências do C Adj Cmdo para a Habilitação ao Cargo de Adjunto de Comando.

Orientador: 2º Ten Marcio Lima

2015a), como uma forma de explorar o potencial dos Subtenentes e dos 1º Sargentos, pois permitiu a participação de praças no assessoramento ao comando e à tomada de decisão, por exemplo, sobre o bem-estar da tropa, a instrução, a saúde e a motivação das praças.

Schrage (2013) nos apresenta o truismo de que amadores falam em estratégia, enquanto profissionais estudam logística. Por mais exagerada que seja a declaração, a História nos apresenta casos de insucesso causados pelo despreparo logístico. Portanto, o sucesso das operações conduzidas pelo Exército Brasileiro também será influenciado pela atenção dispensada à logística e ao preparo.

Este artigo tem a finalidade de analisar

a importância da ação do Adj Cmdo, para assegurar o bem-estar, o desempenho e o sucesso dos militares nas operações. Com o intuito de exemplificar a ação do Adj Cmdo serão apresentadas algumas operações onde a tropa empregada não teve suporte logístico adequado, acompanhamento na preparação física e na saúde, afetando obem-estarda tropa e criando óbices para o desempenho da missão. Portanto, para garantir a permanência da tropa nas melhores condições de combate, quais ações o Adj Cmdo deverá realizar para assegurar o bem-estar e o desempenho dos militares no sucesso das operações futuras?

Logística e Preparo da Tropa

O Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007) define operação militar como “operação realizada em missão de guerra, de segurança interna, ou manobra militar, sob a responsabilidade direta de autoridade militar competente”. Estas operações podem ocorrer nas hipóteses enumeradas na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (BRASIL, 1999): defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem, na participação em operações de paz e nas atribuições subsidiárias. Um dos fatores de conexão entre essas operações é a necessidade de uma logística adequada.

Uma das importantes lições da História Militar é que a logística é fundamental para o sucesso das operações. Relata McCoy (2012) que, na sua Guerra de Independência, os Estados Unidos da América se favoreceram enormemente pela incompetência logística das forças britânicas. Quando os britânicos não conseguiram o apoio logístico para os seus planos táticos, sua derrota foi inevitável. Este fato demonstra que a estratégia decide onde agir e a logística leva as tropas até este ponto, princípio que se aplica tanto hoje quanto aos britânicos a mais de 200 anos atrás.

Consequentemente, logística e preparo da tropa são cruciais para o sucesso das operações. O preparo tem início na instrução da tropa, que é planejada e realizada

antes do emprego em operações. Dentre as diversas atividades de instrução, a preparação física se destaca pois tem o objetivo de desenvolver a aptidão física necessária para o desempenho das funções militares (BRASIL, 2015b). Vinculado ao conceito de aptidão física está o de apoio à saúde. O Manual MD42-M-04 (BRASIL, 2017), nos alerta que os eventos do campo de batalha atual são veiculados em tempo real pelas mídias e pelas redes sociais. Portanto, o apoio de saúde será determinante na ação de comando, pois influenciará a opinião pública e o moral dos combatentes. Finalmente, o moral da tropa é definido no Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007) como um princípio de guerra que define o estado de ânimo ou atitude mental que é intensificado no grupo, resultando em um efeito cumulativo sobre o seu comportamento. Portanto, a qualidade do grupo também está atrelada às reações, positivas ou negativas, à ação de comando.

Este texto busca demonstrar que o Adjunto de Comando pode ser contribuir significativamente para o sucesso das operações. Apesar de ser um cargo recente no Brasil, existem países onde o cargo já está consolidado. Nos Estados Unidos da América (OLIVEIRA, 2018c), na Argentina (DE SOUZA, 2018) e na Colômbia (SANTOS, 2018) o cargo é respeitado por sua influência na eficiência da tropa. De fato, entre outras atribuições regulamentares (BRASIL, 2016), o Adj Cmdo deve assessorar o Comandante sobre o bem-estar da tropa, a instrução, a saúde e a motivação das praças. Importante ressaltar que o sucesso não está restrito à eficácia da operação, mas também engloba sua eficiência e efetividade, portanto os elementos que afetaram a efetividade nas operações abaixo relatadas, teriam maiores chances de ser evitados pelo assessoramento oportuno do Adjunto de Comando, em razão de sua experiência, conhecimento técnico, valores militares e motivação profissional para influir no sucesso das operações militares.

Relatos

Com o intuito de exemplificar as possibilidades de ação do Adj Cmdo, a seguir serão apontadas algumas operações que ocorreram em época anterior à criação do cargo. Nessas operações, a tropa não recebeu apoio logístico, preparo físico, suporte à saúde ou apoio à família adequados, o que afetou a efetividade da tropa na missão. Após estes relatos será apresentada uma discussão onde estão exemplificadas algumas das possibilidades de atuação do Adj Cmdo.

Relato 1 (bem-estar da tropa): Oliveira (2018a), relata que em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ECO-92, o 1º Batalhão de Guardas(1º BG) recebeu a missão de proteger a saída do túnel Dois Irmãos, na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro/RJ.

Por ser uma via de acesso estratégica, o 1º BG destacou o 2º Pelotão da 2ª Cia Fuz Gda para patrulhar a via por um período de 24hs. Contudo, a fração permaneceu acampada, em um terreno baldio, durante as duas semanas que antecederam o início da Conferência, sem ter se preparado para a extensão do período de emprego.

Além disso, um dos gargalos logísticos daquela operação foi a falta de um Ponto de Banho (P Ban). Como solução, o Comandante do Pelotão (Cmt Pel) solicitava diariamente aos condomínios, clubes e comércios do local que permitissem a utilização das suas instalações sanitárias, mas muitas vezes não era possível contar com o apoio. Em consequência, os militares permaneceram vários dias, no calor do verão carioca, sem acesso à higiene corporal, diminuindo sensivelmente o bem-estar da tropa.

Relato 2 (saúde): Gonçalves (2018), relata que durante a missão de Paz no Haiti, o pai de um Soldado tornou-se usuário de drogas, promovendo uma série de confusões no Brasil. Tentou vender a casa do militar e usou de violência contra a sua esposa. Es-

ses fatos acabaram chegando aos ouvidos do militar durante a missão. Por conta disso o Soldado teve problemas psicológicos durante sua permanência naquele país e inclusive solicitou sua repatriação.

Relato 3 (apoio à família): Vilela(2018), relata que no ano de 2015, durante a missão de Paz no Haiti, os militares indicaram um padrinho para atender seus interesses no Brasil enquanto estavam no exterior. Um desses militares tinha esposa e duas filhas pequenas. Durante a missão, uma das filhas teve problemas de saúde e a esposa teve que levá-la ao hospital, porém não recebeu apoio do padrinho indicado pela Organização Militar (OM), sendo obrigada a recorrer a vizinhos para ajudá-la. Como consequência, o militar perdeu o foco na missão enquanto sua filha permaneceu no hospital, usando a maior parte de seu tempo para se comunicar com sua esposa. Consequentemente, seu desempenho ficou prejudicado.

Relato 4 (apoio logístico): Oliveira (2018b), relata que, por volta de novembro de 1994, na Operação Rio 1, a Companhia Imperial do 1º Batalhão de Guardas (1º BG) recebeu a missão de realizar o cerco do Morro do Telégrafo, para apoiar a missão de neutralizar o crime organizado naquela comunidade. Por volta de três horas da manhã, a companhia subiu a encosta do morro até a linha de casas da favela. Pouco antes do amanhecer, a temperatura caiu drasticamente e começou a chover torrencialmente. A chuva se prolongou até duas horas da tarde, e começaram a ocorrer baias por hipotermia.

Também, por volta de quatorze horas, começaram as primeiras substituições em posição para o almoço. A demora ocorreu devido à dificuldade de acesso ao local. Apenas nesse momento, a tropa recebeu o poncho para se proteger da chuva.

Como o rancho demorou a chegar ao local da operação algumas marmitas se tornaram inadequadas para o consumo e aconteceram casos de intoxicação alimen-

tar. Assim, a missão se prolongou por mais de vinte e quatro horas e ocorreram várias baixas que diminuíram o efetivo disponível para mobiliar as posições.

Relato 5 (preparação física): Da Luz (2018), relata que em 2016, durante a Operação de Garantia da Votação e Apuração (GVA) no município de Pilar/ AL, a tropa permaneceu cerca de doze horas no posto de guarda no local próximo às urnas, sem o revezamento ou a troca de postos, usando armamento, equipamento e capacete.

Além desse problema, falta de reconhecimento e planejamento provocou um enorme atraso na entrega da alimentação. A tropa somente começou a ser substituída para o almoço, a partir das dezesseis horas. Consequentemente, a permanência de pé com o peso do equipamento combinada com a falta de alimentação, expõe a tropa desnecessariamente ao risco de lesões de coluna e síncope vaso vagal(desmaio).

A preparação física adequada irá contribuir para o fortalecimento da musculatura e evitará problemas na região lombar. Se o treinamento respeitar a individualidade biológica, irá reforçara musculatura e proteger as articulações para que estas suportem a carga de trabalho.

Discussão

O Adj Cmdo deverá ter atenção com diversas atividades durante a preparação para as operações militares. Um dos momentos cruciais é o do reconhecimento da área onde a tropa irá atuar. Apesar de não ter ação direta nas atividades da tropa, poderá participar do reconhecimento da operação juntamente com os membros do Estado-Maior (EM) ou sugerir que um graduado da fração envolvida participe. Assim, verificará as condições das instalações quanto a alojamento, alimentação e condições de higiene, e com essas informações assessorarão o Chefe da 4^a Seção no planejamento logístico da operação.

De forma idêntica, ao participar do planejamento com o Estado-Maior, usará de sua experiência para minimizar os problemas descritos anteriormente. Ao assessorar

o Chefe da 3^a Seção, verificará a forma de emprego da tropa e poderá assessorar o Oficial de Treinamento Físico Militar a planejar uma preparação física mais adequada para a fração envolvida. Ao assessorar o Chefe da 1^a Seção, verificará se o efetivo empregado comportará o rodízio nas funções, o apoio de saúde, o apoio psicológico e de capelania, principalmente nas operações de longa duração.

A proximidade com as demais praças da OM lhe permitirá colher relatos e conferir relatórios de missões anteriores para verificar pontos fortes e oportunidades de melhoria. Dentre as questões sensíveis, poderá assessorar o Chefe da Seção de Relações Públicas ou o Comandante do Destacamento de Retaguarda (Dst Rtg)no desenvolvimento de ferramentas de apoio à família do militar, principalmente nas missões de longo prazo com o afastamento geográfico de sua residência. Nessas operações o acesso à internet, ao telefone e outros meios de comunicação são cruciais para a tranquilidade dos militares empregados. Assim como, a designação de padrinhos confiáveis que se imbuam da missão,para levantar as principais necessidades das famílias enquanto durar o afastamento da tropa.

Durante as operações, o local em que o Adj Cmdo ficará será aquele que o Comandante determinar, seja no esforço principal ou na retaguarda. Contudo para poder assessorar o EM é importante que conheça profundamente o Teatro de Operações. Pois, só assim terá condições de levantar prováveis necessidades da tropa durante a operação, sejam gargalos logísticos, falhas no preparo, falhas no apoio à saúde ou, conversando com as praças do Dst Rtg, constatará se as ferramentas de apoio à família estão sendo efetivas.

Nesse sentido é essencial que esteja sempre em contato com as Praças, sejam soldados ou graduados. Este diálogo franco lhe permitirá verificar o moral da tropa e a motivação para o cumprimento da missão. Poderá, se a situação permitir, aplicar pesquisas para verificar esses dois atributos e, com os resultados em mãos, apresentar da-

dos estatísticos ao Comando. Desta forma, apontará as dificuldades encontradas pela tropa e assessorará o EM sobre a melhor forma de saná-las de maneira racional.

Após as operações, no retorno e na desmobilização, o Adj Cmdo terá um papel importante na recepção dos militares desdobrados na operação. Um ponto importante, e frequentemente negligenciado, é o apoio à saúde mental dos militares desmobilizados, ocasião em que será importante assessorar o Chefe da Formação Sanitária, bem como buscar o envolvimento dos demais militares de saúde da OM.

Concomitantemente, poderá assessorar o Comandante e o Chefe da 1^a Seção na concessão de dispensas como recompensa, referências elogiosas e até mesmo elogios em caso de reconhecida ação meritória. O retorno da tropa desdobrada é ocasião de apresentar palestras aos demais militares da OM, onde serão abordadas as diversas atividades realizadas, aspectos positivos e oportunidade de melhoria, melhores práticas, limitadores da missão, como uma forma de desenvolver a liderança dos graduados e ampliar a motivação da tropa. Se possível, o Adj Cmdo poderá assessorar o EM a aplicar uma pesquisa de opinião a fim de levantar dados sobre a moral da tropa, particularmente quanto à recepção dos militares que retornaram da operação. E, com base nessas informações, poderá assessorar o Chefe da 3^a Seção a confeccionar um relatório para registrar as lições aprendidas.

Conclusão

Nas operações apresentadas, a falta de preparo ou de suporte logístico criaram óbices para a efetividade da tropa. Ao longo do texto foram apresentados problemas de solução simples como a falta de um ponto de banho(P Ban), a falta de atuação do Destacamento de Retaguarda (Dst Rtg) e a falta de preparo físico específico, e problemas complexos, como a falta de apoio à saúde mental durante a operação e gargalos na logística de material e no suprimento de alimentação, fatores que afetaram a

efetividade da tropas operações.

Porém, ficou demonstrado que existem maiores chances de eles serem evitados ou minorados pelo assessoramento oportuno do Adjunto de Comando, em razão de sua experiência, conhecimento técnico, valores militares e motivação profissional para o sucesso das operações. Nesse sentido, foram propostas ações que o Adjunto de Comando poderá executar em cada fase, de qualquer operação e no escalão em que estiver enquadrado, para evitar os problemas descritos. Entretanto, as soluções propostas não são exaustivas, buscam apenas servir como um guia para os que começam a desempenhar essa função. Pois, entre as diversas atribuições do Adjunto de Comando, está o assessoramento sobre a moral e o bem-estar da tropa, a instrução, a saúde e a motivação das praças. Assim, com uma atitude proativa e atenção aos problemas enfrentados pela tropa, este militar pode contribuir para o sucesso nas operações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Instrução Normativa Nº 2/EMCFA, de 10 de agosto de 2017. Aprova o Manual Apoio de Saúde em Operações Conjuntas (EB-MD42-M-04). Brasília, 2017.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria Nº 143-EME, de 10 de maio de 2016. Inclui dispositivos no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 816, de 19 de dezembro de 2003. Brasília, 2016.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria Nº 103-EME, de 22 de maio de 2015. Aprova a Diretriz de Implantação, em caráter experimental, do Projeto de Criação do Cargo de Adjunto de Comando e dá outras providências (EB20-D-01.019). Brasília, 2015a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria Nº 354-EME, de 28

de dezembro de 2015. Aprova o Manual de Campanha Treinamento Físico Militar (EB20-MC-10.350). Brasília, 2015b.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº196/EMD/MD, 22 de fevereiro de 2007. Aprova o Glossário das Forças Armadas(MD35-G-01). Brasília, 2007.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 junho 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em:

DA LUZ, Denison Batista Cipriano. Operação de Garantia da Votação e Apuração em Pilar/AL: depoimento. Recife, setembro 2018. Entrevista realizada por Paulo Sérgio Steffanello. Entrevista concedida ao Projeto Interdisciplinar do Curso de Adjunto de Comando nº 05 -02/2018.

DE SOUZA, Elias Aguiar. Relevância do Suboficial Mayor na Argentina: depoimento. Cruz Alta, set. 2018. Entrevista realizada por Alfredo Rodrigues de Oliveira. Entrevista concedida ao Projeto Interdisciplinar do Curso de Adjunto de Comando nº 05 -02/2018.

GONÇALVES, Giovani Santana. MINTUSTAH: depoimento. Santa Cruz do Sul, set. 2018. Entrevista concedida ao Projeto Interdisciplinar do Curso de Adjunto de Comando nº 05 -02/2018.9

16. A Saúde Operacional no Processo de Transformação do Exército¹

S Ten Anderson de Aguiar Carvalho

S Ten Antonio dos Santos Neto

S Ten Fernando Ferreira Sampaio

S Ten Ivair Aurélio Paulino

S Ten Paulo Roberto Mendes Quinelato

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a necessidade de reestruturação do Sistema de Saúde Operacional da Força Terrestre, haja vista sua defasagem doutrinária e baixa capacidade operativa. A atualização da doutrina do Sistema, tomando por base os modernos conceitos de Urgência e Emergência da Medicina, atrelada ao alinhamento das experiências e tecnologias adotadas por outras Forças Armadas, proporcionará à Força Terrestre um redirecionamento da função precípua da Saúde Operacional que é assistir os feridos em combate. Esse viés operativo da Saúde coaduna-se com o processo de transformação por que passa o Exército Brasileiro, estando, no nível estratégico, alinhado

aos Objetivos Estratégicos do Exército. A metodologia empregada é da pesquisa bibliográfica, histórica e dedutiva: consulta a livros, artigos, dissertações, sejam impressos ou disponíveis em meio eletrônico, associada a pesquisa de campo.

Palavras-chave: Exército. Saúde. Operacional. Doutrina. Defasagem.

Introdução

Com o advento de novas e sofisticadas tecnologias, somadas à adoção de estruturas organizacionais mais leves e flexíveis, além da criação de unidades altamente especializadas e centros de excelência nos conflitos modernos, exige-se da Força Terrestre esforços continuados no sentido de

1. Projeto Interdisciplinar apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), como parte das exigências do C Adj Cmdo para a Habilitação ao Cargo de Adjunto de Comando.

Orientador: 1º Ten Edivan Oliveira Souza

elaborar novos conceitos adequados à atual conjuntura mundial. No entanto, constata-se que a doutrina e a capacidade operativa do Serviço de Saúde não sofreram alterações significativas desde o segundo grande conflito mundial (CLAUSI, 2011). Assim sendo, nos cabe questionar como o Sistema de Saúde Operacional corrigirá os problemas decorrentes da defasagem doutrinária e da capacidade operativa.

A resposta encontra-se na atualização doutrinária e no desenvolvimento da capacidade operativa do Serviço de Saúde, cuja finalidade destina-se a tratar os feridos e garantir a preservação da saúde e da vida de militares em combate. Nesse sentido, crescem de importância o estudo e a pesquisa, visando atualizar os procedimentos de organização, preparo e emprego do Serviço de Saúde nas operações militares, compatibilizando-a com a evolução tecnológica dos tempos atuais, adequando-a, porém, com as possibilidades e recursos da Força Terrestre. Em razão disso, várias ações de curto, médio e longo prazo vêm sendo implementadas com vistas às soluções da problemática apresentada neste trabalho.

Um breve Histórico do Serviço de Saúde Buscando melhor compreender as bases do assunto abordado neste artigo, bem como conhecer sua evolução na história, foi utilizada como metodologia a pesquisa de campo, associada à pesquisa bibliográfica, histórica e dedutiva: consulta a livros, artigos e dissertações, sejam impressos ou disponíveis em meio eletrônico.

O Serviço de Saúde do Exército tem seu marco com a chegada da família Real Portuguesa ao Brasil em 1808 quando o Príncipe Regente assinou o Decreto Regencial de 9 de fevereiro de 1808, pelo qual organizou o Serviço de Saúde do Exército e da Armada Real, denominado “Serviços dos Cirurgiões e Físicos”, criando também a Repartição do Cirurgião-Mor, embrião da Diretoria de Saúde do Exército (REVISTA VERDE-OLIVA, 2012).

Naquele período, grandes avanços foram realizados para a estruturação do Ser-

viço de Saúde da Força Terrestre, que permitiram o desenvolvimento das Ciências da Saúde nas terras brasileiras e a criação da “Botica Real Militar”, atual Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, e a fundação da “Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica” do Hospital Real Militar da Corte, hoje, Hospital Central do Exército (REVISTA VERDE-OLIVA, 2012).

No período da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o Corpo de Saúde era teoricamente bem organizado, porém os meios materiais eram precários, da mesma forma como acontecia com a tropa combatente, reflexo do descaso com a defesa nacional (REVISTA VERDE-OLIVA, 2012).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Serviço de Saúde Brasileiro também atuou, enviando à França uma Missão Médica Militar Especial, composta por 146 (cento e quarenta e seis) oficiais de Saúde, incluindo médicos e farmacêuticos.

Coube a esses oficiais o socorro dos feridos nas frentes de batalha e no Hospital Brasileiro, na cidade de Paris, contando com 260 (duzentos e sessenta) leitos. (REVISTA VERDE-OLIVA, 2012).

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro operou no território italiano junto aos hospitais norte-americanos. Essa missão contou com a atuação das Oficiais Enfermeiras, que, pela primeira vez, integraram o Corpo de Saúde do Exército. (REVISTA VERDE-OLIVA, 2012).

Após aquele grande conflito, o Serviço de Saúde se concentrou essencialmente no aspecto assistencial aos militares e seus dependentes. A partir da década de 90 passou a apoiar os contingentes brasileiros em missões de paz, sob a égide doutrinária da Organização das Nações Unidas (ONU), como as missões em Angola, no Timor Leste e no Haiti, sendo esta última a mais expressiva no tocante aos aspectos operacional e tático, sinalizando para uma mudança de conjuntura e consequentes reflexões sobre novas necessidades. Contudo, somente no ano de 2010 foi criada uma seção, na Diretoria de Saúde, destinada às

tratativas específicas sobre o assunto, sendo esta elevada à categoria de Subdiretoria no início do ano de 2013. A Subdiretoria de Saúde Operacional foi gerida por 8 (oito) diferentes subdiretores até a data da conclusão deste artigo. Alterações importantes em tão curto espaço de tempo podem implicar em solução de continuidade dos projetos implementados em busca da eficiência da saúde operacional do Exército (VCh DGP, 2017).

Conjuntura atual

Na atualidade, o Brasil não está inserido em conflitos armados externos que afetem diretamente o território nacional. Há que destacar os conflitos urbanos, que têm colocado à prova a estrutura de segurança pública. Por ser possuidor de um grande potencial econômico não se pode afirmar que o país esteja livre de disputas e antagonismos quando se busca garantir o desenvolvimento da nação. No que se refere à atuação do Estado na comunidade internacional, têm-se o respeito às normas constitucionais de autodeterminação, não-intervenção e igualdade entre os povos.

Nesse diapasão, por atuar sob a luz de organismos multilaterais, ao Brasil foi possibilitada, por intermédio da ONU, a participação das Forças Armadas Brasileiras, e em especial, o Exército Brasileiro, em operações de paz (REVISTA VERDE-OLIVA, 2012).

Contudo, a atuação da Força Terrestre nos dias atuais também se mostra muito efetiva na garantia da lei e da ordem, em ações subsidiárias e, mais recentemente, no enfrentamento ao crime organizado na cidade do Rio de Janeiro, em cumprimento ao Decreto de Intervenção Federal, a um custo de cinco militares mortos em ação até o momento, sendo que, alguns dentre eles possivelmente teriam sido preservados na hipótese de um rápido e efetivo Atendimento Pré-Hospitalar tático (APHT). Isso pode se comprovar na ótica dos estudos feitos pelo Coronel Brian J. Eastridge, cirurgião

geral e consultor de trauma do Exército

dos EUA, que demonstrou que 87% das mortes durante a “Operação Liberdade Iraquiana” e “Liberdade Duradoura”, ambas no oriente, foram casos pré-hospitalares. Destes óbitos pré-hospitalares, 24% foram de caráter potencialmente evitáveis, causados por hemorragias nas extremidades, obstruções de vias aéreas, sangramentos juncionais, sangramentos tronculares ou pneumotórax hipertensivos (US ARMY, 2018). Estes dados indicam que, para o bom cumprimento dessas inúmeras missões há que se atualizar procedimentos operacionais de saúde dando ênfase à capacidade de rápida resposta por parte do Exército quando necessário o seu emprego.

O Sistema de Saúde Operacional no alinhamento estratégico do Exército

O Plano Estratégico do Exército 2016/2019 (BRASIL, 2010), prevê as ações para implantação do Sistema de Saúde Operativa (Ação Estratégica 8.1.3), por esta razão o Estado-Maior do Exército (EME) organizou um Grupo de Trabalho - GT (BRASIL, 2018) a fim de traçar um diagnóstico mais preciso da situação do Sistema de Saúde Operacional e propor medidas para sua otimização.

A partir deste diagnóstico, verificou-se a sua defasagem doutrinária e de capacidade operativa. Em razão disto, medidas de curto, médio e longo prazo estão em curso com o objetivo de adequar a Saúde Operacional à realidade atual. Como primeira providência, foi conferida nova estrutura organizacional à Subdiretoria de

Saúde Operacional, da Diretoria de Saúde, no intuito de centralizar as ações em busca do desenvolvimento de novas capacidades, em alinhamento com o Projeto Estratégico do Exército a partir de 7(sete) fatores, que são: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura - formando o acrônimo DOAMEPI (EB10-N-01.004, 2017).

Tem-se, portanto, que o impacto da reestruturação visa tornar efetiva a preparação e o pronto emprego do apoio de Saúde Operacional (Sau Op) aos militares nos

cenários de conflitos. No entanto, a atual doutrina do Serviço de Saúde do Exército, consta do Manual de Campanha C 8-1 (BRASIL, 1980), que não contempla o seu emprego nas ações de guerra assimétrica e multidimensional, acentuando a necessidade da criação de novas diretrizes em todos os níveis.

A otimização do Sist Sau Op será percebida quando forem incorporados novos conceitos em nossa doutrina, bem como, quando a Força conseguir alinhar-se às experiências e tecnologias adotadas por outros países, tudo visando a potencialização da preservação de vidas dos militares brasileiros nos variados Teatros de Operações (TO).

Ações implementadas

Com o objetivo de implementar ações que sejam capazes de corrigir os problemas decorrentes da defasagem doutrinária e de capacidade operativa do Sist Sau Op da Força, o EME instituiu um GT (BRASIL, 2018) com a finalidade de traçar um diagnóstico mais preciso da situação do Sist Sau Op do Exército e propor medidas para sua otimização. Uma importante atividade desenvolvida pelo GT foi a realização do 1º Simpósio de Saúde Operacional, que ocorreu no período de 24 a 27 de abril de 2018, coordenado pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), que permitiu nivelar conhecimentos sobre o assunto através da integração de todos os órgãos envolvidos, utilizando-se dos trabalhos científicos produzidos até o momento. Assim, foi possível elaborar propostas de medidas de curto, médio e longo prazo, com vistas à modernização doutrinária e a consequente melhoria da capacidade operativa e de gestão do Sistema.

Como medida de curto prazo, foi conferida nova estrutura organizacional à Subdiretoria de Saúde Operacional (Sdir Sau Op). Foi, ainda, estabelecida a concepção do Quadro de Organização do Batalhão de Saúde (B Sau) e também iniciados os procedimentos para aquisição de material Classe VIII de emprego militar, nacionais e impor-

tados (3^a SCh EME, 2018). Paralelamente, por meio das Portarias nº 18, 19, 20, 21, 22 e 23 do EME, de 02 de fevereiro de 2018, foi criado e regulado o funcionamento do 1º Curso de Saúde Operacional (CSOp/1), na Escola de Sargentos de Logística (EsS-Log), tendo como objetivo principal a capacitação dos militares da área de Saúde para atuarem em operações militares no Brasil e no exterior, com foco em APHT, aplicando técnicas especiais para acessar e transportar feridos em operações militares e progressão no terreno (BRASIL, 2014).

Outras medidas que forem desencadeadas exigirão esforços continuados, planejamento e, em alguns casos, a aplicação significativa de recursos para seus efeitos a médio e longo prazo. A médio prazo, vislumbram-se a estruturação do B Sau com a alocação de militares designados para as respectivas funções, buscando desfazer a dependência de mobilização militar para o seu efetivo emprego; a realização de intercâmbio doutrinário com países que estejam participando ativamente de beligerâncias no século XXI, como o Canadá, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Portugal, entre outros; a participação ativa nas intercorrências médicas das missões de paz, através do Grupo de Acompanhamento e Apoio às Missões de Paz no âmbito do Exército Brasileiro (GAAPAZ); e ainda a atualização doutrinária, com a elaboração de manuais para aplicação em todos os níveis. A longo prazo, além da continuidade dessas medidas estruturantes, iniciadas nos anos de 2018 e 2019, pretende-se culminar as ações planejadas com o voluntariado, junto à ONU, para envio do B Sau a uma missão de paz, passando, antes disso, pela sua transformação em Organização Militar (OM) de Pronto-Emprego Operacional e experimentação doutrinária, além da criação do Centro de Saúde Operacional do Exército Brasileiro.

Conclusão

A conjuntura mudou. Estamos em plena era da informação, inseridos em um mundo globalizado e tenso em muitos aspectos.

Atuamos em várias frentes. O Brasil não é mais uma nação tão pacífica, estamos em guerra, em certo sentido. Temos tido baixas em operações e, pelas indicações, esse quadro deve ser intensificado.

Constatado esse atraso doutrinário e de capacidade operativa, resta encontrar a resposta sobre como o Sistema de Saúde Operacional corrigirá tais problemas.

É preciso que o Exército Brasileiro modernize sua estrutura de Saúde Operacional em todos os aspectos. Urge a necessidade de se promover uma reforma doutrinária, melhorar seus processos, treinar seus quadros e tornar mais eficaz a gestão do seu Sistema de Saúde Operacional. É preciso ainda, considerar o uso de estruturas materiais arrojadas, modulares, modernas e flexíveis. O Exército Brasileiro deve assegurar aos que avançam nos enfrentamentos, a certeza de que há um suporte de saúde confiável e que possa lhes garantir o cuidado e a vida, quando acionados.

Várias medidas vêm sendo implementadas na intenção de se resolver os problemas apresentados neste artigo, contudo, partindo do princípio que o bem mais precioso que a Força Terrestre possui são os seus recursos humanos, não se deve dar ao luxo de adotar uma postura apenas reativa, tão menos se permitir solução de continuidade do atual processo de otimização do Sistema de Saúde Operacional.

Agindo assim, será possível se obter como maior recompensa, a preservação de muitas vidas e a diminuição dos danos provenientes de um eventual conflito armado.

Uma vida salva não tem preço!

REFERÊNCIAS

A Saúde de nossa Força. Revista Verde-Oliva. nº 214, Brasília: 1º trimestre de 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 266-DGP, de 25 de novembro de 2014. Aprova o Protocolo Assistencial em Atendimento Pré-Hospitalar (APH) no Âmbito do Exército (EB-

30-N-20.002). Brasília: Departamento-Geral de Pessoal.

_____. Portaria nº 196-EME, de 23 de dezembro de 2010. Aprova a Diretriz para a Implementação do Atendimento Pré-Hospitalar nas Atividades de Risco no Exército Brasileiro. Brasília: Estado-Maior do Exército.

_____. Portaria nº 072-EME, de 6 de abril de 2015. Aprova a Diretriz para o Atendimento Pré-Hospitalar nas Atividades de Risco no Exército Brasileiro e revoga a Portaria nº 149-EME, de 31 de julho de 2013. Brasília: Estado-Maior do Exército.

_____. Portaria nº 009-EME, de 29 de janeiro de 2018. Constitui o Grupo de Trabalho de Saúde Operacional. Brasília: Estado-Maior do Exército.

_____. Portaria nº 1.042-Cmt Ex, de 18 de agosto de 2017. Aprova o Plano Estratégico do Exército 2016-2019/ 3ª edição. Brasília: Comandante do Exército.

_____. Portaria nº 054-Cmt Ex, de 30 de janeiro de 2017. Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (EB10-N-01.004), 1ª Edição, 2017 e dá outras providências.

_____. Diagnóstico do Grupo de Trabalho Operacional, de 28 de agosto de 2018. Brasília: 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército.

_____. Portaria nº 029-EME, de 14 de abril de 1980. Aprova o Manual de Campanha C8-1 – Serviço de Saúde em Campanha. 2ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército.

_____. Memória para Decisão nº 1, de 21 de fevereiro de 2017. Brasília: Vice-Chefe do Departamento-Geral de

Pessoal.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 66/MD, de 14 de novembro de 2016. Aprova as Diretrizes de Saúde do Ministério da Defesa. Brasília: Gabinete do Ministro.

_____. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-dedefesa>. Acessado em: 23 Set. 2018.

CLAUSI, C. M. Atualização do Serviço de Saúde em Campanha do Exército Brasileiro. 2011. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

Saúde Operacional. In: 2º SIMPÓSIO DE SAÚDE OPERACIONAL. Brasília: Departamento-Geral de Pessoal, 25 e 26 set. 2018.

US Army. Tactical Combat Casualty Care Handbook, version 5. Disponível em <<https://www.911tacmed.com/ready-room-blog/tactical-combat-casualty-care-tcchandbook-v5>> Acessado em 23 set 2018.

1º Curso de Saúde Operacional capacita militares para a atuação em operações no Brasil e no exterior. Defesanet. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/28975/1-Curso-de-Saude-Operacional-capacita-militares-para-aatuacao-em-operacoes-no-Brasil-e-no-exterior--/>> Acessado em: 23 set. 2018.

17. A Influência da Missão Militar Francesa na Formação do Sargento¹

*S Ten Antônio Carlos Silva Rosa
S Ten Fransérgio da Costa Vaz
1º Sgt Cláudio José de Oliveira
1º Sgt João Carlos Ribeiro
1º Sgt Maxwell Monteiro Faria*

RESUMO

Este estudo tem por objetivo verificar as mudanças que foram implementadas no Exército Brasileiro, em especial na formação do sargento, a partir do início da Missão Militar Francesa (MMF) na primeira metade do Século XX. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória bibliográfica (levantamento e revisão) pela temática, além de explorar sites institucionais analisando as condições de pessoal, estrutura e doutrina que grassavam no Exército Brasileiro após a Guerra da Tríplice Aliança. Foram abordadas a situação em que se encontrava o Exército na época, os motivos que levaram a contratação de uma missão, o porquê de ser a França a escolhida, os objetivos franceses com a missão, os avanços

ocorridos e a influência da MMF na formação do sargento. O desfecho aponta que a reorganização do Exército e o estabelecimento de um padrão elevado de treinamento com base na assessoria estrangeira foram o maior legado deixado pela Missão Militar Francesa de Instrução para a Força Terrestre do Brasil.

Palavras-Chave: Exército. Missão. França. Sargento. Formação.

Considerações iniciais

Todo exército é formado para guerra e, se prepara porque não descarta sua hipótese. No caso do Brasil, a decadência militar iniciada após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, da qual o Brasil saiu vitorioso, tem

1. Projeto Interdisciplinar apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), como parte das exigências do C Adj Cmdo para a Habilitação ao Cargo de Adjunto de Comando.

Orientador: Paulo Leonardo Alvares Gonçalves

seu ponto culminante no início do século XX. Eram visíveis as deficiências na alta administração, carência de recursos, baixos soldos, ausência de material bélico moderno, carência de profissionalização, péssimas condições de infraestrutura e falta de escolas militares. Esses fatores impuseram ao Exército uma capacidade operacional abaixo das condições mínimas necessárias para fazer frente a uma hipótese de agressão externa (BELLINTANI, 2009).

A tendência à modernização e profissionalização das Forças Armadas surgiu entre o final do século XIX e início do século XX. As iniciativas foram proteladas durante muito tempo, pois havia necessidade de transformar as bases da instituição.

Esse fato foi reforçado com a Primeira Guerra Mundial, que trouxe à tona mais uma prova da indispensabilidade de desenvolver a arte da guerra e sua doutrina, devido ao vínculo com a segurança da nação (ARAÚJO, 2015).

No sentido de reformar o ensino castrense brasileiro, a missão militar gaulesa foi contratada. A opção pela França foi devido aos fatores políticos e conjunturais externos, destacando: a presença do influente senador paraibano Epitácio Pessoa na Conferência de Paz de Paris; a presença na capital Francesa desde 1917 de uma missão de compra de material bélico; a presença de oficiais do Exército Brasileiro que combateram nas fileiras do Exército francês; o fato de existir no Brasil, desde 1905, uma missão militar daquele País Europeu, para treinar a Força Pública Estadual; e o fato, mais contundente, de ter o Brasil declarado guerra à Alemanha (ARAÚJO, 2015).

A contratação da MMF foi revestida de muita discussão envolvendo a Presidência da República (Epitácio Pessoa), o Ministro da Guerra (João Pandiá Calógeras) e o Parlamento: “O debate em torno de criar-se no Brasil uma missão militar, composta por estrangeiros, foi intenso nos anos de 1917 e 1918” (BASTOS FILHO, 1994).

A finalidade da Missão Militar Francesa (MMF) era reorganizar a doutrina do Exército Brasileiro (EB), elaborar novos re-

gulamentos e aperfeiçoar o ensino e a instrução. Sua ação resultou na reformulação das atribuições do Estado-Maior do Exército, tornando-o mais efetivo, centralizador e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição (ARAÚJO, 2015).

Com a chegada dos primeiros consultores técnicos franceses, instaurou-se o ensino militar de aperfeiçoamento, por intermédio da criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO). Além do supracitado, especificamente, a formação e especialização do Sargento foi favorecida pela criação da Escola de Aviação, Escola de Cavalaria, Escola de Instrução de Transmissões, Serviço de Saúde, Escola de Intendência e Escola de Veterinária.

A partir de 1920, por intermédio da atuação da MMF, o EB passou por um período de exímia transformação. Esse processo evolutivo gerou francas características que, em sua maioria perduram até os dias atuais, tornando-se um marco na história da nossa Força Terrestre (BASTOS FILHO, 1994).

Apesar de diversos autores apontarem para influência na MMF no EB de maneira generalizada, especificamente, ainda existe o questionamento de quais foram as colaborações e influências dos avanços trazidos por ela na formação dos Sargentos. Dessa forma, o objetivo deste estudo é verificar quais foram as mudanças implementadas no Exército Brasileiro, em especial na formação do sargento, a partir do início da Missão Militar Francesa na primeira metade do Século XX.

No escopo de responder o problema supracitado, foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica (levantamento e revisão) pela temática, além de explorar sites institucionais analisando as condições de pessoal, estrutura e doutrina que gravavam no Exército Brasileiro após a Guerra da Tríplice Aliança.

A situação da Força Terrestre no início do século XX

Em 1919, o efetivo da Força perfazia um

total de 42.850 homens. Os aquartelamentos eram precários, não sendo possível, na maioria dos casos, acomodar os efetivos e materiais de instrução. Além disso, por vezes, chegava-se ao ponto de não receberem suas praças por falta de alojamento (MALAN, 1988).

O material bélico era de origem germânica, como o fuzil Mauser e, americana, como a equipagem de pontões desmontáveis. Faltavam armas, munição de guerra, fardamento, equipamento, recursos de transporte e comunicações. No que tange à instrução, não existia unidade nem continuidade. Os oficiais e graduados não tinham treinamento e nem conhecimentos de guerra, além de estarem desprestigiados e com o moral diminuído junto à sociedade (MALAN, 1988).

Nesse período, os militares nada mais são do que uma massa desordenada fardada, não podendo fazer frente às brigadas estaduais, que, bem equipadas e instruídas, garantem a segurança local e asseguram a ordem

coronelística da República Velha (BELLINTANI, 2009).

Em suas observações iniciais, os franceses elaboraram um plano para a reorganização do Exército com base em um efetivo de 74.534 homens em tempo de paz. Embora a aprovação do plano saísse no fim de 1922, ele nunca foi posto em prática porque o Congresso não autorizou verba suficiente para manter um efetivo desse vulto e ao longo de toda a década, milhares de brasileiros recusaram a submeter-se ao Serviço Militar. “O Exército Brasileiro real era um débil reflexo do Exército planejado” (MCCANN, 2009).

A Força Terrestre não dispunha de apoio para satisfazer às suas mínimas necessidades no cumprimento da missão legal, mais o êxito era cobrado. Tal situação impunha que os militares não encontrassem motivação para o exercício de suas tarefas específicas, já que de tudo careciam para realizá-las (BASTOS FILHO, 1994).

Por que uma missão militar estrangeira no Brasil

Evidências apontam que é através da ameaça e da força armada que um estado consegue impor sua vontade sobre os demais. A capacidade de equilibrar ou conter a força de outros estados depende das condições de um se sobrepor à vontade do outro. Nesse contexto, examinamos os diversos aspectos que caracterizavam a Força Terrestre no início do século XX, restando uma indagação a ser feita: O que o Exército representava em valor relativo, diante do que estava prescrito na Constituição que vigorava: “Instituição Permanente, destinada à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior” (MALLAN, 1988).

Em 1919, o Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras (1870-1934), concluiu que a forma mais rápida e eficiente para levar a modernização ao Exército Brasileiro era através da contratação de uma missão militar estrangeira. Essa missão deveria ser capaz de formar “verdadeiros soldados esclarecidos”, sabendo seu ofício e, finalmente, confiantes no seu valor” (MALLAN, 1988).

Vale ressaltar que, não era uma ideia original, já que outros países da Europa vinham adotando esse meio de proceder à reorganização ou à reciclagem do seu segmento armado (BASTOS FILHO, 1994).

A decisão de contratar a França

Era forte a motivação brasileira para a contratação de uma missão militar estrangeira. Nos debates sobre o tema, uma corrente era favorável a uma missão de origem germânica e outra a uma de origem francesa. É importante ressaltar que, desde 1906 já havia no Brasil a presença de uma missão francesa, contratada para instruir a polícia do Estado de São Paulo (MALAN, 1988).

Neste período, a França vivia um momento de grande expansão cultural e tinha a intenção de ampliar suas fronteiras através da produção intelectual. Somado a isso, havia saído vitoriosa na Primeira Grande

Guerra, fato que, então, tornava ilógica a contratação do exército derrotado (Alemanha) para instruir o nosso, o que poderia trazer reflexos negativos (BELLINTANI, 2016).

Coadjuvando com os demais motivos, ressalta-se o reconhecimento e proclamação do Estado de Guerra, iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil, oficializado pelo Congresso Nacional em 26 de outubro de 1917 (MALAN, 1988).

Todas essas influências supracitadas certamente deram força no enfoque decisivo de escolha. Então, em 1919, Brasil e França assinaram o primeiro tratado para vinda da missão de instrução militar, que foi se renovando até 1940 (BASTOS FILHO, 1994; BELLINTANI, 2016).

As intenções francesas com a missão militar no Brasil

Na base de planos franceses para a expansão da sua cultura e das suas fronteiras, vinha atrelado o interesse francês na venda de material bélico para o Brasil.

Essa foi a principal motivação da França para firmar o contrato de envio da missão. O comércio de material bélico teria excelente repercussão nos países vizinhos ao Brasil, que poderiam, então, também tornarem-se clientes da França (BELLINTANI, 2009).

Ao assumirem contratos para a instrução e profissionalização de um efetivo militar, os membros da MMF, normalmente, costumavam aconselhar os exércitos sob sua instrução a respeito dos melhores materiais a serem adquiridos. A França se aproveitaria ainda, de um acordo que existia desde 1900 com o Brasil, que beneficiava os produtos franceses com a cobrança de taxas mínimas (BELLINTANI, 2009).

Dessa forma, a França aproveitaria essas concessões financeiras do Brasil indicando o material bélico a ser adquirido e dirigindo aos fabricantes franceses. Com isso, contribuiria para um superavit em sua balança comercial, vendendo a “sucata” que não mais lhe faz serventia (BELLINTANI, 2009).

Os avanços implementados pela Missão Militar Francesa

A MMF atuou no Exército Nacional promovendo-lhe incomparável transformação, destacando-se em diversos aspectos. Como exemplos de avanços promovidos pela atuação da missão francesa, podemos citar a reorganização do sistema escolar da Força, criando vários estabelecimentos de ensino para a formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças, a construção de novos quartéis, a importação de armamentos e equipamentos em geral. Houve profunda modernização no campo educacional, com a criação de novos cursos e aprimoramento dos que já existiam, modificando a doutrina militar brasileira (BASTOS FILHO, 1994).

Sob a direção da MMF, ocorreu uma revolução no ensino militar e na Administração do Exército, com clara repercussão, na instrução nos quartéis – quadros e tropa – e nos exercícios em campanha, que evoluíram da limitada ordem dispersa e das posições estáticas para manobras mais objetivas, com ênfase no fogo e movimento, no emprego mais vantajoso do material bélico e no funcionamento dos apoios e serviços (BASTOS FILHO, 1994).

A Missão Francesa também colaborou, mesmo que indiretamente, porém nítida, para que o Exército passasse a contar com recursos necessários para aquisição dos meios que necessitava.

A influência da MMF na formação dos militares, em especial dos Sargentos

Sua ação fez-se sentir na linha de ensino militar com a criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e o aperfeiçoamento da Escola de Estado-Maior. Atingiu também a formação dos Sargentos com a criação da Escola de Cavalaria, Escola de Saúde, Escola de Veterinária (EsVet), Escola de Intendência (EsInt), Instrução de Transmissões, conseguindo uma homogeneidade de conhecimentos e de atitudes que possibilitaram enorme êxito. Em 1919, com o advento da Missão Militar Francesa,

o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria (CIAI), onde eram formados os instrutores para os Tiros de Guerra (TG) é transformado em Escola de Sargentos de Infantaria (ESI), que seria antecessora imediata da Escola de Sargentos das Armas (BASTOS FILHO, 1994; LIMA, 2018).

A MMF colaborou na formação de militares para a aviação militar brasileira, tendo em 1928, com instrução racional e intensiva, aplicado sete cursos, sendo um deles de Sargentos Aviadores (pilotos e mecânicos) (MALAN, 1988).

Atuou ainda na implementação do Serviço de Educação Física, passando a dar ênfase na importância da atividade física. Foi implementado um novo Regulamento de Educação Física, o que constituiu um real progresso em relação ao que se aplicava antes da chegada da MMF. Com isso, permitiu-se a formação de oficiais e sargentos ágeis e robustos, para atuarem como instrutores e auxiliares nos corpos de tropa (MALAN, 1988).

Mesmo com pouco tempo de real instrução nas escolas, a preparação, que antes era apenas teórica, é substituída por um ensino associado ao caráter prático.

Os exercícios em campanha passam a sair dos terrenos nos “fundos” dos quartéis para outros mais adequados, proporcionando os espaços e aspectos topográficos necessários à formação do Sargento, ao exemplo do Campo de Instrução de Gericinó no Rio de Janeiro e de Saicá no Rio Grande do Sul (LIMA, 2018).

Aplicaram-se também mudanças de cunho ideológico e doutrinário, como a obediência, a disciplina, o amor à pátria, o nacionalismo, o respeito ao chefe, a servidão, entre outros (BELLINTANI, 2009).

A disciplina é a força principal dos exércitos. (...) sem disciplina não há positivamente exército. Haverá homens armados, divorciados do dever militar, sem coesão patriótica, sem consciência da dignidade de sua missão. Haverá, para dizer toda verdade, homens armados contra a Pátria (CARVALHO, 1924).

Ao consultarmos o Plano Geral de Ensino (PGE) de 1933, constatamos as diversas instruções, que por influência da MMF passaram a ser aplicadas na formação e especialização dos Sargentos. Nesta época, nos corpos de tropa e nas formações dos serviços do EB, o preparo do pessoal era requerido pelas necessidades da atividade e visava atender a carência indispensável da busca contínua por conhecimentos. O objetivo era prepará-los para o bom desempenho de funções na tropa e nos órgãos dos serviços (BRASIL, 1933).

Neste período, as operações militares cresciam num ritmo acelerado e intensificavam-se no quesito relevância. Apesar dos altos custos pagos para essas operações, o Brasil as mantinha, devido ao êxito em especializar e instruir o quadro de militares. No entanto, ainda havia inerente necessidade de capacitação e motivação da Força para que o EB enfrentasse, com os meios adequados, os novos desafios (BRASIL, 1933; ARAÚJO, 2015).

O curso de sargentos, por exemplo, tinha a duração de um ano para que os efeitos dessa instrução fossem sentidos mais rapidamente nos corpos de tropa. A MMF primou pela formação profissional do sargento, sendo o currículo da Escola de Sargentos de Infantaria (ESI) formado pelas seguintes disciplinas: Combate e Serviço em Campanha, Ordem Unida, Educação Física, Organização do Terreno, Armamento e Tiro, Transmissão e Avaliação de Distâncias, Topografia, Higiene e Escrituração Militar (LIMA, 2018).

Corroborando com esta ideia, Bastos Filho (1994) afirma que os militares brasileiros, dentre eles o sargento, passaram a fazer estudos de situação, numa sequência lógica, que conduzia a escolha da melhor linha de ação. Aprenderam na prática, de tanto que ouviram e treinaram, a ação de comando desde o recebimento da missão até a tomada da decisão, que os franceses gostavam de sublinhar.

O avanço ocorrido com a missão francesa permitiu que na década de 30, a mola por muito tempo comprimida, distendesse, fa-

zendo o profissionalismo militar ser cada vez mais valorizado; as escolas passaram a ser vistas como verdadeiros centros de formação profissional, especializando oficiais e graduados na técnica do combate e no emprego das armas (BELLINTANI, 2016).

Considerações finais

Num passado remoto, o Brasil enfrentava sérios problemas sociais e políticos, além da ausência de uma identidade internacional. O EB, deparava-se por ávidas mudanças idealizadas por conflitos, quando a MMF foi contratada a fim de modernizar a instrução das tropas brasileiras.

Inicialmente, tinha a incumbência de melhorar o Estado-Maior e, assim disseminar entre os demais a reorganização da Força Terrestre com uma proposta de treinamento mais sistemática, priorizando a defesa Nacional. Assim, houve a melhora no recrutamento, aquisição de equipamentos, maior atenção à aviação, reabastecimento dos arsenais, compra de viaturas e construção de quartéis.

Os militares brasileiros obtiveram boa parte do que queriam dos franceses: a sensação de serem modernos e o endosso às suas inclinações para intervir na sociedade a fim de moldar melhores filhos para a Pátria. Os diversos exercícios no terreno, o elevado padrão de treinamento, a ênfase no ensino baseado nas atividades práticas, as demonstrações de apreço aos valores éticos e morais, bem como o amor à Pátria e a seus símbolos são marcas indeléveis dos ensinamentos deixados por essa Missão.

Do alto comando militar aos alunos, dos chefes aos executantes, em todos os escalaões, todos trilharam o trabalho dos instrutores franceses. Os militares, aprenderam e aplicaram os ensinamentos que levaram o Brasil a ocupar hoje, um lugar respeitável no ranking das maiores potências militares do mundo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. Missão Militar Francesa. Disponível em: <ht-

tps://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MISS%-C3%83O%20MILITAR%20FRANCES.pdf>. Acesso em 20 Set 2018.

_____, Rodrigo Nabuco de. Missão Militar Francesa. In: Dicionário Histórico - Biográfico da Primeira República - 1889 - 1930 . 1ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 1-8. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Dicion%C3%A1fico_da_Pr.html?id=vi2HCgAAQBA-J&redir_esc=y>. Acesso em: 01 out. 2018. BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. A Missão Militar Francesa no Brasil, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

_____, Adriana Iop. Relações França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299500169_Relacao_Franca-Brasil_o_legado_da_Missao_Militar_Francesa_1920-1940_para_o_Exercito_Brasileiro>. Acesso em 20 Set. 2018.

BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 698 p. Tese de Doutorado (Doutor em História Social)- Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3811?mode=full>. Acesso em: 14 Set. 2018.

BRASIL. Decreto N° 22.350, de 12 de janeiro de 1933, Aprova o Plano Geral do Ensino Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1930-1939/decreto-22350-12-janeiro-1933-558454-publicacaooriginal-79753-pe.html>. Acesso em: 20 Set. 2018.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Centenário da Missão Militar Francesa no Brasil (1919 ? 2019) : Histórico da Missão Militar Francesa na Escola de Sargentos

das Armas. 1^a. ed. [S.l.: s.n.], 2018. 1-10.

MACCANN, Frank D. Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889 - 1937). São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MALAN, Alfredo Souto. Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

Relatório de Setembrino de Carvalho ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1924. Rio de Janeiro; Imprensa Militar.



*ARTIGOS DO VIII
SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO DA EASA*



18. Criptografia e Matemática: Onde e Como Usarmos essa Interdisciplinaridade?

Mário Augusto de Araujo Caneco¹

RESUMO

A palavra interdisciplinar é formada pela união do prefixo “*inter*”, que exprime a ideia de “em meio”; com a palavra “disciplinar”, que tem um sentido pedagógico de instruir regras e preceitos de alguma arte. Assim entendemos interdisciplinar como processo de se obter ligação entre as disciplinas. Na área pedagógica, essa interdisciplinaridade se evidencia quando podemos planejar a utilização de duas ou mais disciplinas, relacionando seus conteúdos para aprofundar, e maioria das vezes, facilitar sua aprendizagem através de dinâmica no ensino, proporcionando bases para um ensino mais interessante, onde uma matéria auxilia a outra.

Criptografia é a arte de escrever mensagens cifradas que, nos dias atuais, é muito utilizada em processos eletrônicos, transmissão digital de informações, transações bancárias online, sistemas de compras eletrônicos, entre outras aplicações muito

utilizadas na vida moderna. Mas neste artigo, apresentamos o significado, histórico e utilização desses códigos e senhas como instrumentos utilizados na segurança das comunicações militares – através da chamada “Transposição por Quadros: Chaves Simples e Chave Dupla”.

Após as explicações apresentadas nos parágrafos anteriores; e aproveitando o bom momento que vive a educação matemática brasileira, lembrando termos, em 2018, sediado o congresso mundial de matemática, e que uma equipe de estudantes brasileiros recebeu 04 (quatro) medalhas de bronze e 01 (uma) de ouro na Olimpíada Internacional de Matemática no país Romênia; pesquisamos e apresentamos através de alguns exemplos da “Criptografia de Júlio César” e da “Criptografia com Função Linear”, a constatação da interdisciplinaridade entre Criptografia e Matemática, como possíveis atividades didáticas a serem utilizadas, visando a facilitação do ensino e despertar o

(1) Tenente Coronel do Exército Brasileiro, graduado na AMAN (1998). Professor de Matemática, licenciado na UFSJ (2013), e Coordenador Pedagógico, pós-graduado pelo CEP/FDC (2017). Atualmente está vinculado profissionalmente à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA); e-mail: marioenane@bol.com.br.

interesse individual dos alunos.

Vamos aos resultados!

Palavras-chave: Criptografia. Interdisciplinaridade, Educação Matemática, Função Linear.

INTRODUÇÃO

Em dicionários, criptografia é definida como os procedimentos, processos e métodos de fazer e usar a escrita secreta, como códigos ou cifras. O militar usa criptografia verbal e escrita ou digitada para se comunicar e transmitir informações secretas.

Enviar mensagens secretas é uma tarefa muito antiga; ela nasceu com a diplomacia e com as transações militares. Hoje em dia, entretanto, com o advento da comunicação eletrônica, muitas atividades essenciais dependem do sigilo na troca de mensagens, principalmente aquelas que envolvem transações financeiras e uso seguro da Internet.

A ciência que estuda sistemas de envio e recepção de mensagens secretas chama-se Criptologia.

1 CRIPTOGRAFIA E SUA HISTÓRIA

Criptografia vem do grego *krypto*, que significa escondido, secreto, oculto, e *grapheo*, que significa grafia, escrita (SINGH, 2003). Consiste em codificar informações usando uma chave antes que essas sejam transmitidas, e em decodificá-las, após a recepção, através de um processo de codificação. A criptografia torna possível o envio de mensagens incompreensíveis para uma terceira pessoa que, eventualmente, venha a interceptá-las, mas que poderão ser lidas pelo seu destinatário, que conhece o critério para decifrar o texto encriptado. (TERADA, 1988; TAMAROZZI, 2001; SCHEINERMAN, 2003; ZATTI; BELTRAME, 2009).

Na linguagem da criptografia, os códigos são denominados cifras, as mensagens não codificadas são textos comuns e as mensagens codificadas são textos cifrados ou criptogramas. O processo de converter um texto comum em cifrado é chamado cifrar ou criptografar, e o processo inverso,

de converter um texto cifrado em comum, é chamado decifrar (ZATTI; BELTRAME, 2009). A criptografia é uma arte bastante antiga, presente desde o sistema de escrita hieroglífica dos egípcios. Os romanos utilizavam códigos secretos para comunicar planos de batalha. E, o mais interessante, é que a tecnologia de criptografia não mudou muito até meados deste século.

Depois da segunda guerra mundial, com a invenção do computador, a área realmente floresceu, incorporando complexos algoritmos matemáticos. Durante a guerra, os ingleses ficaram conhecidos por seus esforços na decifração de códigos utilizados. Na verdade, esse trabalho criptográfico formou a base para a ciência da computação moderna. O *Citale Espartano* (SINGH, 2011) foi o primeiro aparelho criptográfico militar utilizado durante o século V a.C. Era um bastão de madeira em que se enrolava uma tira de couro e escrevia-se a mensagem em todo o comprimento desse bastão. Para enviar a mensagem, de forma despercebida, a tira de couro era desenrolada do *citale* e utilizada como um cinto, com a mensagem voltada para dentro. Como na tira de couro a mensagem ficava sem sentido, para decifrá-la era necessário que o receptor tivesse um *citale* de mesmo diâmetro para enrolar a tira de couro e ler a mensagem.

Outro tipo de cifra utilizada, esta idealizada por Júlio César, consistia em substituir cada letra da mensagem original por outra que estivesse três casas à frente no mesmo alfabeto. César utilizava o alfabeto normal para escrever a mensagem e o alfabeto cifrado para codificar a mensagem que mais tarde seria enviada. Esse método de criptografia ficou conhecido como Cifra de César. Como as cifras de substituição monoalfabéticas eram muito simples e facilmente decifradas por criptoanalistas, através da análise de frequência de cada letra, no texto cifrado, surgiu a necessidade da criação de novas cifras, mais elaboradas e mais difíceis de serem descobertas. A solução encontrada, no século XVI, pelo diplomata francês Blaise Vigenère, sua ma-

neira – Cifra de Vigenère, utilizava 26 alfabetos cifrados diferentes para codificar uma mensagem. Também podemos citar Alberti, como o criador da primeira máquina criptográfica, o Disco de Cifras, um misturador que pega uma letra do texto normal e a transforma em outra letra no texto cifrado.

Em 1943, foi projetado um computador utilizado durante a Segunda Guerra Mundial para decodificar os códigos criados pela Enigma. O *Colossus*, assim denominado, deu início a uma era moderna da criptografia, em que os computadores eram programados com chaves de codificação muito mais complexas do que as utilizadas pela Enigma. Essa nova técnica de criptografia era de uso exclusivo do governo e de militares para guardar informações.

2 OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo geral deste trabalho foi investigar a Criptografia e suas possíveis aplicações no ensino da Matemática; e de maneira inversa, a exigência de noções básicas da Matemática para a aprendizagem da criptografia em instruções das comunicações militares.

3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Inicialmente optei por uma rápida busca exploratória em livros, revistas e documentos on-line, em torno do significado e história da criptografia. Em seguida, recordei a aprendizagem do emprego da criptografia, em minha formação básica como profissional militar.

E por fim, busquei o planejamento e a constatação da interdisciplinaridade dessa criptografia, como atividades didáticas utilizadas para facilitar o ensino e despertar o interesse individual dos alunos, na aprendizagem de alguns conteúdos da matemática básica.

4 ATIVIDADES DIDÁTICAS COM O TEMA CRIPTOGRAFIA

4.1 Criptografia de Júlio César

Um dos primeiros sistemas de criptografia conhecido foi elaborado pelo general Júlio César, no Império Romano. Júlio César substituiu cada letra, pela terceira letra que a segue no alfabeto.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S

Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z						
T	U	V	W	X	Y	Z	A	B	C						

Tabela 1: quadro do método de substituição utilizado por Júlio César.

Segundo esse sistema, temos:

Palavra: MATEMÁTICA.

M	A	T	E	M	A	T	I	C	A
P	D	W	H	P	D	W	L	F	D

Tabela 2: quadro solução do método de substituição utilizado por Júlio César.

Criptografia: PDWHPDWLF.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13

O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z			
14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25			

Tabela 3: quadro do método de substituição utilizando letras e números.

Atividade 1: Decifre a mensagem: OHJDO FRQVHJXL Ao invés de caminhar 3 letras para frente, podemos andar um outro número de letras e teremos um novo método de cifrar mensagens. Este número é chamado de “chave ou senha do sistema criptográfico”; ele deve ser conhecido apenas por quem envia e por quem a recebe a mensagem.

Podemos também transformar letras em números, segundo uma ordem preestabelecida.

Por exemplo:

Deste modo, a letra codificada seria obtida da letra original, somando-se 5 ao número correspondente.

Expressão: ATAQUE COORDENADO

A	T	A	Q	U	E	C	O	O	R	D	E	N	A	D	O
F	Y	F	V	Z	J	H	T	T	W	I	J	S	F	I	T

Tabela 3: quadro solução do método de substituição utilizando letras e números.

Código: FYFVZJ HTTWIJSFIT

E se o resultado ultrapassar 25? Caso isto ocorra, a letra codificada estará associada ao resto da divisão por 26 do número associado à letra original somado com 5. Por exemplo, a letra Y corresponde originalmente ao número 24, somando-se 5, obteremos $24 + 5 = 29$ e, dividindo 29 por 26, obteremos resto 3 que corresponde à letra “D”. Assim “Y” deve ser codificado por “D”.

Em outros sistemas que seguem o princípio de Júlio César, o alfabeto é codificado seguindo a ordem usual, apenas iniciando em um lugar diferente. Se, entretanto, pudermos alterar a ordem, obteremos um enorme número de maneiras de criptografar. Vejamos alguns exemplos:

a) Alfabeto quebrado ao meio:

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M

Tabela 4: quadro do método de substituição utilizando alfabeto quebrado ao meio.

b) Troca de dois vizinhos:

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
B	A	D	C	F	E	H	G	J	I	L	K	N	M
O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z		
P	O	R	Q	T	S	V	U	X	W	Z	Y		

Tabela 5: quadro do método de substituição utilizando troca de dois vizinhos.

c) Usando a sequência que aparece no teclado do computador:

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
Q	W	E	R	T	Y	U	I	O	P	A	S	D	F
O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z		
G	H	J	K	L	Z	X	C	V	B	N	M		

Tabela 6: quadro do método de substituição utilizando sequência do teclado do computador.

Observem que nos casos anteriores nenhuma letra ficou no seu lugar original. Dizemos então que

houve um completo desordenamento.

4.2 Criptografia com Função Linear

A seguir, apresentaremos um exemplo de atividade didática que é costumeiramente utilizada no Ensino Médio, utilizando a função linear – também conhecida como função polinomial de grau 1 ou função polinomial de primeiro grau. (Tamarozzi, 2001).

Primeiro relacionamos cada letra do alfabeto a um número, conforme as tabelas abaixo:

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14

O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26

Tabela 7: quadro do método de substituição utilizando a Função Linear.

Exemplo 1: Criptografe a mensagem “Tudo é Matemática”, sendo a função cifradora (linear) do tipo $f(x) = 2x + 1$ \longleftrightarrow $y = 2x + 1$.

Solução:

1º passo: Relacionamos cada letra da mensagem com seu respectivo numeral.

T	U	D	O	E	M	A	T	E	M	A	T	I	C	A
20	21	4	15	5	13	1	20	5	13	1	20	9	3	1

Tabela 8: quadro solução parcial do método de substituição utilizando a Função Linear.

2º passo: Depois calculamos, uma a uma, substituindo cada número da função cifradora.

- $T = 20$, logo $f(20) = 20 \cdot 2 + 1 = 41$
- $U = 21$, logo $f(21) = 21 \cdot 2 + 1 = 43$
- $D = 4$, logo $f(4) = 4 \cdot 2 + 1 = 9$
- $O = 15$, logo $f(15) = 15 \cdot 2 + 1 = 31$
-
- até a letra $A = 1$, logo $f(1) = 1 \cdot 2 + 1 = 3$

Encontramos assim, a imagem da função; isto é, a sequência numérica encontrada, é a mensagem criptografada:

T	U	D	O	E	M	A	T	E	M	A	T	I	C	A
41	43	9	31	11	27	3	41	11	27	3	41	19	7	3

Tabela 9: quadro solução final do método de substituição utilizando a Função Linear.

Para decifrar uma mensagem o receptor calcula a imagem dos elementos, utilizando a função inversa, logo usaremos $x = (y - 1) / 2$.

4.3 Criptografia Militar

Nossa intenção agora é apresentar atividades com criptografia ensinada nas instruções básicas de segurança militar (comunicações).

Para isso utilizaremos os “Sistemas Criptográficos com Transposição Por Quadros”

DIA DA SEMANA	CHAVE SIMPLES	CHAVE DUPLA	
SEGUNDA	8-5-10-1-6-9-4-2-7-3	FEDERAL	CRYPTOGAMA
TERÇA	PERNAMBUCO	5-7-8-1-4-3-2-10-6-9	3-9-10-7-1-6-2-8-5-4
QUARTA	11-7-4-2-6-1-9-10-3-5-8	PRESIDENTE	FAZENDA
QUINTA	EMERGENTE	9-2-1-6-7-4-3-8-5	2-3-5-7-1-6-4
SEXTA	2-7-3-6-8-5-1-9-4	ADVOGADO	BRASEIRO
SÁBADO	EQUIPAMENTOS	7-4-1-6-3-5-2	COMPUTADOR
DOMINGO	7-1-5-4-8-2-3-6-9	DRAMATICO	1-2-4-3-6-5-7

Tabela 10: quadro do método de Sistemas Criptográficos com Transposição Por Quadros.

Observações:

- 1) Nas Chaves Simples ou Dupla, o texto em claro deverá ser escrito na horizontal, da esquerda para a direita, e de cima para baixo;
- 2) Na Chave Simples o Criptograma deverá ser retirado na vertical de cima para baixo, na ordem numérica crescente da chave;
- 3) Na Chave Dupla a primeira chave é escrita na horizontal nos dias SEG, QUA, SEX, e na vertical nos dias TER, QUI, SAB e DOM. O criptograma será retirado letra por letra na ordem numérica crescente da coluna (chave da horizontal) e dentro da coluna na ordem numérica crescente da fileira (chave da vertical).

Exemplo 1: Criptografe a mensagem “O inimigo atacará pela porção oeste da cota pelada”, utilizando a Transposição por Quadros – Chave Simples, sendo hoje, uma sexta-feira:

Solução: Pelo Sistema Criptográfico em vigor, devemos utilizar a Chave Simples prevista para sexta-feira (2 - 7 - 3 - 6 - 8 - 5 - 1 - 9 - 4), para a montagem do quadro criptográfico:

→

	2	7	3	6	8	5	1	9	4
1	O	I	N	I	M	I	G	O	A
2	T	A	C	A	R	A	P	E	L
3	A	P	O	R	C	A	O	O	E
4	S	T	E	D	A	C	O	T	A
5	P	E	L	A	D	A	#	#	#

Tabela 11: quadro solução parcial do método de Sistemas Criptográficos com Transposição Por Quadros.

Em seguida, faremos a leitura do Criptograma conforme regra estabelecido no Sistema Cartográfico de Chave Simples, na vertical de cima para baixo, e na ordem numérica crescente da chave. Logo, a mensagem “O inimigo atacará pela porção oeste da cota pelada” criptografada deverá ser transmitida da seguinte maneira:

GPOO# OTASP NCOEL ALEA# IAACA IARDA IAPTE MRCAD OEOT#

Exemplo 2: Decifre a mensagem **(PSRI# CPFNC ERSO EEEE# EOOG# NAAS# IAEEA TMFA# RDTR#)**, utilizando a Transposição por Quadros – Chave Simples, sendo hoje, uma sexta-feira:

Solução: Pelo Sistema Criptográfico em vigor, devemos utilizar a Chave Simples prevista para sexta-feira (2 - 7 - 3 - 6 - 8 - 5 - 1 - 9 - 4), para a montagem do quadro criptográfico:

	2	7	3	6	8	5	1	9	4
1	C	I	E	N	T	E	P	R	E
2	P	A	R	A	M	O	S	D	E
3	F	E	S	A	F	O	R	T	E
4	N	E	S	S	A	D	I	R	E
5	C	A	O	#	#	#	↓	#	#

Tabela 12: quadro solução parcial do método de Sistemas Criptográficos com Transposição Por Quadros.

Após o lançamento da Criptografia conforme regra estabelecido no Sistema Cartográfico de Chave Simples, na vertical de cima para baixo, e na ordem numérica crescente da chave, acharemos a mensagem: “CIENTE, PREPARAMOS DEFESA FORTE NESSA DIREÇÃO!”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até meados do século XX, a criptografia era considerada uma arte; hoje em dia, entretanto, passou a ser considerada uma ciência. Com o avanço da tecnologia e o uso da internet, telefones celulares, satélites e GPS, destacamos como aplicações atuais da criptografia: sigilo em banco de dados; investigações governamentais; decisões estratégicas empresariais; comandos militares; mensagens diplomáticas; operações bancárias; e recuperação de documentos arqueológicos e hieróglifos.

As atividades apresentadas neste artigo são sugestões para que o professor possa utilizar para revisar, exercitar e aprofundar os conteúdos desenvolvidos no ensino de conceitos de aritmética básica, bem como uma oportunidade de incentivar o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas, da matemática do ensino médio (funções quadrática, exponencial e logarítmica).

REFERÊNCIAS

_____. Apostila de Comunicações da Escola de Sargentos das Armas. (EsSA), Três Corações, 2001.

FOGUEL, Débora. Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis. UFRJ - Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia-mate>

matica/post/matematica-em-casa-ajuda-criancas-na-escola.html > Acesso 21 ago 2018.

GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira. FRANKE, Rosvita Fuelber; OLGIN, Clarissa de Assis. Códigos e Senhas no Ensino Básico - EMR-RS - ANO 10 - 2009 - número 10 - v.2 - pp. 41 a 50.

SCHEINERMAN, Edward R. Matemática discreta: uma introdução. São Paulo: Thompson, 2003.

SINGH, Simon. O livro dos códigos: a ciência do sigilo - do Antigo Egito à criptografia quântica. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAMAROZZI, Antônio Carlos. Codificando e decifrando mensagens. Revista do Professor

de Matemática (RPM), São Paulo, n.45, 41-43, 2001

TERADA, Routho. Criptografia e a importância das suas aplicações. Revista do Professor de Matemática (RPM), São Paulo, n.12, 1-6, 1988.

ZATTI, Sandra Beatriz; BELTRAME, Ana Maria. A presença da álgebra linear e da teoria dos números na criptografia. São Paulo, 2009.

19. *Educação à Distância como Política Inclusiva*

Nara Suzana Stainr Pires¹
Giuliano R. Schneider Soares²

RESUMO

Neste ensaio aborda-se o tema educação à distância com política inclusiva pelo prisma da educação transformadora, na qual o objetivo geral é demonstrar que as formas tradicionais de ensino implicam mudanças estruturais, tanto políticas quanto educacionais, onde a inclusão perpassa pela apropriada incorporação das novas tecnologias no âmbito pedagógico e do desenvolvimento de novas formas de ensinar. Questiona-se a modalidade de educação a distância pode servir de instrumento no âmbito das políticas inclusivas voltadas para inovação pedagógica. A partir da problemática apresentada foi adotado o método sistêmico, bem como a pesquisa

bibliográfica e histórica, onde se destaca a interpretação doutrinária.

Palavras-chave: Educação; Distância; Política inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

Neste ensaio aborda-se o tema educação à distância com política inclusiva pelo prisma da educação transformadora, na qual o objetivo geral é demonstrar que as formas tradicionais de ensino implicam mudanças estruturais, tanto políticas quanto educacionais, onde a inclusão perpassa pela apropriada incorporação das novas tecnologias no âmbito pedagógico e do desenvolvimento de novas formas de ensinar.

1. Advogada, Docente universitária, Pós doutoranda pela Universidade de Passo Fundo com bolsa CAPES. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, com pesquisa em Cidadania Planetária e Meio Ambiente, Mestre em Direito Constitucional Contemporâneo pela Universidade de Santa Cruz do Sul - RS (UNISC), com pesquisa sobre Cidadania e educação, Graduada no Curso de Direito pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Pós Graduada em Direito Tributário pela Universidade do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP), Pós-graduada em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera. Email: narapires@piresadv.com.br.

2. Tenente Coronel do Exército Brasileiro, Graduado em Direito pelo CUFN E Ciências Militares pela AMAN, Pós Graduado em Ciências Militares, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e gestão de Administração Pública (UNIS MG). Email: grss2001@gmail.com

Bem como, visa também conectar sistematicamente educação à distância, examinando as influências dessa inovação sobre a sociedade, em especial os estudantes.

A relevância social e jurídica justifica a abordagem de temas que se evidenciam necessidades diante da crise educacional nas últimas décadas, envolvendo todos indiscriminadamente, como resultado das relações sociais e políticas a partir das tecnologias e da globalização, apresentando assim complexidade nas relações constituídas. Assim, sobre o olhar em teorias conectadas com a realidade social que podem produzir a transformação necessária no que tange a proteção à educação de maneira social, democrática, fraterna, justa e livre.

Justifica-se ainda pela imprescindibilidade da realidade na preservação de uma educação com qualidade, sustentável, agora tratada com um fenômeno multidisciplinar, onde é revisitada de maneira dinâmica. Também, o estudo insere-se na linha de pesquisa do VIII Seminário de Educação da EASA, com o tema Desafios da Educação brasileira: quais rumos seguir?, uma vez que apresenta reflexões sobre a questão, enfatizando a educação, suas dificuldades e a repercussão na modificação fática e compreensiva das realidades, no que tange a proteção à educação.

Diante dessa perspectiva questiona-se a modalidade de educação a distância pode servir de instrumento no âmbito das políticas inclusivas volvidas para inovação pedagógica. A partir da problemática apresentada foi adotado o método sistêmico, bem como a pesquisa bibliográfica e histórica, onde se destaca a interpretação doutrinária. Como marco teórico opta-se pela educação inclusiva o que passa a análise.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Falar em inclusão social requer compromisso de alta complexidade, conceitualmente este termo se aplica a diversos con-

3. MOTA, Ronaldo. *Educação transformadora e inclusiva*. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1507/1697>. Acesso em 25.07.2018

4. PIRES, Nara Suzana Stainr. *A educação como instrumento concretizador e produtor dos novos paradigmas da cidadania brasileira*. Canoas:Ulbra, 2011, p. 65.

textos, mas, de modo geral, é empregado em referência à inserção de pessoas em escolas ou no mercado de trabalho, com algum tipo de deficiência, ou ainda por não apresentarem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, seja por suas condições socioeconômicas, de gênero, raça ou pela falta de acesso às tecnologias.

A base de sustentação para uma política inclusiva acontece, necessariamente, na formação dos profissionais da área da educação. Para especialistas na área da educação alguns passos são fundamentais para a inclusão social como a visão social precisa ser mudada com urgência, a inclusão escolar precisa acontecer para ontem, cumprimento da legislação deve ser vigente, maiores verbas para programas sociais e utilização da mídia, cibercultura e (por que não?) de novas tecnologias.

Juridicamente a Constituição Federal brasileira estabelece que a toda pessoa deve ser dada a oportunidade de educação, porém essa condição vai mais além na esfera social e humana, pois é mais que oportunizar, é sim de atingir e manter a condição adequada de ensino/aprendizagem, com características, habilidades e necessidades de diferenciadas de cada um. E nessa perspectiva também se deve levar em conta a diversidade de nosso país.

É obrigação estatal oferecer e manter uma educação inclusiva à todos os cidadãos, de forma a aperfeiçoar seus processos educacionais independentemente de diferenças ou dificuldades individuais. Desenvolver projetos de demonstração e encorajar intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva é outra excelente opção para resolver essa questão. Estabelecer mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais é primordial.

Nara S.S.Pires⁴ já evidenciou esta preo-

cupação como se pode observar:

A educação é, portanto o processo fundamental para que o ser humano possa obter as condições mínimas de sobrevivência com dignidade em uma sociedade pluralista edificada em uma cultura de violência e exclusão social. O desafio da educação consiste na busca e manutenção de estratégias para uma organização social de convivência mais justa e pacífica, ora transmitindo conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana, ora conduzindo as pessoas a formar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta.

Encorajar a participação de pais e comunidades nos processos de planejamento e tomada de decisão concernente à provisão de serviços para necessidades educacionais é uma questão de cidadania e proteção a dignidade humana. Assim, é notório a oportunização através de investimentos e maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.

E, por último, garantir programas de treinamento de professores tanto em serviço como durante a formação, que incluam a provisão de educação transformadora dentro do sistema inclusivo. O fato é que todos somos parte de uma mesma sociedade e, participar ativamente para que a inclusão social seja uma realidade brasileira, torna-se imprescindível e precisa se fazer latente dentro de cada um. Nesse contexto a educação à distância- EaD pode ser uma ferramenta a abrir caminho para educação inclusiva, o que se passa a discorrer.

3. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - EAD

Faz-se necessário tecer considerações legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual regulamenta no artigo 80 sobre o credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas, na modalidade à distância, para educação básica

5. MOTA, Ronaldo. *Educação a distância: no começo estranha-se, depois, entranha-se!* 2016. Disponível em: <http://www.crub.org.br/blog/artigo-educacao-a-distancia-no-comeco-estranha-se-depois-entranha-se>. Acesso em 05.08.2017

de jovens e adultos, educação profissional de nível médio e educação superior, e da outras providências. No art. 1º do Decreto, a educação à distância é considerada modalidade educacional que procura ultrapassar limitações de espaço e tempo com a aplicação pedagógica de meios, tecnologias da informação e comunicação e que, sem excluir atividades presenciais, organiza-se conforme metodologia, gestão e avaliação peculiares.

Nessa perspectiva, a prática do Ensino à distância - Ead por meio da Inclusão Digital é apreciada como um instrumento de acesso às Tecnologias da Informação, que comporta a inserção de todo cidadão à sociedade, de forma a fomentar o Ensino/Aprendizagem para melhorar as condições de vida daqueles que não estavam inseridos na educação formal.

O Ensino à distância - Ead vem destacando-se no cenário brasileiro em razão de que atende uma política social de inclusão, pois preenche uma lacuna estatal e constitucional, inclusive internacionalmente frente aos objetivos do milênio. Sua formatação carrega o conhecimento logisticamente organizado e disciplinado com uma característica peculiar que é a flexibilidade. Esta é ideal para os cidadãos que trabalham e não possuem tempo para assistir uma aula presencial, mas que ainda tem a motivação em concluir essa etapa da vida.

Para Ronaldo Mota⁵ distintamente da educação presencial, na educação a distância a escala não compromete a qualidade, muito pelo contrário. Todos os especialistas internacionais têm segurança em afirmar que a racionalidade e a economicidade envolvidas na modalidade permitem baixar custos e aumentar qualidade simultaneamente. Tal que é mais do que razoável afirmar que na boa educação a distância pode-se obter o dobro da qualidade pela metade dos custos.

Por certo que a obtenção de um certifica-

do pode não alterar a postura de um indivíduo, todavia voltar a estudar é um desafio constante, e denota mudanças significativas, capaz de alterar a trajetória dessa pessoa abrindo novas possibilidades, além de exercitar sua mente.

Neste sentido, o conhecimento e conexão entre informática e educação emergem no campo educacional por Ead de maneira diferenciada. O que na prática escolar tradicional e cartesiana se apresentava como uma aprendizagem fragmentada, isolada, que dificultam a construção do conhecimento, agora se rompe para um paradigma includente, sistêmico e complexo.

Mencionar o pensamento complexo significa observar um sentido e uma coerência, onde se acendem possibilidades de uma prática apropriada para a ampliação de um pensamento mais aberto, em respeito a multiplicidade do real e que, afora valorizar os aspectos cognitivos, igualmente aprecia os aspectos históricos, sócio afetivo e culturais presentes no processo de construção do conhecimento.

Destaca-se a abordagem conceitual de Edgar Morin⁶ sobre compreender o pensamento linear, sistêmico e complexo.

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos soltos, fraciona os problemas, separa o que está ligado, unidimensionaliza o multidimensional. Trata-se de uma inteligência ao mesmo tempo míope, pesbista, daltônica, caolha. Na maioria das vezes abafa, ficando cega.

Desse modo, nota-se que é cogente uma postura mais participativa, envolvendo a todos no processo. Assim, percebe-se que este pensamento é responsável pela ampliação do saber, que pode proceder de uma composição de novas concepções, expandindo capacidades de criação de novos resultados e padrões de raciocínio. Partindo do paradigma da complexidade, o conhecimento é edificado através do diálogo, este por sua vez, deverá contribuir para a

compreensão do conhecimento ao esclarecer o funcionamento para o aumento da possibilidade de fixação do aprendido e para o desenvolvimento da autonomia.

A educação necessita mais do que nunca, de um novo paradigma educacional que, além de colaborar para a formação do ser humano, também reconheça a aprendizagem como um processo complexo em permanente construção.

Obstáculos existem no fomento à educação, e atualmente um desses é o procurar pontos de interlocução com as velocidades das transformações, redirecionando o seu olhar para inovações, expandindo campos de conhecimento e reconfigurar saberes e possibilidades de novos caminhos que a tecnologia proporciona a todos.

Nesse cenário, a educação à distância pode movimentar-se com o desígnio de superar a visão fragmentária, criando ensino/aprendizagem, onde cidadãos conscientes de suas possibilidades e limitações podem interagir objetivando desenvolvimento contínuo e novos resultados e padrões de raciocínio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção à educação encontra-se presentemente discutida nas esferas políticas, sociais e jurídicas. Nesse conjugado, os cidadãos também estão intrinsecamente responsáveis, e, por consecutivo a sociedade não pode estar excluída de suas responsabilidades como parte ativa, o que é demonstração efetiva da cidadania.

Ainda, que o Estado tenha obrigação, a sociedade necessita rever políticas em conjunto para alavancar a educação brasileira. Nesse sentido refletir uma educação transformadora, onde as formas tradicionais de ensino não alcançam os objetivos propostos, implicam mudanças estruturais, tanto políticas quanto educacionais, onde a inclusão perpassa pela apropriada incorporação das novas tecnologias no âmbito pedagógico e do desenvolvimento de novas formas de ensinar.

6. MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre/RS: Sulina, 2005, p.65.

Daí, por que alargar, além de categoria social ou política, mas atender as dificuldades e desafios contemporâneos, para conectar sistematicamente a educação à distância, examinando as influências dessa inovação sobre a sociedade, em especial os estudantes.

Para responder ao questionamento inicial deste estudo, sim, há uma perspectiva de uma nova visão para a educação pelo prisma da educação à distância - EaD que pode servir de instrumento no âmbito das políticas inclusivas voltadas para inovação pedagógica. Pois, as normas estabelecidas pelo Estado não respondem as necessidades e realidades, de tal modo que se pode conjecturar que a construção do futuro tende a transformar a cidadania nacional, pautada não em uma ruptura com a modelização do ensino, mas com o grande desafio de inovar, modificar os parâmetros diagnósticos para o homem e seu desenvolvimento através da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federal do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 01.08.2007.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9.394.htm. Acesso em 01.08.2007.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre/RS: Sulina, 2005.

MOTA, Ronaldo. Educação transformadora e inclusiva. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1507/1697>. Acesso em 25.07.2018

_____. Ronaldo. Educação a distância: no começo estranha-se, depois, entranha-se! Disponível em: <http://www.crub.org.br/blog/artigo-educacao-a-distancia-no-comeco-estranha-se-depois-entranha-se>. Acesso em 05.08.2017

PIRES, Nara Suzana Stainr. A educação como instrumento concretizador e produtor dos novos paradigmas da cidadania brasileira. Canoas:Ulbra, 2011

20. A Importância da Educação Republicana¹

Rafael Vieira de Mello Lopes²

RESUMO

Falar sobre República e Educação retoma a importância de se discutir o tema da cidadania, vez que o sistema republicano só é bem compreendido e só tem finalidade com a democracia, bem como quando nela estão presentes os cidadãos. Tratar do tema sobre a educação e instrução republicana requer uma análise do conceito de república, principalmente as ideias legadas no final do século XVIII pelos Norte Americanos, quando tiveram a audácia de criar pela primeira vez um Estado Republicano moderno. Dentro deste sistema surge a preocupação por um ensino igualitário e includente como uma forma de ensinar aos excluídos os seus direitos e deveres em sociedade, bem como dar ao cidadão o entendimento sobre as leis, principalmente as elencadas na constituição que no caso a dos Estados Unidos da América criada

em 1786. Tal iniciativa política veio mais tarde a incentivar as demais constituições pelo mundo inclusive o estopim da revolução francesa de 1789, onde grandes debates ocorreram sobre instrução publica e educação, tanto na América como na Europa. Lembrando que o Brasil, em sua constituição de 1988 tem a educação como um direito fundamental, sendo esta ideia um legado e ou cópia do republicanismo moderno do final do século XVIII. Assim, requer neste artigo, evidenciar a importância da educação republicana para a formação de um cidadão. A metodologia utilizada é o dedutivo de cunho bibliográfico nas leituras sobre o republicanismo moderno feitas na doutrina e na lei.

PALAVRAS-CHAVE: República – Direito – Educação- Democracia

1. Pesquisa institucional, pertencente a Grupo de Pesquisa, Novos Direitos e Sociedade Globalizada, da linha I - Direito e Multiculturalismo do curso de doutorado em direito da URI - Santo Ângelo.

2. Docente na Universidade de Cruz Alta, (Unicruz). Especialista em Formação Pedagógica pela UERGS. Mestre em Educação nas Ciências em Direito pela UNIJUÍ. Doutorando em Direito URI – Santo Ângelo. E-mail: profrmello@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na formação da escola Republicana e dos ideais almejados pelos modernos desde o século XVIII, educação e instrução pública sempre foram assuntos importantes para a formação de um espaço público no qual denominamos “*res publica*”. A coisa pública, dentre os seus defensores da instrução pública republicana, podem ser destacados americanos e franceses tais como *Paine, Madison, Jefferson e Condorcet*, os quais se fizeram referências da formação política, jurídica e cultural do final do século XVIII. O problema de pesquisa aqui apresentado é a indagação se ainda existem influências do ideal da educação/instrução do final do século XVIII na educação republicana brasileira? O objetivo é demonstrar a importância das virtudes republicanas no que tange à educação/instrução. Tem-se que o artigo é de significativa importância, pois se justifica como um meio de criticar a forma como a educação/instrução vem sendo conduzida no Brasil, vez que parece ter esquecido os ideais de formação cidadã. O método utilizado é o dedutivo e bibliográfico, em textos clássicos, modernos, contemporâneos e na legislação brasileira.

DESENVOLVIMENTO

Sobre a escola denominada republicana Maamari, elenca bem as características e o caráter público e laico dela quando trata do conceito de humanidade e da formação dos cidadãos e a distância que ela mantém dos poderes políticos, religiosos, econômicos e mediáticos, que poderiam influenciar na má compreensão das ideias republicanas.

A escola republicana traz no centro o conceito de humanidade, possível de ser alcançado através da emancipação intelectual que realiza, sem implicar em algo parcial ou definitivamente adquirido. Desde o surgimento, a escola republicana provoca incômodo e isto pode ser justificado pela distância que ela deve assumir frente aos poderes políticos, religiosos, econômicos e mediáticos. É por isso que a transmissão dos saberes e o exercício da razão, que são as maiores finalidades desta escola, podem até os nossos dias contar com alguma oposição. Os cidadãos assim formados estarão

libertos da ignorância que consiste na pior das servidões, segundo Condorcet. Este cidadão, dotado de espírito crítico, não será tomado como parte de uma massa que compõe o todo de um povo, mas se expressará de modo autônomo e racional (MAAMARI, 2007, p.79).

Pensar a educação republicana foi um ato inovador para o final do século XVIII e teve grande influência do pensamento iluminista que permeava as ideias da época, como a valorização do homem, sua liberdade física e intelectual. Neste sentido pensar a política educacional era assunto de importante relevância para os movimentos revolucionários do fim do século XVIII, sendo tanto matéria discutida pelos revolucionários americanos, como mais tarde na França em 1789.

Nas sociedades configuradas após as Revoluções Americana e Francesa no século XVIII, a educação adquiriu status de assunto político de primeira grandeza e foi estabelecida como um direito básico e fator essencial para a efetivação dos princípios políticos das sociedades republicanas. Desde aí, debates e decisões políticas acerca dos propósitos da educação consolidaram a convicção de que os governos são responsáveis pela instrução pública; que as instituições escolares devem oferecer condições para que cada indivíduo desenvolva seus talentos sem contrapô-los às virtudes cívicas (GARCIA, 2009, p.190).

Todo o movimento colonial da América, sem dúvida alguma teve grande influência da seus colonizadores, os Ingleses que a séculos já possuíam um sistema mais evoluído sobre educação e tais exemplos foram importantes para forjar o entendimento de sentimento público nas colônias, onde a instrução estava legada primeiramente aos homens do clero e poucos homens do Estado.

As instituições de ensino na América foram fundadas segundo o modelo inglês. No período dos séculos XVII e XVIII a si-

tuação pode ser caracterizada como ainda fortemente atrelada à metrópole. Inicialmente, foram criados nove colégios seguindo Cambridge e Oxford, onde os dirigentes se formaram. É o que mostra o trabalho de Stephen Atkins (2003). As instituições criadas são praticamente duplicatas das inglesas no Novo mundo. Mais adiante, a Escócia passa a exercer também forte influência, tanto sobre a Inglaterra quanto a América. O intuito é a educação dos filhos dos colonos e a ênfase é dada para a formação de homens do clero e do Estado (MAMARI, 2007, p.60).

Interligado aos conceitos de instrução republicana estão o conceito de humanidade com a emancipação intelectual, através do exercício da razão e da transmissão de saberes, do espírito crítico, da independência do homem das superstições e da ignorância, como diria Kant, características de um homem esclarecido³. Estas características lembram que a instrução republicana deve ser universal e acessível a todos.

A proclamação feita por pensadores e atores políticos americanos e franceses do século XVIII segundo a qual a instrução pública deve ser universal, se oferece, ela mesma, como uma novidade emblemática a partir da qual se lançam juízos e debates sobre concepções e modos de ordenação da sociabilidade do passado e dos tempos que se seguiram. Rememorada em nossos dias tal proclamação confirma o lugar de destaque que os assuntos da educação assumiram desde aí e, também, as dificuldades que as diferentes nações do mundo têm enfrentado em garantir, para cada cidadão, iguais oportunidades educacionais, políticas e econômicas. Ou seja, de efetivar o princípio da universalidade

em coerência com as promessas democráticas e republicanas enunciadas na fase inicial das repúblicas modernas. O fato é que, no fragor dos acontecimentos revolucionários, se desencadearam cruas disputas assim como memoráveis debates acerca da efetivação de princípios que recém começavam a inspirar novas configurações das instituições e das interações sociais (GARCIA, 2009, p.191-192).

A república garantiu aos homens da América e ao mundo o exemplo da independência do homem através da instrução. Jefferson advogou a “difusão do conhecimento” entre todo o povo durante toda a sua vida como sendo vital para o governo livre e o progresso nacional. Daí considerar um sistema comprehensivo de educação pública e imprensa livre como características essenciais de uma política democrática. Jefferson (1786) em correspondência a George Washington afirma que a liberdade só estará segura “nas mãos do próprio povo, mas também do povo com certo grau de instrução”. Enfatizando que “é o que cumpre ao Estado levar a efeito, com base num plano geral” (1971, p.34). Segundo ele, “um sistema de instrução geral que atinja todas as classes de nossos cidadãos, desde os mais ricos até os mais pobres, da mesma maneira, foi a primeira e será a última de todas as preocupações públicas em que me permitirei interessar” (1971, p.34). Jefferson com estas palavras enaltece, e confirma o caráter universal da instrução pública republicana.

A universalidade da instrução pública está intimamente ligada à disseminação do saber da liberdade de imprensa, através da leitura de textos produzidos principalmen-

3. *Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. [...] Que porém o público se esclareça a si mesmo é perfeitamente possível; mas que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável. Pois encontrar-se-ão indivíduos capazes de pensamento próprio [...] Para este esclarecimento porém nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões (1936, p. 101-104).*

te no século XVIII, dentre estes textos estão os panfletos de *Thomaz Paine* e os escritos do *Marquês de Condorcet* bem como das cartas políticas dos revolucionários americanos, que influenciaram a formação de leis que até então eram restritas ao continente americano e estes tiveram força através desta contribuição garantida pelas leis republicanas pela luta pela, acessibilidade e pela liberdade de expressão e da busca do conhecimento, através de conceito de universal do governo republicano.

Antes de 1776, Paine só é conhecido por um número muito restrito de líderes da vida pública americana: Benjamin Franklin e quatro ou cinco membros do Segundo Congresso Continental. Após Common Sense todo o mundo político escutou falar dele: Thomas Jefferson, James Madison, John Hancock, James Monroe, Richard Henry Lee, Nathanael Greene, George Washington, ... Mas de outro lado, os colonos legalistas e conservadores o tomam como um canalha, um renegado e um traidor, que deverá ser enforcado tão logo os britânicos vençam este conflito. O panfleto Common Sense traz consigo ideias que podemos comparar a Condorcet. A desigualdade de direitos entre pessoas diferentes em razão do sexo ou da origem racial é por ele condenada. Vale dizer que é precisamente neste aspecto que podemos considerá-lo impar, restando apenas à proximidade com Condorcet. Como o título do trabalho anuncia, o autor aborda a questão do senso comum diante das novas idéias, racionais e melhores. Ou seja, discorre sobre o obstáculo encontrado quando se pretende defender ideias que não são as costumeiras, baseadas nos valores tradicionais. Para ele, mesmo os pensamentos fundamentados na razão, como é precisamente o seu caso, não bastariam para superar a resistência imposta pela crença baseada nos valores tradicionais. Somente o passar do tempo faria com que houvesse plena aceitação e penetração de suas idéias. Considera também que conforme o grau de sofrimento a que um povo é submetido, pode ser mais rápida a mudança de opinião e de valores políticos. Este é o caso dos habitantes da América do Norte, vítimas da corte e do parlamento inglês e o que tornou possível o processo revolucionário americano. No intuito de

formar a opinião pública para a construção do ideário democrático e republicano que a revolução aspira, Thomas Paine se esforça redigindo vários panfletos políticos, o que o consagra como um dos mais importantes autores deste gênero literário no período (MAAMARI, 2007, p.181).

Thomaz Jefferson teve um papel importante na revolução americana sendo considerado um dos pais fundadores da república, para ele é de suma importância da instrução para o povo, para civilização e para a imprensa livre, afirmando que o estado de civilização não comporta uma nação ignorante.

Se uma nação espera ser ignorante e livre num Estado de civilização, espera o que jamais existiu e jamais existirá. Os funcionários de todo o governo tem propensão para dominar, à vontade, a liberdade e a propriedade de seus constituintes. Para estas não há depósito seguro senão nas mãos do próprio povo, nem poderão estar seguras sem informações. Onde a imprensa é livre e todo homem sabe ler, tudo estará em segurança (JEFFERSON, 1971, p.34)

Neste viés sobre o republicanismo é importante frisar que o surgimento da república teve tanto correntes conservadoras e aristocráticas, como também correntes democráticas, onde este equilíbrio, fora importante para que tal forma de governo fosse respeitado por todas as classes sociais da época, como bem explica Berten (2003, p.27) “existe uma corrente conservadora e aristocrática: Aristóteles, Guicciardini [...] nos Estados Unidos, John Adams. Mas o republicanismo compreende também uma corrente democrática: Maquiavel, os Whigs do século XVIII e Thomas Jefferson”.

Enfim, exemplos deixados pelos pensadores do século XVIII ainda podem ser referência para se pensar a educação/educação pública brasileira, visto que uma semente já existe dentro da constituição brasileira garantida como direito social no artigo sexto. Bem como no artigo vinte e três, inciso quinto, competência comum, da União, dos Estados e dos municípios, proporcionar os meios de acesso à educação.

Ainda a Constituição brasileira tem um capítulo a parte sobre educação na qual, no artigo 205, elucida com clareza os preceitos constitucionais assumidos pelo Brasil na Constituinte de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ademais, nota-se que formalmente está garantido o direito à educação do cidadão brasileiro, mas o que se torna necessária é a implantação prática destes direitos, através de políticas públicas preocupadas com a efetivação destas garantias. A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro passo para um Estado brasileiro mais democrático, quando se pensou em bem comum no que trata sobre educação republicana, mas é imperioso que ocorra uma retomada nos conceitos legados sobre educação republicana, visto que o ideal almejado por uma república que deve esclarecer, incluir, retirar os homens e mulheres da ignorância e formador de cidadãos conscientes parece estar na contra mão das políticas atuais do Estado Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pensar em educação e instrução pública é pensar nos ideais legados no final do século XVIII pelos homens de ação que tiveram a coragem de instituir uma nova forma de governo preocupada com uma organização política e com o desenvolvimento de seus cidadãos. De outro modo, mesmo que atualmente o Brasil passe por uma crise dentro dos seus poderes, e em especial na educação familiar, bem como na instrução das escolas públicas, é importante buscar nos exemplos legados com ideais de bem comum e lutar para que o atual Estado Republicano brasileiro, resista e faça valer para todas as classes sociais o acesso a uma educação mais digna, inclusiva e que permita aos cidadãos sentirem-se parte do Estado Nação a que per-

tencem.

REFERÊNCIAS

BERTEN, André. Republicanismo e motivação política. In: Direito e Legitimidade. Org. Jean-Christophe Merle e Luiz Moreira. Editora Landy: São Paulo, 2003.

BRASIL, Constituição. Brasília: Senado federal, 1988.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat Marquis de, Cinco memórias sobre a instrução pública, Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo. UNESP. 2008.

GARCIA, Claudio Boeira. Considerações sobre Republica, Democracia e Educação. In: Contexto e Educação. Ijuí: Ediora Unijuí, 2009.

JEFFERSON, Thomas. O Federalista. In Coleção Pensadores. Abril Cultural : São Paulo, 1971.

KANT, Emmanuel. A Paz Perpétua. Tradução de Lohengrin de Oliveira. Edições e Publicações Brasil : São Paulo, 1936.

MAAMARI, Adriana Mattar. A República e a Democracia em Thomas Paine. Tese (Doutorado) apresentada no Curso de Pós- Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo: USP, 2007.

www.easa.ensino.eb.br